



Dá forma às ideias



2016

RELATÓRIO
DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Pedro Mendonça de Queiroz Pereira

MUDANÇA EM CURSO

O Exercício da Secil em 2016 foi mais uma vez desafiante, evidenciando a resiliência e robustez da Empresa, a única cimenteira detida por capital português e portanto com centro de decisão nacional.

Num ano marcado por uma hesitante inflexão do mercado em Portugal e por assimétricas conjunturas nas restantes geografias onde atua, teve lugar mais um passo na consolidação da estrutura do Grupo com o início de uma nova operação baseada na Holanda mas que abrange também a Bélgica e o Norte de França, a par da estruturação da actividade no mercado brasileiro, onde tivemos o primeiro ano completo de laboração da nova Fábrica de Adrianópolis e investimos solidamente na criação de uma rede alargada de entrepostos de distribuição de cimento e também na aquisição de centrais de betão, reforçando a nossa penetração no mercado do Sul do Brasil.



Além da redução da exportação de cimento a partir de Portugal, devido à contração da procura em países produtores de petróleo onde se localizam muitos dos nossos clientes, os mercados tunisino e libanês permaneceram instáveis, o que levou a que se registasse uma ligeira redução global do volume de negócios, de rentabilidade e, logo, dos resultados líquidos, que permaneceram negativos.

É assim exigente o caminho de recuperação da Secil, visando a sua sustentabilidade económico-financeira, com adequada remuneração acionista. Sendo uma grande empresa nacional, com crescente expressão internacional, com décadas de

existência e com importante acumulação de conhecimento estamos, em conjunto, a trabalhar afincadamente para alcançar os seus incontornáveis objetivos económicos, num cenário de crescente pressão regulatória nacional, comunitária e global bem como de exigência ambiental e de responsabilidade social.

A dimensão do desafio é relevante, não apenas para o Acionista, como para a Administração - agora com renovada liderança - e naturalmente para todo o universo de colaboradores, de todos os níveis e de todas as regiões do mundo, que precisam empreender um caminho de adaptação aos novos tempos e às novas exigências de uma sociedade cada vez mais complexa, interdependente e globalizada.

Pedro Mendonça Queiroz Pereira

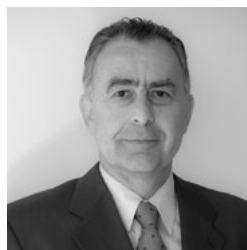
Presidente do Conselho de Administração



Pedro Mendonça
de Queiroz Pereira



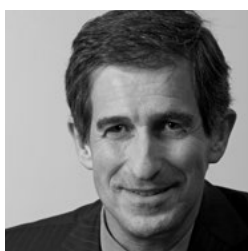
João Nuno de Sottomayor
Pinto de Castelo Branco



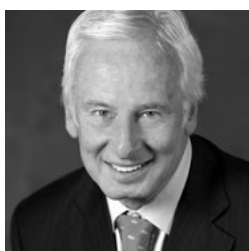
Otmar Hübscher



Gonçalo de Castro
Salazar Leite



Carlos Alberto
Medeiros Abreu



Francisco José Melo
e Castro Guedes



João Luís Barbosa
Pereira de Vasconcelos



José Miguel Pereira
Gens Paredes



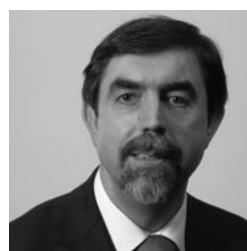
Manuel António de
Sousa Martins



Paulo Miguel
Garcês Ventura



Ricardo Miguel dos
Santos Pacheco Pires



Sérgio António
Alves Martins

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente
Vice-presidente
Vice-presidente
Vice-presidente
Vogal
Vogal
Vogal
Vogal
Vogal
Vogal
Vogal
Vogal

PEDRO MENDONÇA DE QUEIROZ PEREIRA
JOÃO NUNO DE SOTTOMAYOR PINTO DE CASTELO BRANCO
OTMAR HÜBSCHER
GONÇALO DE CASTRO SALAZAR LEITE
CARLOS ALBERTO MEDEIROS ABREU
FRANCISCO JOSÉ MELO E CASTRO GUEDES
JOÃO LUÍS BARBOSA PEREIRA DE VASCONCELOS
JOSÉ MIGUEL PEREIRA GENS PAREDES
MANUEL ANTÓNIO DE SOUSA MARTINS
PAULO MIGUEL GARCÊS VENTURA
RICARDO MIGUEL DOS SANTOS PACHECO PIRES
SÉRGIO ANTÓNIO ALVES MARTINS

01

01 Enquadramento Económico Global	05
02 O Grupo Secil em 2016	07
03 Principais Acontecimentos de 2016	17
04 Portugal	18
05 Líbano	24
06 Tunísia	28
07 Brasil	32
08 Angola	36
09 Perspetivas Futuras	40
10 Proposta de Aplicação de Resultados	42



ENQUADRAMENTO ECONÓMICO GLOBAL

O crescimento económico mundial continuou a ser modesto em 2016 e foi sobretudo impulsionado pelas economias emergentes e em desenvolvimento. Nas economias mais desenvolvidas assistimos à formação de novos focos de incerteza política. Os países onde o Grupo Secil tem operações diretas tiveram uma evolução assimétrica, sendo alguns deles condicionados por instabilidade política e social.

A economia global continuou a apresentar, em 2016, uma evolução relativamente modesta e assimétrica. O crescimento económico mundial terá sido de 3,1%, ligeiramente abaixo dos 3,2% verificados em 2015 (World Economic Outlook Update, FMI, Janeiro 2017). Esta média global esconde, no entanto, duas dinâmicas distintas entre as economias desenvolvidas, por um lado, e as economias emergentes e em desenvolvimento, por outro.

Os países mais desenvolvidos cresceram 1,6% em 2016, enquanto as economias emergentes e em desenvolvimento viram o seu Produto Interno Bruto aumentar 4,1%. Consta-se assim que os países em desenvolvimento continuam a liderar o crescimento global, respondendo por cerca de 60% do aumento do Produto Mundial. O Leste e Sul asiáticos continuam a ser as regiões mais dinâmicas do mundo, beneficiando de fortes níveis de procura doméstica e de políticas macroeconómicas que promovem o crescimento.

A situação das economias emergentes e em desenvolvimento continua, no entanto, a ser muito diversa. A taxa de crescimento na China foi um pouco mais elevada do que o esperado, apoiada pelo estímulo das políticas públicas. Mas a atividade foi inferior às expectativas em alguns países latino-americanos atualmente em recessão, como a Argentina e Brasil, bem como na Turquia, que enfrentou uma forte contração nas receitas do turismo.

Nas economias avançadas, a produção permanece abaixo do potencial em várias regiões, nomeadamente na área do euro. A crise das dívidas que ocorreu na década passada e se prolongou pela presente continua a condicionar os equilíbrios económicos e a diminuir

a margem de manobra de políticas que promovam o crescimento.

Além disso, alguns desenvolvimentos políticos criaram incerteza nos agentes económicos, condicionando o investimento e o crescimento.

Esses acontecimentos incluem o Brexit, com o referendo, realizado a 23 de Junho de 2016, a votar a saída do Reino Unido da União Europeia, e também a expectativa em relação à política económica dos Estados Unidos a ser praticada pela nova administração norte-americana liderada por Donald Trump. Ambos os desenvolvimentos podem conduzir a um retrocesso nos processos de globalização, podendo afetar o livre comércio em algumas regiões.

Do lado positivo, os países desenvolvidos mantiveram políticas monetárias com baixos níveis de taxas de juro, uma vez que a inflação se manteve também controlada e as economias precisam de estímulos. Este contexto é favorável ao investimento. No entanto, os baixos níveis das procuras internas nacionais continuam a condicionar o aumento das capacidades produtivas.

As economias nacionais mais relevantes para o Grupo Secil tiveram evoluções muito díspares, sobretudo pelo impacto de situações de elevada instabilidade política ou económica vividas em alguns países.

Era expectável para a Secil que em Portugal o exercício de 2016, à semelhança dos anos anteriores, fosse sujeito a incertezas e bastante influenciado pelo crescimento económico relativamente baixo e pela evolução do setor da construção.

Nos restantes mercados onde o Grupo atua, ainda que não se encontrem em recessão (com exceção do Brasil), as economias da Tunísia e Líbano encontram-se condicionadas por outros fatores de instabilidade, nomeadamente políticos e sociais, cujos desenvolvimentos nem sempre previsíveis podem condicionar as atividades.

No caso de Angola, os impactos negativos decorrentes da evolução do preço do petróleo e as dificuldades já sentidas desde o final de 2014 nos pagamentos ao exterior, em resultado das restrições cambiais impostas pelo Banco Nacional de Angola, perspectivavam um quadro negativo para o setor da construção e obras públicas.

No Brasil, a instabilidade política e a incerteza que estes acontecimentos têm provocado sobre a evolução económica, anteviam um ano de recessão e com retração do investimento público e privado.

Na política monetária, o Banco Central Europeu cortou a sua taxa de cedência de liquidez para 0,00% (de 0,05%) e manteve as medidas não convencionais de cedência de liquidez ao setor financeiro. A Euribor a 3 meses, indexante mais representativo para a dívida do Grupo, manteve valores negativos ao longo de todo o ano, fechando o período nos -0,319%, que compararam com -0,131% registados no início do ano.

No Brasil, o Banco Central do Brasil cortou a sua meta para a taxa SELIC em 0,50% (para 13,75%) no decorrer de 2016. A taxa CDI, indexante mais representativo para a dívida no país, acompanhou esta tendência, fechando o período nos 13,63%, que compararam com 14,14% registados no início do ano.

No mercado cambial, a cotação EUR/USD ao longo do ano foi caracterizada por nova desvalorização do Euro, embora menos significativa do que a registada no ano anterior. No início do ano a cotação era de 1,0887 dólares por euro e o fecho do ano foi feito a 1,0541 (desvalorização do Euro de 3,2%). Em termos médios, a cotação situou-se em 1,1069. Relativamente ao BRL, o Real do Brasil, e contrariando o ano anterior, 2016 foi marcado por uma valorização significativa, passando de 4,0724 reais por euro para 3,4379 (valorização do BRL de 15,6%), e cotando-se em termos médios do ano nos 3,8823.

O GRUPO SECIL EM 2016

O Grupo Secil continuou em 2016 a investir no alargamento e consolidação das suas operações em vários países. Foi o primeiro ano em que a nova fábrica no Brasil esteve em plena laboração e foi também feita na Holanda a compra de um terminal que permite a exportação direta de cimento de Portugal.

O contexto económico desafiante e a assimetria da evolução dos mercados mais relevantes para o Grupo Secil voltou a fazer de 2016 um exercício sujeito a incertezas e a performances diferenciadas.

Para lá da conjuntura, o grupo continuou a investir no alargamento e consolidação das suas operações, sendo de destacar, neste capítulo, dois mercados.

A importância que 2016 teve para a operação no Brasil. A nova fábrica tinha já arrancado em Abril de 2015 mas o ano passado foi aquele em que se completou um ano completo de atividade. Mesmo com um contexto económico e de mercado adverso, as vendas em volume da operação brasileira atingiram um nível significativo. Além disso, procedeu-se também à abertura de centros de distribuição, à aquisição de centrais de betão e as instalações fabris tiveram uma excelente performance industrial.

O ano de 2016 ficou também marcado em termos de desenvolvimento pela aquisição, em Maio, de uma empresa sediada na Holanda, que detém um terminal que permite a exportação de cimento a partir de Portugal. O Grupo Secil passou a deter a totalidade do capital da Secil Prebetão, consolidando esta unidade integralmente a partir de Julho.

É convicção do Conselho de Administração que as diferentes medidas que têm vindo a ser implementadas, conjuntamente com a continuação da priorização da otimização e melhoria da eficiência dos processos e operações, irão conduzir o Grupo a resultados mais favoráveis e níveis de rentabilidade superiores.

Volume de Negócios

O volume de negócios do Grupo Secil teve uma quebra ligeira em 2016, de 1,5%. As quantidades vendidas de cimento e clínquer aumentaram 3,8%, uma evolução devida sobretudo ao reforço da operação no Brasil.

A análise da performance dos indicadores físicos mostra evoluções assimétricas nos vários tipos de produtos.

As vendas de cimento e clínquer do Grupo Secil, que pesam um pouco mais de metade da capacidade produtiva, totalizaram 5,5 milhões de toneladas. Este volume está cerca de 3,8% acima das vendas realizadas em 2015. Esta evolução deveu-se essencialmente ao aumento das vendas no Brasil, que foram de 154,5% (as variações apresentadas referem-se à evolução homóloga, exceto quando indicação em contrário). A influenciar esta performance está o facto da consolidação ter incluído já todo o ano de 2016, quando em 2015 foram considerados apenas seis meses de atividade (a consolidação do Grupo Supremo teve início em Julho de 2015).

De resto, a conjuntura económica e a instabilidade nalguns mercados provocaram alguns decréscimos nas vendas destas linhas de produtos.

As vendas de exportação a partir de Portugal decresceram 17%, devido essencialmente ao efeito conjugado de dois fatores: o aumento da concorrência e a diminuição da procura. Na Tunísia, as vendas totais, dirigidas tanto ao mercado interno como ao externo, diminuíram 14%. Também aqui se sentiu o efeito do aumento da concorrência e a diminuição do mercado de cimento. No Líbano as vendas diminuíram 1,7% devido à paragem de uma das linhas de produção para instalação do filtro de mangas. E em Angola as vendas sofreram uma queda de 22,6%, devido à retração no mercado do cimento por efeito da conjuntura económica do país.

**PRINCIPAIS INDICADORES
FÍSICOS CONSOLIDADOS**

	Unidades	2016	2015	Variação
Capacidade Produtiva de Cimento		9,750	9,750	0,0%
Vendas				
Cimento cinzento	1000 t	4.988	4.731	5,4%
Cimento branco	1000 t	84	80	5,1%
Clínquer	1000 t	418	482	-13,1%
Betão-Pronto	1000 m ³	1.214	1.389	-12,6%
Inertes	1000 t	2.547	2.179	16,9%
Préfabricados	1000 t	128	89	44,5%
Argamassas	1000 t	102	100	2,3%
Cal Hidráulica	1000 t	24	26	-6,8%
Cimento-Cola	1000 t	16	15	5,4%
Pessoal				
Colaboradores		2.619	2.647	-28
Rácio de frequência de acidentes		12,75	14,45	-11,7%
Rácio de gravidade de acidentes		283,12	386,34	-26,7%

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS (milhares de euros)

	2016	2015	Variação
Volume de Negócios	471.530	478.672	-1,5%
EBITDA*	84.957	87.061	-2,4%
EBIT	19.878	40.741	-51,2%

* - O Grupo Secil alterou em 2016 o método de cálculo do EBITDA. A nova fórmula deste indicador é dada por:
EBITDA=Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) -/+ Ganhos e (Perdas) imputados de associadas e empreendimentos conjuntos + custos de depreciações, amortizações e imparidades - Subsídios ao Investimento +/- Diferenças de câmbio (Desfavoráveis)/favoráveis) +/- Provisões ((aumentos)/reduções)
Os valores de 2015 foram reescritos de acordo com a nova fórmula.

As vendas de betão pronto do Grupo, por sua vez, diminuíram 12,6% em 2016 quando medidas em quantidade. Este decréscimo ocorreu sobretudo em Portugal, onde as vendas de betão decresceram 28%. O fim, em Dezembro de 2015, da importante obra do Túnel do Marão, fornecida pela Unibetão/ Secil, foi importante para esta performance.

As vendas de betão no Líbano também decresceram, devido à forte situação concorrencial.

Já na Tunísia, e apesar da recessão nas obras públicas e na construção privada, as vendas de betão cresceram 4,7%. E no Brasil as vendas de betão

totalizaram 216 mil m³, valor que não é comparável com os 103 mil m³ de 2015, devido ao período de alargamento de consolidação de contas já referido.

O número total de colaboradores diminuiu de 2.647 para 2.619 devido à reestruturação ocorrida em Angola.

O volume de negócios do Grupo Secil em 2016 cifrou-se em 471,5 milhões de euros, 7 milhões de euros abaixo do verificado em 2015, o que representa uma descida de 1,5%.

VOLUME DE NEGÓCIOS (milhares de euros)

	2016	2015	Variação
Portugal*	244.821	279.989	-12,6%
Líbano	92.092	95.087	-3,1%
Tunísia	56.468	69.915	-19,2%
Brasil	78.233	35.626	119,6%
Angola	19.113	24.589	-22,3%
Intra-Grupo	-19.197	-26.534	-27,6%
Total Consolidado	471.530	478.672	-1,5%

* - O segmento de Portugal passou a incluir as actividades em Cabo Verde e na Holanda.

A análise geográfica mostra-nos que a diminuição foi particularmente sentida nos volumes de negócios registados em Portugal e na Tunísia.

Em Portugal, este decréscimo deveu-se principalmente à redução das exportações de cimento e de clínquer, como consequência do excesso de oferta no Mediterrâneo e da diminuição da procura por parte dos países exportadores de petróleo.

Já na Tunísia, a situação económica e social algo instável teve reflexo no consumo de cimento. No entanto, a diminuição deste indicador foi parcialmente compensada pelo aumento do preço médio de venda. No mercado externo verificou-se uma diminuição das vendas devido ao encerramento periódico da fronteira com a Líbia e a algumas limitações nas vendas para a Argélia. Também se assistiu a uma pressão negativa sobre o preço de venda.

Em Angola, o desempenho do volume de negócios foi marcado pela diminuição das quantidades vendidas, que caíram 22,6% em comparação com 2015. No entanto, este decréscimo foi superado pelo aumento bastante significativo do preço médio de venda. Descontando o efeito cambial, o volume de negócios medido em moeda local subiu 5,7%, fruto da gestão adequada e rigorosa do preço de venda

que aumentou cerca de 44,8% face a 2015. Medido em euros, o volume de negócios da operação em Angola registou uma queda superior a cinco milhões de euros, sendo impactada negativamente pela desvalorização cambial do Kuanza face ao Euro, no montante de 6,9 milhões de Euros.

O aumento do volume de negócios no Brasil deveu-se à integração de 12 meses do Grupo Supremo em 2016, em comparação com seis meses em 2015. As operações no Brasil passaram a ser consolidadas integralmente no Grupo Secil (a Secil passou a deter 100% do Grupo Supremo), impactando de forma bastante positiva o volume de negócios, que em 2016 ascendeu a 78,2 milhões de euros nesta geografia.

No Líbano o consumo de cimento registou um crescimento face ao período homólogo de 2015. O ambiente competitivo foi desafiante, com reflexo nos preços médios de venda, que diminuíram, pelo que o volume de negócios foi ligeiramente inferior ao registado em 2015.

Resultados

A quebra de receitas verificada em 2016 foi atenuada pelas ações de otimização da produção e controlo de custos e de fatores de produção. O EBITDA consolidado teve uma descida de 2,4%, para 85 milhões de euros.

O ano de 2016 revelou-se desafiante para o Grupo Secil no que respeita aos seus resultados operacionais, dadas as condicionantes nas diferentes geografias, tendo sido registadas reduções face a 2015. O EBITDA cifrou-se em 85 milhões de euros, tendo decrescido cerca de 2 milhões de euros face ao exercício anterior.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS (milhares de euros)

	2016	2015	Variação
Volume de Negócios	471.530	478.672	-1,5%
EBITDA*	84.957	87.061	-2,4%
EBIT	19.878	40.741	-51,2%

* - O Grupo Secil alterou em 2016 o método de cálculo do EBITDA. A nova fórmula deste indicador é dada por:
EBITDA=Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) +/- Ganhos e (Perdas) imputados de associadas e empreendimentos conjuntos + custos de depreciações, amortizações e imparidades - Subsídios ao Investimento +/- Diferenças de câmbio (Desfavoráveis)/favoráveis +/- Provisões ((aumentos)/reduções)
Os valores de 2015 foram reescritos de acordo com a nova fórmula.

EBITDA (milhares de euros)

	2016	2015	Variação
Portugal*	33.455	37.351	-10,4%
Líbano	32.710	35.324	-7,4%
Tunísia	10.510	11.466	-8,3%
Brasil	5.906	1.685	250,5%
Angola	2.408	1.402	71,8%
Outros	-31	-167	81,5%
Total Consolidado	84.957	87.061	-2,4%

* - O segmento de Portugal passou a incluir as actividades em Cabo Verde e na Holanda.

A diminuição do EBITDA deveu-se maioritariamente às operações em Portugal, onde este indicador diminuiu 3,9 milhões de euros, e no Líbano, onde caiu 2,6 milhões de euros.

Para a diminuição do EBITDA em Portugal contribuiu a evolução desfavorável das exportações de cimento e clínquer, uma ligeira contração do mercado interno de cimento e a diminuição da atividade de betão. Este decréscimo foi, no entanto, parcialmente compensado pela diminuição dos custos de produção no cimento e pela venda de licenças de CO2.

No Líbano, embora as vendas de cimento tenham decrescido apenas ligeiramente, o EBITDA foi inferior ao verificado no período homólogo. Neste caso tivemos essencialmente a diminuição das produções de clínquer e de cimento, em consequência da paragem programada de uma das linhas de produção para se proceder à instalação do filtro de mangas.

O EBITDA das atividades na Tunísia foi inferior ao de 2015 (-8,3%). Estes resultados foram influenciados pelo decréscimo das vendas de cimento, uma vez que a performance da produção foi superior e o preço no mercado interno cresceu (apesar do ambiente bastante competitivo).

A integração completa das operações do Brasil teve um impacto positivo no EBITDA de 5,9 milhões de euros, valor que não é diretamente comparável com o de 2015, devido à alteração dos períodos de consolidação do Grupo Supremo, sendo que aquele valor de encontrava influenciado pelo arranque da nova fábrica de Adrianópolis.

Em Angola, o aumento do EBITDA deveu-se ao aumento do preço de venda e à diminuição dos custos fixos.

Nas diferentes operações, o Grupo continuou a prossecução de iniciativas e projetos, que visam a otimização das operações e o aumento da rentabilidade, o que permitiu o aumento da margem EBITDA em Portugal, Brasil, Tunísia e Angola. Naturalmente, no Líbano a margem EBITDA foi afetada pela diminuição da produção de clínquer e cimento.

O EBIT do Grupo Secil, positivo em 19,9 milhões de euros, decresceu 51,2% face a 2015. Esta variação deveu-se ao aumento significativo das amortizações em cerca de 10 milhões de euros, influenciado maioritariamente pela amortização do Goodwill em cerca de 7,6 milhões de euros (em resultado das alterações introduzidas pelo DL nº 98/2015 em sede de SNC a partir de 01 de Janeiro de 2016

e em particular da NCRF 6 – Ativos Intangíveis, na qual o Goodwill passou a ser amortizado durante o período de vida útil estimado, ou em ausência de estimativa fiável, pelo prazo de 10 anos). O EBIT também foi influenciado negativamente pelo registo de imparidades no Goodwill de 5,8 milhões de euros e de 7 milhões de euros em ativos fixos.

Os resultados financeiros registaram um valor negativo de 36,7 milhões de euros, uma variação positiva quando comparado com os 39,4 milhões de euros de 2015.

RESULTADOS FINANCEIROS (milhares de euros)

	2016	2015	Variação
Proveitos Financeiros	3.285	4.234	-22%
Custos Financeiros	-43.050	-41.217	4%
Resultados Empresas Associadas	3.067	-2.416	-227%
Total Consolidado	-36.698	-39.398	-7%

Apesar da integração do Grupo Supremo no Brasil, cujos custos de financiamento são elevados - não só devido à dimensão do investimento efetuado na nova fábrica de Adrianópolis como também pelas elevadas taxas de juro praticadas no Brasil -, estes resultados foram menos negativos por dois fatores principais: o registo de diferenças de câmbio favoráveis de cerca de 4 milhões de euros e os resultados de empresas associadas, que em 2015 haviam sido negativos devido à equivalência patrimonial do Grupo Supremo para o período de Janeiro a Junho (resultados influenciados pelo arranque da nova fábrica).

O resultado líquido atribuível aos acionistas, no ano de 2016, foi negativo em 22,3 milhões de euros. Apesar da melhoria dos resultados financeiros e do impacto positivo registado em impostos, a diminuição do EBIT, pelas razões explicadas acima, fez com que este resultado tenha sido negativo.

Balanço

O Balanço consolidado do Grupo Secil teve um aumento de 4,3%, sobretudo pelo impacto de investimentos efetuados em várias geografias. Os Capitais Próprios aumentaram 49%, para 465 milhões de euros.

SÍNTESE DE BALANÇO CONSOLIDADO (milhares de euros)

	2016	2015	Variação
Ativos não Correntes			
Ativos Fixos Tangíveis	655.713	626.633	4,6%
Participações Financeiras	1.763	4.711	-62,6%
Goodwill	210.913	194.585	8,4%
Outros Ativos não Correntes	66.788	58.876	13,4%
Ativos Correntes			
Inventário	98.558	96.364	2,3%
Clientes e Outras Contas a Receber	74.014	73.927	0,1%
Caixas e Equivalentes	116.137	133.520	-13,0%
Outros Ativos Correntes	33.981	17.388	95,4%
Total do Ativo	1.257.867	1.206.004	4,3%
Capitais Próprios	392.547	234.329	67,5%
Interesses Minoritários	72.812	77.927	-6,6%
Total do Capital Próprio	465.359	312.255	49,0%
Passivos não Correntes			
Financiamentos Obtidos	412.833	516.420	-20,1%
Provisões	30.590	29.788	2,7%
Outros Passivos não Correntes	64.483	72.268	-10,8%
Passivos Correntes			
Financiamentos Obtidos	126.208	79.068	59,6%
Fornecedores	34.569	46.139	-25,1%
Outros Passivos Correntes	123.825	150.066	-17,5%
Total do Passivo	792.507	893.749	-11,3%
Total do Capital Próprio e do Passivo	1.257.867	1.206.004	4,3%

O total do ativo líquido do Grupo Secil situou-se em 1,26 mil milhões de euros em 31 de Dezembro de 2016, o que representa um aumento de 4,3% comparativamente ao final de 2015. Verificou-se um aumento significativo do valor dos capitais próprios (+49%), aumento esse que se deveu ao recebimento de prestações acessórias do acionista no valor de 140 milhões de euros.

Os ativos fixos tangíveis aumentaram cerca de 30 milhões de euros (+4,6%). O investimento em ativos fixos tangíveis totalizou 41 milhões de euros. No entanto, o impacto das amortizações foi superior e cifrou-se em 46 milhões de euros. O aumento do valor desta rubrica deveu-se à valorização em relação ao euro das moedas dos países onde o Grupo tem os seus ativos, que totalizou cerca de 46 milhões de euros, que contribuíram para que o total de Ativos Fixos Tangíveis Consolidados tenha crescido.

Os investimentos em ativos fixos tangíveis respeitam maioritariamente a investimentos realizados na área do cimento em Portugal, no Líbano, no Brasil e Tunísia, que representam 88% do montante total.

A 31 de Dezembro de 2016 a dívida financeira líquida totalizou 423 milhões de euros, o que representa uma redução de 39 milhões de euros face ao ano anterior. Em 2016 a Secil fez investimentos financeiros relevantes, particularmente no pagamento de montantes relativos à aquisição do capital do Grupo Supremo (35 milhões de euros), de uma empresa detentora de um terminal de cimento na Holanda (6,1 milhões de euros), e sofreu o efeito cambial desfavorável da valorização do Real brasileiro na consolidação da dívida desta geografia (27,8 milhões de euros). Em contrapartida, a Secil beneficiou da realização de prestações acessórias pelo acionista no montante de 140 milhões de euros, o que permitiu uma redução global da dívida líquida do Grupo.

Em termos consolidados, 58% da dívida líquida encontra-se em regime de taxa fixa, o que confere uma adequada proteção contra subidas da taxa de juro.

Ao longo do ano de 2016, a Secil contratou novos financiamentos de médio e longo prazo, mantendo a sua política de assegurar linhas de financiamento

com maturidades adequadas. As linhas de financiamento contratadas pelo Grupo ascendiam a cerca de 839 milhões de euros no final do ano, dos quais 296 milhões de euros não se encontravam utilizados.

Durante o ano de 2016 observou-se a disponibilidade por parte das instituições financeiras para a concessão de crédito em condições mais atrativas.

O Grupo Secil prosseguiu a sua política de maximização do potencial de cobertura natural da exposição cambial, através da compensação dos fluxos cambiais intragrupo. Relativamente ao USD, a taxa de cobertura através de “hedging” natural no ano de 2016 rondou os 80%.

À data de 31 de Dezembro de 2016 o Fundo de Pensões do Grupo Secil apresentava, globalmente, uma situação financeira superavitária de 2,1 milhões de euros relativamente às responsabilidades atuariais calculadas por entidades independentes e reportadas à mesma data.

PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS DE 2016

— Em Maio de 2016 foi adquirida uma empresa sediada na Holanda, que detém um terminal que permite a exportação de cimento a partir de Portugal

— Foi obtida a certificação dos cimentos da Secil em Portugal, na Holanda e na Bélgica

— Realizou-se o lançamento do CEM I 52,5R no mercado belga e holandês

— O Grupo Secil passou a deter a totalidade do capital da Secil Prebetão e passou desde Julho a consolidar integralmente as suas contas

— No Brasil as vendas de cimento ultrapassaram um milhão de toneladas

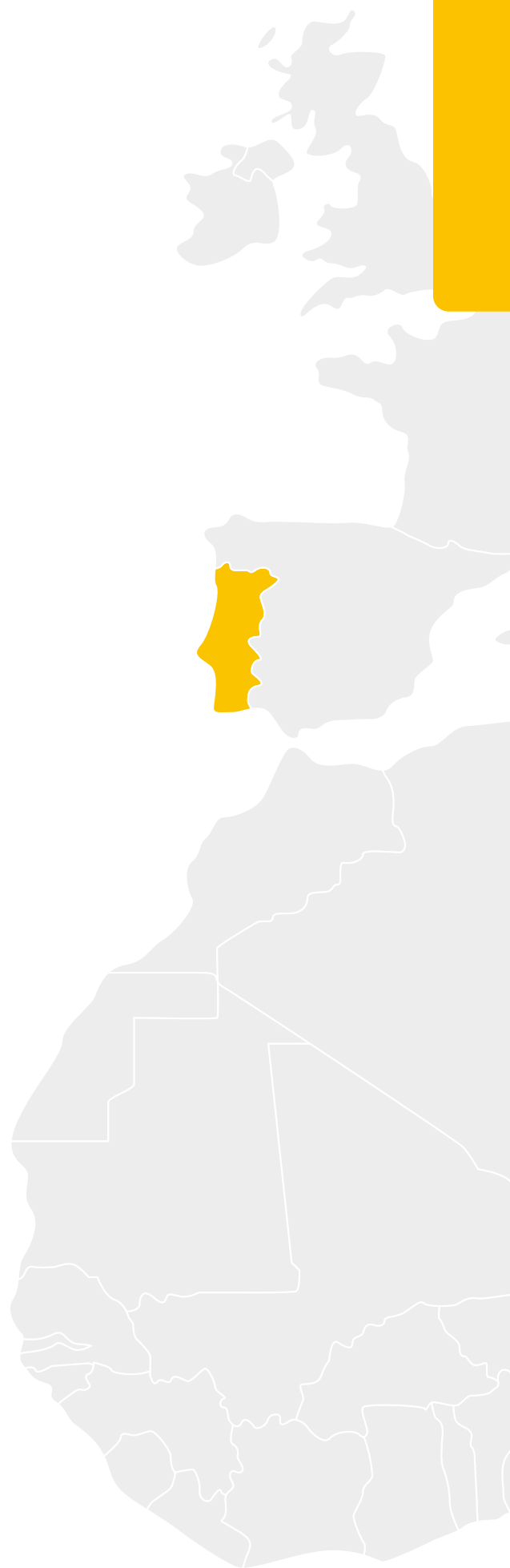
— No Brasil procedeu-se à abertura de oito centros de distribuição de cimento, o que permitiu melhorar e aumentar a rede de distribuição

— Foram adquiridas duas centrais de betão no Brasil, com o objetivo de alargar os canais de venda de cimento

— No Líbano foi concluída a instalação do filtro de mangas na linha 2 e as emissões deste novo filtro são bastante reduzidas

PORTUGAL

A atividade em Portugal foi marcada pela diminuição das vendas de cimento e clínquer para exportação. Este decréscimo foi parcialmente compensado pela redução dos custos de produção na generalidade das unidades e pela venda de licenças de CO₂. Os esforços efetuados em anos anteriores, através do ajustamento das estruturas de custos, permitiram que as margens EBITDA da maioria das unidades tenham aumentado face a 2015.



Enquadramento Económico

A economia portuguesa terá crescido 1,4% em 2016 (Banco de Portugal – Projeções para a economia portuguesa: 2017-2019 divulgadas em Março de 2017), depois de um crescimento de 1,6% no ano anterior. As projeções apontam para a continuação de um crescimento moderado da atividade económica até ao final da década, entre 1,8% e 1,6%, e ligeiramente abaixo da evolução projetada para a área do euro. A recuperação da economia portuguesa iniciada em meados de 2013 tem apresentado um ritmo moderado e ocorre num enquadramento de elevado nível de endividamento dos agentes económicos públicos e privados.

O índice de produção na construção (INE – Índices de Produção, Emprego e Remunerações na Construção) diminuiu 3,3% em 2016. Este foi o 9º ano consecutivo em que este setor não registou qualquer crescimento. No entanto, nem todos os indicadores são negativos (de acordo com a FEPICOP). O emprego no setor aumentou e os dados referentes às transações de fogos habitacionais confirmam a forte dinâmica que tem vindo a caracterizar o mercado imobiliário (onde o número de vendas de unidades habitacionais cresceu). Também o número de fogos novos licenciados aumentou, bem como o número de contratos de empreitadas de obras públicas celebrados, o que permitem antecipar uma recuperação.

De acordo com os dados disponíveis, o consumo de cimento em Portugal Continental terá registado uma queda de 4,4% em 2016, estimando-se que o mercado tenha atingido cerca de 2,7 milhões de toneladas. Apesar de ter ocorrido um desagravamento no segundo semestre, este não foi suficiente para recuperar os consumos mais baixos registados no início do ano.

O setor das obras públicas foi o principal responsável pelo decréscimo verificado. O ano de 2016 ficou marcado pela ausência de investimento público relevante, pelo que o mercado foi alimentado pelo investimento privado, principalmente o setor dos serviços e da habitação unifamiliar.

O Grupo Secil

PORTUGAL

	Unidades	2016	2015	Variação
Mercado do Cimento	1000t	2.662	2.755	-3,4%
Produção de Clínquer	1000t	1.898	2.089	-9%
Produção de Cimento	1000t	1.804	1.995	-10%
Vendas da Cimento e Clínquer*				
Mercado Interno	1000t	1.059	1.048	1%
Mercado Externo**	1000t	1.313	1.572	-17
Total Consolidado	1000t	2.372	2.619	-9%
Vendas de Betão*	1000m ³	737	1.027	-28%
Vendas de Inertes*	1000t	3.156	2.952	7%
Vendas de Argamassas*	1000t	143	142	1%
Vendas de Pré-fabricados	1000t	83	70	19%
Volume de Negócios	1.000€	244.821	279.989	-13%
EBITDA	1.000€	33.455	37.351	-10%
Margem EBITDA	%	13,7%	13,3%	
EBIT	1.000€	11.744	20.596	-43%
Margem EBIT	%	4,8%	7,4%	
Capex	1.000€	30.394	7.389	311%
Pessoal	Nº	980	946	34

* - Os volumes de vendas respeitam às vendas totais de cada área de negócio, não estão expurgados os intragrupos.

** - Inclui as vendas do Terminal da Holanda e de Cabo Verde.

As atividades do Grupo Secil em Portugal registaram, em 2016, um desempenho global ligeiramente mais baixo no mercado interno de cimento.

As vendas de cimento da Secil atingiram as 1,059 milhões de toneladas, mais 1% que em 2015, num ano marcado por variações homólogas mensais negativas que só foram invertidas na reta final do ano.

Manteve-se uma situação de excesso de capacidade instalada em Portugal e em Espanha, permanecendo um forte ambiente competitivo no mercado nacional com o aumento do número de operadores e a consequente diminuição do preço.

A unidade de cimento em Portugal reforçou a sua posição competitiva, com especial destaque para os crescimentos verificados nos setores do betão e prefabricação. Esta evolução foi motivada pelo reforço de uma oferta com características mais adequadas aos vários segmentos, sobretudo com o desenvolvimento e venda de produtos com maior complexidade técnica.

É de assinalar a incorporação de cimento cinzento da Secil em várias obras relevantes: a construção do Centro de Interpretação do Românico (Lousado), o Pavilhão “João Rocha” – Sporting (Lisboa), a fábrica de produção de papel em bobine “Paper Prime” - Grupo Trevipapel (Vila Velha de Ródão), o reforço de Potência da barragem de Venda Nova III (Venda Nova) e o MAAT - Museu de Arte Arquitetura e Tecnologia (Lisboa). No caso do cimento branco, ele foi incorporado em obras como o Edifício Focus Lx – Avenida António Augusto Aguiar (Lisboa) e na ampliação da sede do Santander Totta (Lisboa).

No mercado externo, e contrariando a tendência verificada nos últimos anos, as vendas decresceram face a 2015. Foram vendidas 1,3 milhões de toneladas, uma diminuição de 260 mil toneladas em comparação com o ano anterior. As vendas efetuadas pelo terminal na Holanda, adquirido em Maio de 2016, ascenderam a 64 mil toneladas. As vendas em Cabo Verde cresceram 18,9%, performance que foi possível devido à evolução positiva do mercado de cimento.

A existência de oferta excedentária na Europa e Mediterrâneo continuou a provocar um nível de concorrência elevado. A baixa do preço do petróleo

e a consequente redução do crescimento interno em países cujas economias são muito dependentes das receitas dessa matéria-prima, originou uma quebra de consumo por parte de alguns dos principais importadores de cimento e clínquer. Verificou-se também o aumento de capacidade instalada em alguns destes países. Esta envolvente teve impacto na exportação e nos preços de venda. No entanto, a Secil tem demonstrado resiliência e capacidade na procura de mercados alternativos sem deterioração de margens.

A área de materiais de construção registou uma diminuição nos seus resultados face a 2015.

As vendas de betão pronto registaram um decréscimo nos volumes de vendas de 28%. Uma descida que ficou a dever-se ao fim da importante obra do Túnel do Marão, ímpar no país nos anos mais recentes. Terminado o efeito dessa obra, sentiu-se um aumento nas vendas no Continente, que representam a maior parte das vendas totais de betão do Grupo em Portugal. Já as vendas efetuadas na Região Autónoma da Madeira decresceram cerca de 24%, dada a existência de um excesso de capacidade instalada.

As vendas de inertes do grupo tiveram uma boa performance e registaram um crescimento de 7%. Esta evolução foi ditada por uma maior dinâmica em todas as regiões de atuação, em especial na região de Lisboa e no Algarve, onde as obras de requalificação rodoviária registaram um crescimento significativo. Destacam-se a requalificação da EN125 no Algarve e a requalificação das principais avenidas de Lisboa. A região Norte foi a que teve uma dinâmica mais baixa em 2016, após a conclusão em 2015 da já referida obra do Túnel do Marão. As vendas na Região Autónoma da Madeira decresceram cerca de 11%, pelos motivos já referidos.

A atividade comercial de argamassas foi marcada pelo aumento dos volumes de vendas no mercado interno (+2,1%) e por uma diminuição no mercado externo (-12,4%). A recuperação do mercado interno aconteceu nomeadamente no segmento das argamassas secas, que apresentou um franco e sustentado crescimento, especificamente na área da reabilitação. A nível internacional o ano apresentou alguns desafios, em especial no principal mercado, o Reino Unido. Esta área continuou a sua aposta

no desenvolvimento e promoção de soluções vocacionadas para a renovação/reabilitação de edifícios, já que este setor apresenta um potencial de crescimento significativo.

As vendas de pré-fabricados, área que tem sido a mais afetada pela quebra contínua do mercado da construção, cresceram 19% em 2016. Este aumento está relacionado com o facto da Secil Prebetão, a partir de Julho de 2016, ter passado a ser consolidada integralmente. Este mercado continua a ser marcado pela concorrência muito agressiva, resultante do excesso de oferta instalada e por preços demasiado baixos. No caso da Secil Prebetão, as vendas decresceram cerca de 14%. No entanto, devido a uma alteração de mix dos produtos vendidos, o preço médio de venda subiu cerca de 4,7%.

As vendas de telhas diminuíram no mercado externo (-2%) e no mercado interno (-15%) e as vendas de blocos decresceram -12%. No mercado interno, perante a falta de obras na área dos telhados, os preços tornaram-se mais competitivos. Tem-se assistido no mercado a um aumento de outro tipo de soluções para coberturas, embora não apresentem os mesmos níveis de garantia de durabilidade. Neste contexto, o volume de negócios global em Portugal decresceu 13% comparativamente a 2015, tendo-se cifrado em 245 milhões de euros.

Em termos de volume de negócios, a área do cimento registou uma queda de cerca de 9%, o que se traduziu numa diminuição de 17 milhões de euros face a 2015. Esta diminuição é justificada pela quebra das quantidades vendidas de cimento e clínquer para o mercado externo. No mercado interno o volume de negócios foi semelhante ao de 2015. No mercado externo, o volume de negócios decresceu cerca de 21% devido, em grande parte, à diminuição das quantidades vendidas, mas também à quebra do preço médio de venda.

O volume de negócios na área dos betões decresceu 28,5%, influenciado pela diminuição das quantidades vendidas, uma vez que os preços de venda se mantiveram estáveis.

O volume de negócios de inertes registou uma ligeira quebra. Apesar do aumento das quantidades vendidas, o preço médio de venda teve uma descida de 2%, consequência da venda de um maior volume de produtos de menor valor individual.

O volume de negócios de argamassas teve uma evolução positiva e cresceu 6%, em resultado do aumento das quantidades vendidas no mercado interno e do aumento de preço de venda, neste caso tanto no mercado interno como no externo. O mercado interno apresentou alguns sinais de recuperação e foram vendidos produtos beneficiando de margens maiores. Sublinhe-se, neste campo, as vendas de produtos técnicos. Também no mercado externo as vendas de argamassas técnicas aumentaram, permitindo o crescimento do volume de negócios.

O volume de negócios de pré-fabricados cresceu 17%, devido à integração a 100% da Secil Prebetão, a partir de Julho de 2016. Quer na Argibetão, quer na Secil Prebetão, o volume de negócios decresceu face a 2015, devido à diminuição das quantidades vendidas. No entanto, a quebra foi menor que a verificada nos volumes, pois no caso da Secil Prebetão deu-se uma alteração do mix dos produtos, que permitiu o aumento do preço médio de venda. No caso da Argibetão, fomentou-se o uso de acessórios das telhas, o que permitiu o aumento do preço.

Em termos de resultados, o EBITDA das unidades em Portugal cifrou-se em 33,5 milhões de euros o que, comparado com o montante registado em 2015, representa um decréscimo de 10%.

O EBITDA de 2015 estava influenciado positivamente pelas mais-valias obtidas com a venda de centrais de betão ascendendo a 3,5 milhões de euros. Se excluirmos o efeito destas operações não recorrentes, o EBITDA de 2016 manteve-se semelhante ao de 2015. Uma vez que em 2016 se verificou um decréscimo das vendas de exportação de cimento e clínquer e das vendas de betão, a obtenção de um EBITDA semelhante ao de 2015 pode considerar-se um indicador favorável, o que foi possível devido à diminuição dos custos de produção na generalidade das unidades.

O decréscimo de atividade foi também parcialmente compensado pela venda de licenças de CO2 (em 2016 foram registados 3,6 milhões de euros de proveitos, quando em 2015 haviam sido registados cerca de 1,6 milhões de euros).

Na área do cimento, cujos custos representam a parcela mais significativa da operação em Portugal, destacaram-se os relativos à energia térmica, cuja

redução teve um impacto significativo na estrutura de gastos, tendo sido influenciados positivamente pela redução global dos preços dos combustíveis. Também a otimização do mix de combustíveis alternativos permitiu a obtenção de uma maior taxa de substituição de combustíveis fósseis.

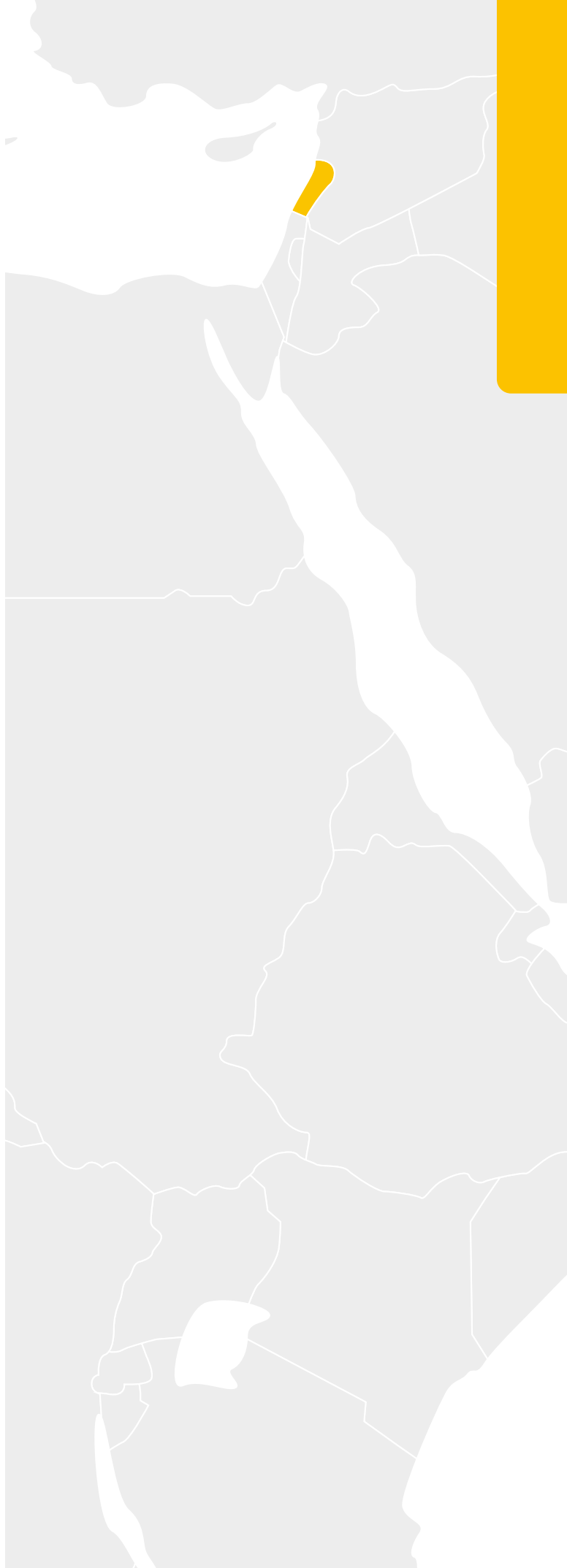
Os custos de produção de clínquer e cimento foram também influenciados positivamente pela otimização da composição das matérias-primas (com impacto na redução dos custos variáveis de produção) e pela redução da incorporação de clínquer. Refira-se também as medidas tomadas na área da logística e distribuição, que permitiram o aumento da eficiência e a obtenção de sinergias no mercado interno e a redução do custo por tonelada transportada.

O ajustamento da estrutura produtiva e de custos e o impacto de ações levadas a cabo em anos anteriores, permitiram que na generalidade das unidades em Portugal tenham sido obtidas margens EBITDA superiores às de 2015.

O investimento em ativos fixos tangíveis em Portugal totalizou 30,4 milhões de euros. A maior parte destes investimentos foram realizados na área do Cimento. Destacam-se os investimentos efetuados na substituição de arrefecedores dos fornos do Outão, a beneficiação das instalações de CDR's na mesma unidade e melhoramentos na moagem de cru da Maceira e Outão. O maior investimento efetuado foi a compra de ativos de produção em concurso internacional, com o objetivo de virem a ser utilizados no grupo.

LÍBANO

O consumo de cimento no Líbano voltou a subir, influenciado pelo aumento da atividade da construção e por condições climáticas mais favoráveis. A situação política, que se manteve instável em 2016, permitiu no final do ano a eleição de um novo presidente, que nomeou um novo primeiro-ministro. As operações do Grupo no país foram marcadas pela diminuição das produções de cimento devido a paragens num dos moinhos e diminuição das produções de clínquer, em resultado da instalação do filtro de mangas, continuando no entanto a apresentar boas margens EBITDA.



Enquadramento Económico

A economia libanesa deverá ter crescido 1% em 2016, uma taxa igual à verificada em 2015, de acordo com os dados do Fundo Monetário Internacional (Janeiro de 2017).

O Líbano continua a sofrer o impacto da desaceleração global e da instabilidade regional, em particular da situação vivida na Síria. O conflito na Síria continua a dominar as perspetivas do país do Médio Oriente, com os refugiados registados a representarem já um quarto da população residente. A presença de refugiados conduziu ao aumento da pobreza e do desemprego e colocou mais pressão sobre as finanças públicas e infraestruturas da economia.

A situação política não foi muito estável durante o ano de 2016 e, após um impasse de dois anos e meio, o Líbano elegeu um presidente em 31 de Outubro de 2016 e nomeou um novo primeiro-ministro logo depois. As consultas para formar um novo governo estavam em curso no início do ano de 2017.

O consumo de cimento na economia libanesa cresceu 4,3% face a 2015, tendo atingido as 5,3 milhões de toneladas. Este crescimento deveu-se a condições climáticas mais favoráveis do que as verificadas em 2015 (no primeiro trimestre de 2015 as condições climáticas foram bastante adversas), mas também foi influenciado pelo aumento da atividade da construção. De acordo com os dados disponíveis (Blominvest Bank), a construção mostrou sinais de recuperação em 2016, tendo atingido níveis semelhantes aos de 2012. As licenças para construção registaram um aumento de 13,3%. O sentimento positivo criado pela eleição presidencial e a formação de um governo após 2 anos e meio de impasse político, terão tido impacto positivo na atividade da construção.

O Grupo Secil

LÍBANO

	Unidades	2016	2015	Variação
Mercado do Cimento	1000t	5.270	5.053	4,3%
Produção de Clínquer	1000t	871	1.007	-13,6%
Produção de Cimento	1000t	1.103	1.162	-5,0%
Vendas da Cimento e Clínquer*				
Mercado Interno	1000t	1.150	1.170	-1,7%
Vendas de Betão*	1000m ³	107	103	-5,2%
Vendas de Pré-fabricados*	1000t	33	9	259%
Volume de Negócios	1.000€	92.092	95.087	-3,1%
EBITDA	1.000€	32.710	35.324	-7,4%
Margem EBITDA	%	35,5%	37,1%	
EBIT	1.000€	25.374	27.880	-9,0%
Margem EBIT	%	27,6%	29,3%	
Capex	1.000€	3.374	4.622	-27,0%
Pessoal	Nº	496	499	-3

* - Os volumes de venda respeitam às vendas totais de cada área de negócio, não estão expurgados os intragrupos.

As vendas de cimento da Ciment de Sibline totalizaram 1,15 milhões de toneladas, tendo decrescido 1,7% comparativamente a 2015. Devido a algumas restrições na produção (paragens da principal moagem de cimento), não foi possível aproveitar plenamente o desenvolvimento positivo da procura interna. O ambiente competitivo no mercado continuou muito desafiante e teve reflexo nos preços médios de venda em moeda local, que diminuíram cerca de 2,6%.

No que se refere à atividade do betão, esta apresentou uma performance abaixo da verificada em 2015, tendo as quantidades vendidas diminuído 5,2%. O ambiente difícil e altamente competitivo no mercado de betão pronto continuou nas áreas em que o Grupo opera, com reflexos também nos preços de venda.

O volume de negócios das atividades no Líbano decresceu cerca de 3,1% face a 2015, em virtude das quebras das vendas de cimento e de betão e da diminuição dos preços de venda de ambos os segmentos.

O EBITDA gerado pelas operações no Líbano atingiu 32,4 milhões de euros, valor inferior ao registado em 2015 em 7,7%. No caso do cimento, este indicador totalizou 33,1 milhões de euros, o que representou um decréscimo de 6,7%. Esta redução deveu-se à diminuição das quantidades vendidas, à pressão sobre os preços de venda e à necessidade de compra de cimento a terceiros para venda, parcialmente compensados pela redução dos custos de produção.

A produção de clínquer registou um nível inferior à verificada em 2015, devido à paragem programada da linha 2 para instalação do filtro de mangas, operação que decorreu durante o primeiro trimestre de 2016. As produções de cimento também foram inferiores às do período homólogo de 2015, devido a algumas paragens de um dos moinhos, já referidas.

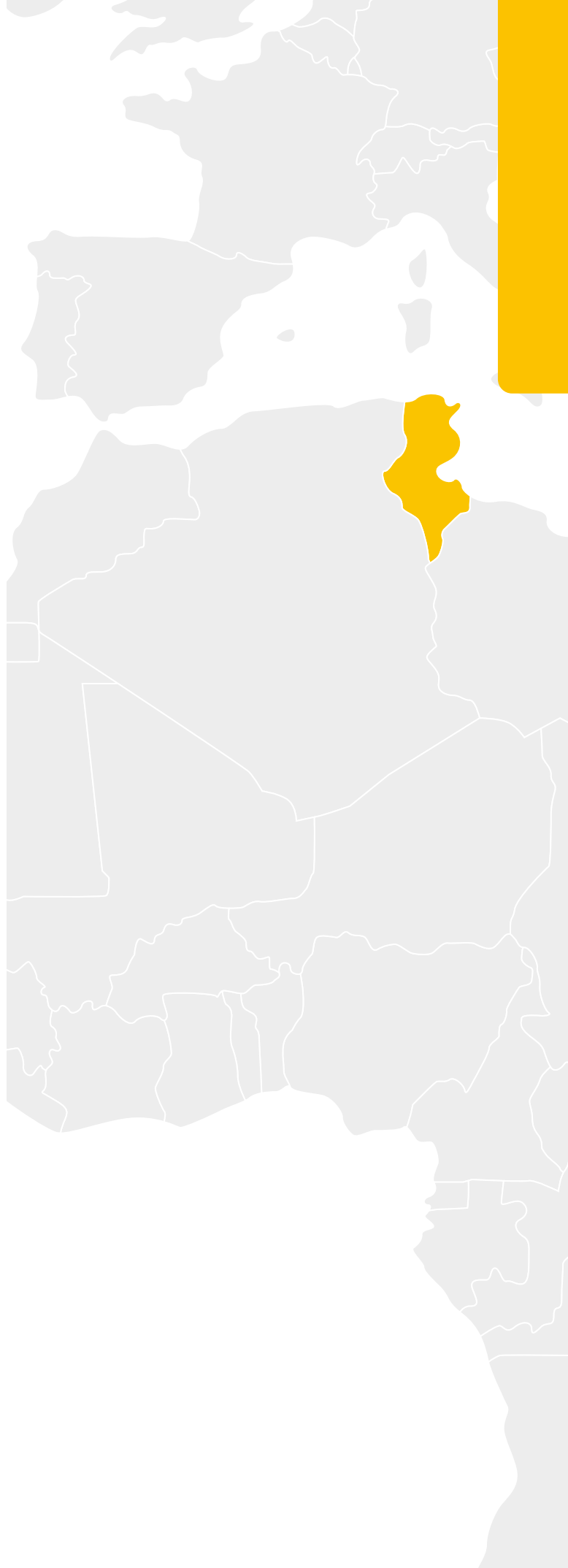
Os custos de produção foram mais baixos face a 2015. Refira-se, nestas rubricas, a diminuição dos custos com energia térmica, em resultado da baixa global dos custos dos combustíveis. Verificaram-se também alguns ganhos operacionais e uma diminuição dos custos com matérias-primas devido à instalação do filtro de mangas.

O desempenho do EBITDA no betão pronto, que decresceu 87%, reflete a diminuição das vendas e do preço médio de venda, bem como o registo de imparidades para clientes. Esta evolução foi parcialmente compensada pela diminuição dos custos com manutenção e com combustíveis.

Os investimentos no Líbano em 2016 totalizaram 3,4 milhões de euros, destacando-se a conclusão da instalação do filtro de mangas (que havia sido iniciada no final de 2015 e cujo valor de investimento em 2016 ascendeu a 1,3 milhões de euros) e a modificação do silo de mistura de matérias-primas (420 mil euros).

TUNÍSIA

Na Tunísia, 2016 foi marcado pela instabilidade política e social. Esta incerteza afetou o consumo de cimento, que decresceu cerca de 4%. O excesso de capacidade instalada continuou a ter impacto nos preços de venda, bem como nas vendas para exportação. As quantidades de cimento vendidas pelas operações do Grupo foram mais baixas. No entanto, foi possível aumentar o preço de venda no mercado interno. A melhoria na performance da produção permitiram melhorar a margem EBITDA.



Enquadramento Económico

A economia tunisina terá registado um crescimento de 1,5% em 2016, superior ao verificado em 2015, que foi de 0,8% (World Economic Outlook, FMI Outubro 2016).

Com o apoio do FMI, a Tunísia conseguiu preservar a estabilidade macroeconómica e dar início a reformas fiscais e bancárias, num contexto marcado por uma transição política prolongada, pelos impactos da crise na Líbia e alguns acontecimentos exógenos, incluindo ataques terroristas. As políticas apoiadas pelo FMI conduziram a uma consolidação orçamental gradual, a uma redução dos subsídios ao setor energético e à redução da inflação.

Contudo, persistem desafios importantes: o crescimento permaneceu abaixo das expectativas, a produtividade diminuiu, o desemprego continuou elevado e assistiu-se a uma desvalorização do dinar tunisino. A situação política instável e o clima de insegurança tornam mais difícil a recuperação económica. O FMI aprovou em 2016 um empréstimo de quatro anos à Tunísia para promover o crescimento económico e a criação de emprego, protegendo simultaneamente as famílias mais vulneráveis.

A situação de incerteza afetou o consumo de cimento, que decresceu cerca de 4% em 2016. A concorrência no mercado tunisino é cada vez mais forte, existe um elevado número de concorrentes e a pressão sobre os preços de venda é grande. Esta concorrência sentiu-se ainda nas exportações, afetadas também pelo fecho da fronteira com a Líbia durante alguns períodos e pela limitação das exportações de cimento para a Argélia.

O Grupo Secil

TUNÍSIA

	Unidades	2016	2015	Variação
Mercado de Ligantes				
Cimento + Cal	1000t	7.227	7.519	-3,9%
Produção de Clínquer	1000t	858	943	-9,0%
Produção de Cimento + Cal	1000t	1.018	1.171	-13,1%
Vendas de Cimento e Clínquer*				
Mercado Interno	1000t	850	889	-4,4%
Mercado Externo	1000t	163	286	-43,2%
Total	1000t	1.013	1.176	-13,9%
Vendas de Betão*	1000m ³	154	147	4,7%
Volume de Negócios	1.000€	56.468	69.915	-19,2%
EBITDA	1.000€	10.510	11.466	-8,3%
Margem EBITDA	%	18,6%	16,4%	
EBIT	1.000€	4.761	4.715	1,0%
Margem EBIT	%	8,4%	6,7%	
Capex	1.000€	2.183	2.240	-3%
Pessoal	Nº	351	373	-22

* - Os volumes de venda respeitam às vendas totais de cada área de negócio, não estão expurgados os intragrupos.

O desempenho da SCG decresceu face a 2015, com as vendas em quantidade a diminuírem 13,9%, afetadas pelo decréscimo das vendas no mercado interno em 4,4%, e no mercado externo em 43,2%.

As vendas no mercado interno caíram em resultado da retração do mercado e da pressão sobre o preço de venda. Esta pressão resultou na baixa de preços praticada pela maioria dos outros operadores. Apesar da forte concorrência, os preços desta unidade cresceram cerca de 1,7% no mercado interno, sobretudo pelo impacto do mix de produtos.

No caso das exportações, a redução deveu-se a algumas limitações à importação por parte da Argélia e ao encerramento da fronteira da Líbia por diversas ocasiões. No mercado de exportação os preços de venda estiveram em baixa, também devido ao aumento da concorrência, o que condicionou as vendas da unidade do Grupo Secil.

A atividade de betão pronto apresentou uma performance superior à de 2015. As vendas de betão em volume cresceram 4,7%, tendo sido vendidos mais 7 mil m³. Este aumento deveu-se ao desenvolvimento positivo do mercado de Zarzis/Djerba, exceções num país onde a indústria da construção civil em geral e o setor imobiliário em particular sofreram quebras acentuadas. A quebra sentiu-se particularmente no mercado de Sfax, cuja base principal é a promoção imobiliária. A diminuição do mercado levou ao aumento da concorrência e a uma ligeira quebra dos preços de venda.

O volume de negócios do Grupo na Tunísia decresceu em 2016, devido essencialmente à performance do cimento. O volume de negócios do cimento caiu cerca de 20%. A desvalorização de cerca de 9% do dinar tunisino face ao euro produziu um impacto negativo de cerca de 5 milhões de euros.

O EBITDA gerado pela Tunísia diminuiu cerca de 8,3% comparativamente a 2015, quebra verificada em ambos os setores. No entanto, no caso do cimento, o decréscimo deveu-se totalmente à desvalorização do dinar tunisino face ao euro, com impacto negativo de cerca de 950 mil euros. Descontada esta desvalorização, o EBITDA do cimento teria sido superior em cerca de 250 mil euros, influenciado positivamente pelo aumento do preço no mercado interno e pela diminuição dos custos de produção.

A produção de clínquer foi inferior à realizada em 2015, devido à diminuição da produção de cimento.

Os custos variáveis de produção de clínquer e de cimento diminuíram face ao período homólogo. A diminuição dos custos com energia térmica, em resultado da baixa global dos combustíveis, teve um impacto significativo na redução dos gastos de produção. Também os custos com energia elétrica registaram um decréscimo, devido à diminuição dos consumos específicos e do preço da energia. O preço da energia elétrica na Tunísia registou uma redução muito significativa no mês de Junho, o que também produziu efeitos muito positivos nos custos de produção no terceiro e quarto trimestres.

Já nos betões, a descida do EBITDA resultou da diminuição da margem EBITDA, devido ao aumento dos preços de compra de algumas matérias-primas, custos com transporte e ao registo de imparidades para clientes.

Os investimentos ascenderam a 2,2 milhões de euros, valor semelhante ao de 2015, destinados essencialmente a investimentos de substituição e de segurança.

BRASIL

No Brasil, verificou-se uma retração do consumo privado, um abrandamento da criação de emprego e uma forte redução do investimento privado. Tudo isso teve impacto negativo no consumo de cimento. A performance das operações do Brasil em 2016 ficou marcada por ser o primeiro ano completo de funcionamento da nova fábrica de Adrianópolis. As vendas de cimento superaram o milhão de toneladas e foram abertos oito centros de distribuição. A fábrica apresentou uma boa performance, com custos de produção muito competitivos, o que aliado ao aumento de vendas permitiu uma melhoria significativa do EBITDA. Apesar disso, estando a operação em fase de rump-up não foi ainda possível atingir resultados líquidos positivos.



Enquadramento Económico

A economia brasileira continuou em 2016 a ser fortemente afetada pela instabilidade política, pelos ajustamentos fiscais e orçamentais e pelo desenvolvimento de processos judiciais e investigações mediáticas que envolveram detentores de órgãos de soberania. A conjugação destes acontecimentos provocou uma grande incerteza sobre a evolução económica, dificultando a gestão das expectativas e a tomada de decisões por parte dos agentes económicos.

Neste cenário, registou-se uma degradação dos principais indicadores macroeconómicos. As estimativas do Fundo Monetário Internacional apontam para que a economia brasileira tenha registado uma retração de 3,3% em 2016 (World Economic Outlook Update, FMI Janeiro 2017), depois da queda de 3,8% já registada em 2015.

O investimento voltou a cair em 2016 (11,3%) e o consumo encolheu (4,1%), enquanto a inflação desacelerou mas se manteve elevada (passou de 10,7% em 2015 para 7,2% em 2016).

Neste contexto, o setor da construção foi naturalmente afetado, tendo-se registado uma redução das obras e projetos, com impacto no consumo de cimento. O mercado de cimento no Brasil terá registado uma queda em 2016 em torno de 11,7%. No sul do Brasil, que é o principal mercado do Grupo Secil no país, o decréscimo foi de 5,8%.

O Grupo Secil

BRASIL

	Unidades	2016	2015	Variação
Mercado do Cimento	1000t	25.689	27.173	-5,5%
Produção de Clínquer	1000t	865	357	142,5%
Produção de Cimento	1000t	1.130	488	131,8%
Vendas da Cimento e Clínquer*				
Mercado Interno	1000t	1.109	428	159,2%
Mercado Externo	1000t	23	17	35,2%
Total	1000t	1.132	445	154,5%
Vendas de Betão*	1000m ³	216	103	110%
Volume de Negócios	1.000€	78.233	35.626	120%
EBITDA	1.000€	5.906	1.685	250%
Margem EBITDA	%	7,5%	4,7%	
EBIT	1.000€	-5.882	-2.973	98%
Margem EBIT	%	-7,5%	-8,3%	
Capex	1.000€	4.929	11.135	-56%
Pessoal	Nº	610	618	-8

* - Os volumes de venda respeitam às vendas totais de cada área de negócio, não estão expurgados os intragrupos.

** - Estes valores respeitam ao mercado de actuação do Grupo Supremo e não ao total do mercado brasileiro.

Com a aquisição da totalidade do capital do Grupo Supremo, o Grupo Secil passou a consolidar essa operação nas suas contas a partir de Julho de 2015. Por esse facto, os valores de 2016 não são diretamente comparáveis com os de 2015, uma vez que as contas deste ano incluíam somente seis meses de atividade e encontravam-se influenciadas pelo arranque da nova fábrica de Adrianópolis.

Olhando para a performance de 2016, as vendas de cimento foram de 1,1 milhões de toneladas, o que representou um aumento de 58% face a 2015, quando tinham sido vendidas 716 mil toneladas de cimento. Apesar do decréscimo do mercado, a unidade conseguiu aumentar significativamente as suas vendas. Para esta evolução contribuiu a evolução da estratégia comercial, com a abertura de centros de distribuição que permitem ao Grupo Secil uma aproximação e a prestação de um melhor serviço aos clientes.

Os preços de venda apresentaram um comportamento negativo em 2016, tendo sido afetados pela forte concorrência. A retração do mercado, aliada ao aumento de capacidade de um dos operadores, teve um efeito de aumentar a concorrência, o que provocou uma redução de preços. O preço médio de venda decresceu cerca de 8% em relação a 2015.

As vendas de betão pronto tiveram uma performance equiparada às de 2015, tendo ocorrido uma redução de preço de cerca de 5,6%.

O volume de negócios do Grupo Secil no Brasil atingiu os 78,2 milhões de euros, o que representou um crescimento de 30,4%, sobretudo sustentado pelo aumento das vendas em quantidade de cimento.

A fábrica de Adrianópolis apresentou uma boa performance industrial. Os consumos energéticos (térmicos e elétricos) ficaram abaixo dos verificados do ano anterior, o que permitiu manter os custos variáveis em níveis mais baixos. No mês de Novembro iniciou-se a compra de energia elétrica no mercado livre, o que permitiu uma nova redução de custos. Assim, os custos de produção variáveis diminuíram significativamente devido aos melhores consumos térmicos e elétricos do novo equipamento. A redução dos custos de aquisição de combustíveis (quer por via de redução dos preços nos mercados internacionais, quer pela melhoria do câmbio Brl/Usd) e várias ações de controlo das

despesas contribuíram igualmente para a redução dos gastos variáveis.

Os custos fixos tiveram um aumento face a 2015, devido à maior dimensão das operações no Brasil que se refletiu na nova unidade industrial mas também no reforço da equipa comercial e na abertura de novos centros de distribuição. Tal como no ano anterior, a unidade de Pomerode manteve apenas a operação de moagem.

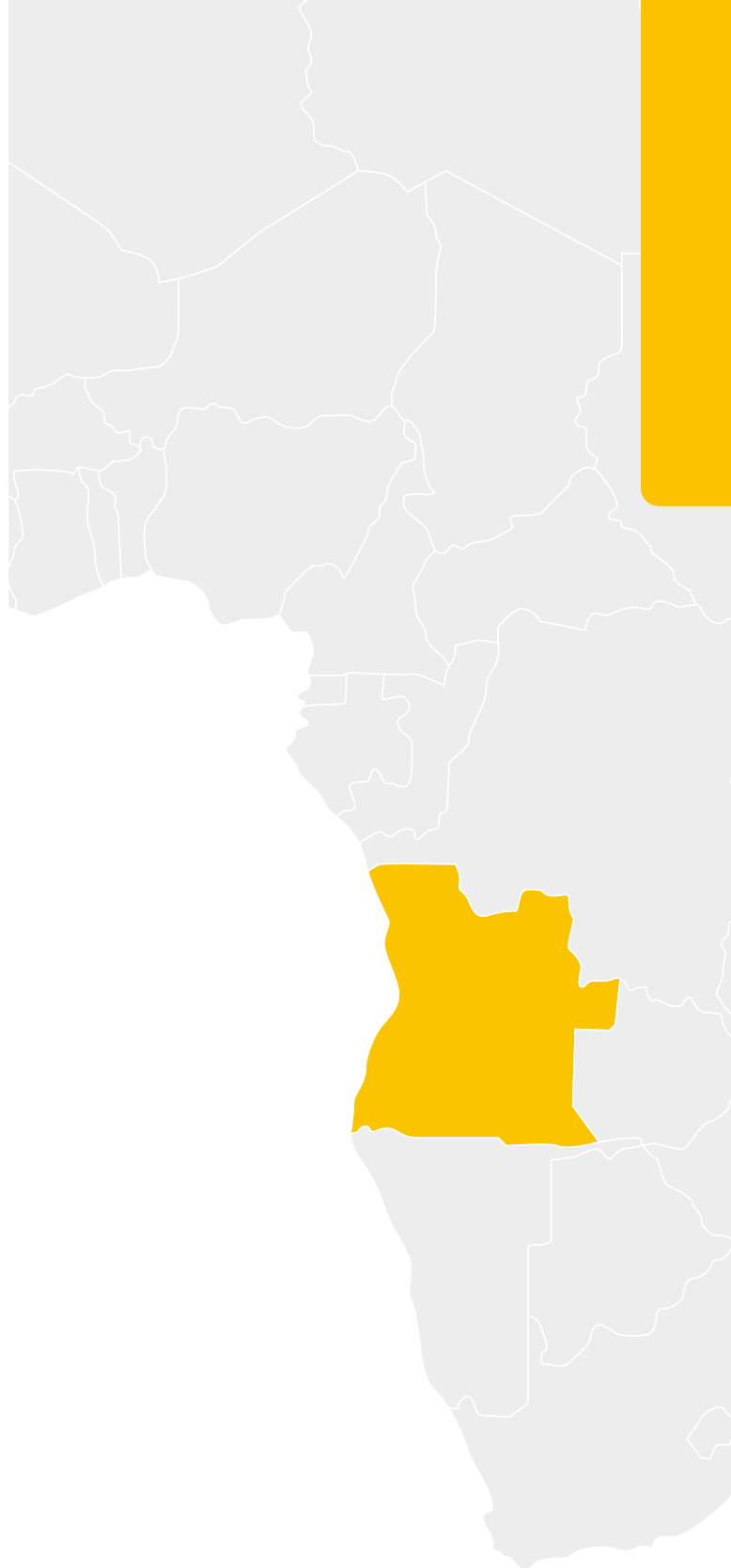
Com o crescimento do volume de negócios, do aumento das produções de clínquer e melhoria da performance operacional, o EBITDA do cimento registou um aumento muito considerável. Em 2015 havia sido negativo (influenciado pelo investimento que levou ao arranque da nova fábrica) e em 2016 registou um valor de 6,6 milhões de euros.

A atividade de betão pronto apresentou um volume de negócios inferior em 9%. Esta redução das vendas e o aumento dos custos de algumas matérias-primas (influenciados pela inflação no Brasil), provocaram uma redução das margens operacionais, e, em consequência, o EBITDA foi negativo em 2016.

Os investimentos no Brasil totalizaram 4,9 milhões de euros no ano em análise, destacando-se a conclusão das obras da fábrica, a aquisição de duas centrais de betão com o objetivo de alargar os canais de venda de cimento e a abertura de oito centros de distribuição de cimento e do centro estratégico de Curitiba.

ANGOLA

Em Angola, o ano foi marcado pelo decréscimo significativo de 26% do mercado de cimento, afetado pelas dificuldades da economia na sequência do choque petrolífero. Apesar do contexto conjuntural mais difícil, a política comercial do Grupo Secil no país permitiu aumentar substancialmente o preço médio de venda. Esta evolução, aliada a uma redução os custos fixos, permitiu o aumento significativo do EBITDA (+71,8%, cerca de um milhão de euros).



Enquadramento Económico

A acentuada queda do preço do petróleo ocorrida em 2014 teve um forte impacto na economia angolana, que ainda persiste. O país é muito dependente deste setor de atividade e viu as suas exportações e receitas fiscais registarem uma forte queda com o choque petrolífero.

As estimativas do Fundo Monetário Internacional (Janeiro de 2017) apontam para a estagnação da economia de Angola em 2016, com uma queda marginal de 0,5% do PIB dos setores não petrolíferos da economia. A generalidade dos setores de atividade contribuiu para esta evolução, da indústria aos serviços, passando pela construção. A inflação subiu até os 45% no final de 2016, a maior no período de uma década. O ano ficou também marcado pela continuação da desvalorização do kwanza e pelas dificuldades nos pagamentos ao estrangeiro. Por isso, a produção industrial, apesar das oportunidades que a substituição de produtos importados podia trazer, ressentiu-se com dificuldades de importação de equipamento e matérias-primas por falta de divisas para as transações internacionais.

Para fazer face a esta conjuntura, o governo angolano lançou programas de diversificação da economia. No entanto, os resultados produzidos foram escassos, uma vez que os investidores estrangeiros não apostaram na economia angolana devido às dificuldades nos pagamentos ao estrangeiro.

O mercado angolano de cimento registou um decréscimo de cerca de 26,2% em 2016, tendo atingido aproximadamente 3,9 milhões de toneladas. Este decréscimo é justificado pela paragem de um grande número de obras públicas, mas também do setor da construção privada, que também se ressentiu com o aumento generalizado dos preços dos bens de consumo corrente. Os produtores nacionais de cimento foram afetados por esta conjuntura, já que a desvalorização da moeda teve impactos no custo de importação de clínquer, bem como de todos os materiais e serviços de origem externa. A redução das disponibilidades cambiais expôs as empresas a perdas na taxa de câmbio.

O Grupo Secil

ANGOLA

	Unidades	2016	2015	Variação
Mercado do Cimento	1000t	3.837	5.200	-26,2%
Produção de Cimento	1000t	152	199	-23,7%
Vendas de Cimento	1000t	155	200	-22,6%
Volume de Negócios	1.000€	19.113	24.589	-22,3%
EBITDA	1.000€	2.408	1.402	71,8%
Margem EBITDA	%	13%	3%	
EBIT	1.000€	943	-659	n.a.
Margem EBIT	%	4,9%	n.a.	
Capex	1.000€	120	669	-82%
Pessoal	Nº	182	211	-29

* - Os volumes de venda respeitam às vendas totais de cada área de negócio, não estão expurgados os intragrupos.

As quantidades vendidas pela Secil Lobito caíram 22,6% comparativamente ao ano anterior, para 155 mil toneladas de cimento. Este decréscimo das vendas deveu-se à retração do mercado, dadas as condições da economia angolana.

O cimento CEM I 42,5R, produto de maior valor acrescentado, aumentou o seu peso no mix de vendas, passando a representar 31,4% das vendas totais e reforçando a posição da Secil Lobito na produção de cimentos diferenciados de elevada resistência. A este respeito, foi ainda iniciada a comercialização regular de cimento tipo I 52,5R, sendo a Secil Lobito a única empresa a produzir este tipo de produto em Angola.

O volume de negócios decresceu 22,3%, tendo atingido um total de 19 milhões de euros. Nesta diminuição está refletiva negativamente a desvalorização cambial do Kuanza face ao Euro, cujo impacto nas contas foi de 6,9 milhões de euros. Desconsiderando o referido efeito cambial, o volume de negócios seria superior em 5,7%, fruto da gestão adequada e rigorosa do preço de venda, que aumentou 44,8% face a 2015.

O EBITDA teve uma evolução muito positiva, tendo somado 2,4 milhões de euros, bastante acima dos 1,4 milhões de euros registados em 2015. Esta evolução foi possível devido ao aumento dos preços de venda e ao esforço na redução dos custos fixos, que mais do que compensaram os feitos combinados do decréscimo das vendas e do aumento dos custos variáveis. É que, para fazer face à contração do mercado, para além do aumento de preços, foi efetuado um esforço significativo na contenção de custos e foi delineado um plano de reestruturação que visou fundamentalmente a adaptação da estrutura produtiva às necessidades do mercado, com especial incidência na contenção dos custos com pessoal e de toda a estrutura fixa. Deste plano resultou uma redução do número de colaboradores em 13,7% (-29 colaboradores), a redução dos prestadores de serviços e uma descida dos custos fixos, apesar de a inflação ter sido superior a 40%.

Os custos variáveis aumentaram, devido em grande parte ao crescimento do custo da importação de clínquer como consequência da desvalorização do kuanza. A situação económica em Angola e a desvalorização cambial tiveram impacto na generalidade dos preços dos produtos e dos ser-

viços, sendo que o custo da energia elétrica e dos combustíveis sofreram também um aumento significativo.

Para fazer face à escassez de divisas, procurou-se internamente uma fonte alternativa de fornecimento de clínquer a preços competitivos. No segundo trimestre iniciou-se a aquisição de clínquer a produtores nacionais, interrompendo-se as aquisições a Portugal, que foram retomadas no final do ano, após a disponibilização de verbas.

Os investimentos totalizaram 120 mil euros em 2016, o que representa uma redução de 82% face a 2015, não tendo sido efetuados investimentos relevantes.

PERSPETIVAS FUTURAS

A conjuntura económica e a incerteza política nalgumas geografias onde o Grupo Secil opera continuarão a fazer de 2017 um ano com muitos desafios. Mas prevemos uma evolução globalmente positiva da performance do grupo.

As perspetivas de crescimento do PIB para 2017 em **Portugal** são ainda relativamente moderadas, sendo esperado um crescimento de 1,8%, de acordo com as últimas projeções do Banco de Portugal (Março 2017). No entanto, as revisões destas projeções de crescimento têm sido feitas em alta desde o final de 2016, o que parece indiciar que a economia poderá ter um desempenho melhor do que o que era expectável há uns meses.

O cumprimento da meta do défice orçamental português de 2016 - que era de 2,5% e terá ficado em 2,1% - permitiu algum alívio das taxas de juro de financiamento da República. Subsistem, no entanto, desafios no setor bancário e, sobretudo, nas soluções para os créditos problemáticos que se mantêm nas carteiras das instituições financeiras.

Espera-se alguma retoma do investimento, sobretudo público, depois de ter sido sacrificado em 2016 por força do cumprimento das metas orçamentais. A evolução do contexto externo poderá também ter um papel decisivo no crescimento, sendo que existem muitos fatores de instabilidade e incerteza, relacionados com os desenvolvimentos políticos do processo de saída do Reino Unido da União Europeia, a política da nova administração norte-americana e as tensões ou conflitos regionais, como é o caso do Médio Oriente.

A sucessão de eleições na Europa é outro fator de incerteza que pode condicionar algum comportamento dos agentes económicos.

No caso concreto do setor da construção, o crescimento de alguns indicadores em 2016, como o emprego, as transações de fogos habitacionais,

o número de fogos novos licenciados e o número de contratos celebrados de empreitadas de obras públicas, permitem antecipar uma recuperação do setor para breve.

No setor das obras públicas prevê-se um ligeiro crescimento, já antecipado pela melhoria de todos os indicadores avançados do setor, bem como pelo impulso resultante do facto de se realizarem eleições autárquicas em Outubro de 2017. Também o setor privado não residencial apresenta boas perspetivas, tendo em conta o aumento da área licenciada no segundo semestre de 2016. No segmento habitacional, prevê-se também crescimento, como consequência do aumento do número de licenciamentos de fogos novos ao longo do segundo semestre de 2016, bem como pelas perspetivas positivas que se mantêm na área da reabilitação. A dinâmica do mercado de arrendamento e o crescimento do setor do turismo são os drivers que mais motivam esta tendência de crescimento.

Externamente, no **Líbano** prevê-se um ano de 2017 em linha com o anterior, com o FMI a prever um crescimento de 2%, embora a instabilidade que se mantém na região do Médio Oriente não crie condições para a consolidação do crescimento e desenvolvimento económicos. Os impulsores de crescimento tradicionais do Líbano, que são o turismo, o imobiliário e a construção, sofreram quebras nos últimos anos e é improvável uma forte recuperação com base nas tendências atuais. Na ausência de uma evolução muito favorável da confiança ou de uma resolução do conflito sírio, que no início de 2017 não se antecipa, é pouco provável que o crescimento da economia volte brevemente ao seu potencial (4%).

As perspetivas são dominadas por riscos negativos, embora existam também potenciais evoluções positivas. A eleição recente de um presidente no país e a nomeação de um primeiro-ministro podem ser o impulso para as reformas e ajustamentos necessários, para estimular a economia e ajudar a corrigir desequilíbrios macroeconómicos.

Apesar do abrandamento expectável na atividade de construção residencial e da incerteza quanto à confiança dos investidores, causada pela situação política no país e na região, o mercado de cimento deverá estabilizar ou decrescer ligeiramente em 2017. Espera-se que o ambiente competitivo se mantenha desafiante. As vendas de blocos deverão aumentar nos próximos meses, uma vez que as encomendas aumentaram.

Na **Tunísia** prevê-se em 2017 uma aceleração do crescimento económico, que deverá passar de 1,5% para 2,8% (World Economic Outlook, FMI Outubro 2016). No entanto, a instabilidade que persiste torna todas as perspetivas relativamente incertas. A produção de cimento na Tunísia é superior à procura e a instabilidade que se continua a viver na Líbia traz dificuldades às exportações. Estas são também afetadas pela contingência implementada pelo governo Argelino à importação de cimento tunisino. Espera-se, por outro lado, que o Estado retome o processo da sua saída do setor do cimento, com a finalização do processo de privatização iniciado no final dos anos 90.

O nível concorrencial deverá manter-se intenso, sendo expectável a continuação da pressão sobre os preços de venda (quer no mercado interno quer no externo).

No **Brasil**, o ano de 2017 deverá ser de relativa estagnação do crescimento económico. É para isso que apontam as previsões, sendo esperado um crescimento modesto de 0,5% (World Economic Outlook Update, FMI Janeiro 2017) o que permite antecipar o prolongamento das dificuldades na atividade económica, e especialmente nas atividades ligadas ao setor da construção, devido à dificuldade em concretizar investimentos. A maior ameaça ao crescimento económico continuará a ser a situação política, muito dependente da forma como o governo conseguir fazer aprovar as reformas necessárias para melhorar as expectativas dos agentes económicos públicos e privados. Com

a inflação agora em queda, espera-se uma redução das taxas de juro, permitindo uma redução nos custos tanto das empresas como das famílias. Este poderá ser um impulso positivo para o consumo e para o investimento. O governo já anunciou um programa de parcerias público privadas para o desenvolvimento de infra-estruturas, mas que apenas terá efeito no início do segundo semestre do ano, permitindo uma melhoria no cenário da construção civil.

Com este enquadramento macroeconómico instável, e apesar de alguns sinais de melhoria, prevê-se nova redução do mercado de cimento. Apesar desta situação, é esperado que as atividades da empresa no Brasil melhorem, com um crescimento das vendas baseado na qualidade dos produtos, na tecnologia utilizada, nos baixos custos de produção e na dinâmica comercial. A abertura de novos centros de distribuição e de novas unidades de betão vão contribuir para mitigar a diminuição do mercado e complementar a dinâmica comercial.

As perspetivas para 2017 em **Angola** são ligeiramente positivas. O FMI prevê que haja um crescimento da economia de 1,5%. Os programas de diversificação da economia lançados pelo Governo em 2016, a tendência de subida do preço do petróleo nos mercados internacionais e o facto de em 2017 se realizarem eleições, permitem perspetivar um crescimento da economia e do consumo do cimento. Este facto, aliado à redução de custos fixos efetuada em 2016, permitem manter a trajetória de recuperação e melhoria das operações em Angola.

Perspetiva-se para o ano de 2017 um desempenho global positivo do Grupo Secil e acima do obtido em 2016.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Os resultados líquidos do período da Secil – Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A. são de 22 274 748 euros negativos. O Conselho de Administração propõe a sua transferência para a rubrica de Resultados Transitados.

O Conselho de Administração,
Outão 2 de Maio de 2017

Pedro Mendonça de Queiroz Pereira
Presidente

Manuel António de Sousa Martins
Vogal

João Nuno de Sottomayor Pinto de Castelo Branco
Vice-Presidente

Paulo Miguel Garcês Ventura
Vogal

Otmar Hübscher
Vice-Presidente

Ricardo Miguel dos Santos Pacheco Pires
Vogal

Gonçalo de Castro Salazar Leite
Vice-Presidente

Sérgio António Alves Martins
Vogal

Carlos Alberto Medeiros Abreu
Vogal

Francisco José Melo e Castro Guedes
Vogal

João Luís Barbosa Pereira de Vasconcelos
Vogal

José Miguel Pereira Gens Paredes
Vogal



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

DA POSIÇÃO FINANCEIRA EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2016 E 2015

Valores em Euros	Nota	31/12/2016	31/12/2015
ATIVO			
Ativo não Corrente			
Ativos fixos tangíveis	10	655 713 013	626 632 802
Propriedades de investimento	12	530 722	551 231
Goodwill	9	210 912 716	194 585 377
Ativos intangíveis	13	26 495 792	29 273 920
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	14	1 762 873	4 711 097
Outros investimentos financeiros	16	3 421 516	2 795 719
Créditos a receber	18	2 695 371	3 861 120
Ativos por impostos diferidos	15	32 906 720	22 273 397
Outros ativos financeiros	16	660 216	120 584
		935 098 939	884 805 247
Ativo corrente			
Inventários	17	98 558 315	96 363 977
Clientes	18	56 541 829	64 581 404
Estado e outros entes públicos	25	29 915 539	11 498 274
Outras créditos a receber	18	19 332 568	10 753 475
Diferimentos	26	772 166	818 819
Outros ativos financeiros	16	-	2 598 961
Ativos não correntes detidos para venda	19	1 036 774	1 064 047
Caixa e depósitos bancários	18	116 136 921	133 520 122
		322 294 112	321 199 079
Total do ativo		1 257 393 051	1 206 004 326
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	20	264 600 000	264 600 000
Ações próprias	20	(22 609 745)	(22 609 745)
Outros instrumentos de capital próprio	20	140 000 000	-
Reservas legais	20	40 680 725	40 680 725
Outras reservas	20	41 312 243	54 519 442
Resultados transitados		4 556 650	4 534 459
Excedentes de revalorização	20	14 027 936	14 050 127
Ajustamentos / outras variações no capital próprio	20	(67 745 683)	(108 239 066)
		414 822 126	247 535 942
Resultado consolidado líquido do período		(22 274 750)	(13 207 199)
		392 547 376	234 328 743
Interesses que não controlam	5	72 812 005	77 926 701
Total do capital próprio		465 359 381	312 255 444
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	21	30 590 064	29 787 723
Financiamentos obtidos	23	412 833 093	516 420 094
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	22	2 395 654	3 371 138
Passivos por impostos diferidos	15	59 547 383	55 077 076
Outras dívidas a pagar	23	-	10 481 458
Outros passivos financeiros	38	1 190 186	3 337 991
		506 556 380	618 475 480
Passivo corrente			
Fornecedores	23	34 568 552	46 139 423
Adiantamentos de clientes	24	2 160 791	2 100 727
Estado e outros entes públicos	25	40 881 357	36 768 044
Financiamentos obtidos	23	126 207 690	79 067 673
Outras dívidas a pagar	23	79 827 371	110 764 984
Diferimentos	26	491 489	354 574
Outros passivos financeiros	38	1 268 804	-
Passivos directamente associados a ativos não correntes detidos para venda	19	71 229	77 977
		285 477 290	275 273 402
Total do passivo		792 033 670	893 748 882
Total do capital próprio e do passivo		1 257 393 051	1 206 004 326

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

DOS RESULTADOS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

Valores em Euros	Nota	31/12/2016	31/12/2015
Vendas e serviços prestados	27	471 529 626	478 672 238
Ganhos e (perdas) imputados de associadas e empreendimentos conjuntos	28	3 067 090	(2 415 788)
Variação nos inventários da produção		786 302	3 072 568
Trabalhos para a própria entidade		489 433	254 576
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		(140 958 874)	(157 822 145)
Fornecimentos e serviços externos	29	(176 458 995)	(174 227 504)
Gastos com o pessoal	30	(82 476 343)	(72 250 337)
Imparidade de inventários ((perdas)/ reversões)	17	119 161	(1 675 849)
Imparidade de dívidas a receber ((perdas)/ reversões)	18	1 817 725	(678 294)
Imparidade de investimentos não depreciables/ amortizáveis ((perdas)/ reversões)	9	(54 292)	
Provisões ((aumentos)/ reduções)	21	3 279 036	(2 752 240)
Outros rendimentos e ganhos	31	33 467 617	35 371 334
Outros gastos e perdas	32	(12 765 723)	(12 376 166)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		101 841 763	93 172 393
(Gastos)/ reversões de depreciação e de amortização	33	(63 299 587)	(53 446 846)
Imparidade de ativos depreciables/ amortizáveis ((perdas)/ reversões)	33	(15 596 967)	(1 400 097)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		22 945 209	38 325 450
Juros e rendimentos similares obtidos	34	3 131 185	4 234 415
Juros e gastos similares suportados	34	(42 895 987)	(41 216 885)
Resultado antes de impostos		(16 819 593)	1 342 980
Imposto sobre o rendimento	15	3 853 968	(6 782 306)
Resultado consolidado líquido do período		(12 965 625)	(5 439 326)
Resultado consolidado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da empresa-mãe	35	(22 274 750)	(13 207 199)
Interesses que não controlam	5	9 309 125	7 767 873
		(12 965 625)	(5 439 326)
Resultado básico por ação		(0,46)	(0,27)

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL
PRÓPRIO PARA O EXERCÍCIO
DE 1 DE JANEIRO DE 2016
A 31 DE DEZEMBRO DE 2016

CAPITAL PRÓPRIO AOS

Valores em Euros	Nota	Capital Subscrito (Nota 20.1)	Ações Próprias (Nota 20.1)	Outros Instrumentos de capital próprio (Nota 20.1)	Reservas Legais (Nota 20.2)
Posição no início do período 2016		264 600 000	(22 609 745)	(22 609 745)	40 680 725
Alterações no período:					
Excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis					
Realização do excedente de revalorização	20.4	-	-	-	-
Imposto diferido	15.2	-	-	-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras	20.5.1	-	-	-	-
Reserva de justo valor de derivados de cobertura					
Movimento nas reservas de justo valor de derivados de cobertura no período	20.5.4	-	-	-	-
Imposto diferido	15.2	-	-	-	-
Desvios e alterações de pressupostos em estudos actuariais					
Movimento nos desvios e pressupostos actuariais no período	20.5.2	-	-	-	-
Imposto diferido	15.2	-	-	-	-
Subsídios do Governo					
Subsídios ao investimento	20.5.3	-	-	-	-
Subsídios por licenças de emissão de gases com efeitos de estufa	20.5.3	-	-	-	-
Imposto diferido	15.2	-	-	-	-
Justo valor em associadas	14	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio:					
Transferência de resultados transitados para outras reservas		-	-	-	-
Transferência do resultado líquido do período de 2015 para resultados transitados	20.6	-	-	-	-
		-	-	-	-
Resultado líquido do período					
Resultado integral					
Operações com detentores de capital no período					
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	21	-	-	140 000 000	-
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	21	-	-	-	-
Distribuições	20.6	-	-	-	-
Outras operações - transações de capital próprio		-	-	-	-
		-	-	140 000 000	-
Posição no fim do período 2016		264 600 000	(22 609 745)	140 000 000	40 680 725

DETENTORES DO CAPITAL DA EMPRESA MÃE

Outras Reservas (Nota 20.3)	Resultados Transitados	Excedentes de Revalorização (Nota 20.4)	Ajustamentos / Outras Variações no Capital Próprio (Nota 20.5)	Resultado Líquido do Período	Total	Interesses que não Controlam (Nota 5.2)	Total do Capital Próprio
54 519 442	4 534 459	14 050 127	(108 239 066)	(13 207 199)	234 328 743	77 926 701	312 255 444
-	25 566	(25 566)	-	-	-	-	-
-	(3 375)	3 375	-	-	-	-	-
-	-	-	43 831 251	-	43 831 251	1 936 979	45 768 230
-	-	-	1 762 827	-	1 762 827	-	1 762 827
-	-	-	(331 066)	-	(331 066)	-	(331 066)
-	-	-	203 367	-	203 367	458	203 825
-	-	-	(51 666)	-	(51 666)	(91)	(51 757)
-	-	-	148 953	-	148 953	(9 387)	139 566
-	-	-	(2 172 820)	-	(2 172 820)	-	(2 172 820)
-	-	-	578 359	-	578 359	2 034	580 393
-	-	-	77 319	-	77 319	-	77 319
(13 207 199)	13 207 199	-	-	-	-	-	-
-	(13 207 199)	-	-	13 207 199	-	-	-
(13 207 199)	22 191	(22 191)	44 046 524	13 207 199	44 046 524	1 929 993	45 976 517
				(22 274 750)	(22 274 750)	9 309 125	(12 965 625)
					21 771 774	11 239 118	33 010 892
-	-	-	-	-	140 000 000	-	140 000 000
-	-	-	-	-	-	(30 258)	(30 258)
-	-	-	-	-	-	(17 663 591)	(17 663 591)
-	-	-	(3 553 141)	-	(3 553 141)	1 340 035	(2 213 106)
-	-	-	(3 553 141)	-	136 446 859	(16 353 814)	120 093 045
41 312 243	4 556 650	14 027 936	(67 745 683)	(22 274 750)	392 547 376	72 812 005	465 359 381

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL
PRÓPRIO PARA O EXERCÍCIO
DE 1 DE JANEIRO DE 2015
A 31 DE DEZEMBRO DE 2015

CAPITAL PRÓPRIO AOS

Valores em Euros	Nota	Capital Subscrito (Nota 20.1)	Ações Próprias (Nota 20.1)	Reservas Legais (Nota 20.2)
Posição no início do período 2015		264 600 000	(22 609 745)	40 680 725
Alterações no período:				
Excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis				
Realização do excedente de revalorização	20.4	-	-	-
Imposto diferido	15.2	-	-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras	20.5.1	-	-	-
Reserva de justo valor de derivados de cobertura				
Movimento nas reservas de justo valor de derivados de cobertura no período	20.5.4	-	-	-
Imposto diferido	15.2	-	-	-
Desvios e alterações de pressupostos em estudos actuariais				
Movimento nos desvios e pressupostos actuariais no período	20.5.2	-	-	-
Imposto diferido	15.2	-	-	-
Subsídios do Governo				
Subsídios ao investimento	20.5.3	-	-	-
Subsídios por licenças de emissão de gases com efeitos de estufa	20.5.3	-	-	-
Imposto diferido	15.2	-	-	-
Efeito de aquisição / alienação de participadas		-	-	-
Justo valor em associadas	14	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio:				
Transferência de outras reservas para resultados transitados		-	-	-
Transferência do resultado líquido do período de 2014 para reservas	20.6	-	-	-
		-	-	-
Resultado líquido do período				
Resultado integral				
Operações com detentores de capital no período				
Distribuições	20.6	-	-	-
		-	-	-
Posição no fim do período 2015		264 600 000	(22 609 745)	40 680 725

DETENTORES DO CAPITAL DA EMPRESA MÃE

Outras Reservas (Nota 20.3)	Resultados Transitados	Excedentes de Revalorização (Nota 20.4)	Ajustamentos / Outras Variações no Capital Próprio (Nota 20.5)	Resultado Líquido do Período	Total	Interesses que não Controlam (Nota 5.2)	Total do Capital Próprio
95 675 899	(42 688 117)	14 080 833	(83 123 673)	6 035 413	272 651 335	78 292 078	350 943 413
-	35 376	(35 376)	-	-	-	-	-
-	(4 670)	4 670	-	-	-	-	-
-	-	-	(24 400 617)	-	(24 400 617)	5 204 941	(19 195 676)
-	-	-	676 700	-	676 700	-	676 700
-	-	-	(152 258)	-	(152 258)	-	(152 258)
-	-	-	(3 339 633)	-	(3 339 633)	(10 022)	(3 349 655)
-	-	-	867 453	-	867 453	2 168	869 621
-	-	-	(194 972)	-	(194 972)	(9 181)	(204 153)
-	-	-	1 840 489	-	1 840 489	-	1 840 489
-	-	-	(410 967)	-	(410 967)	1 785	(409 182)
-	-	-	-	-	-	(115 663)	(115 663)
-	-	-	(1 588)	-	(1 588)	-	(1 588)
(41 156 457)	41 156 457	-	-	-	-	-	-
-	6 035 413	-	-	(6 035 413)	-	-	-
(41 156 457)	47 222 576	(30 706)	(25 115 393)	(6 035 413)	(25 115 393)	5 074 028	(20 041 365)
				(13 207 199)	(13 207 199)	7 767 873	(5 439 326)
					(38 322 592)	12 841 901	(25 480 691)
-	-	-	-	-	-	(13 207 278)	(13 207 278)
-	-	-	-	-	-	(13 207 278)	(13 207 278)
54 519 442	4 534 459	14 050 127	(108 239 066)	(13 207 199)	234 328 743	77 926 701	312 255 444

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

DOS FLUXOS DE CAIXAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

Valores em Euros	Nota	31/12/2016	31/12/2015
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de clientes		557 263 288	530 847 592
Pagamentos a fornecedores		(387 124 355)	(369 510 405)
Pagamentos ao pessoal		(57 090 319)	(49 544 301)
Caixa gerada pelas operações		113 048 614	111 792 886
(Pagamentos)/recebimentos do imposto sobre o rendimento		(8 023 429)	(5 905 885)
Outros (pagamentos)/recebimentos		(33 446 389)	(30 602 348)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		71 578 796	75 284 653
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(22 265 715)	(29 637 371)
Investimentos financeiros		(72 877 872)	(137 454 488)
Outros ativos		(4 301 505)	(2 012 337)
		(99 445 092)	(169 104 196)
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		966 558	1 443 955
Investimentos financeiros		-	639 185
Subsídios de investimento		-	10 057
Juros e ganhos similares		-	223 844
Dividendos		868 685	1 505 827
		1 835 243	3 822 868
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(97 609 849)	(165 281 328)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		1 584 375 476	1 656 356 468
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		140 000 000	-
		1 724 375 476	1 656 356 468
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(1 665 220 150)	(1 537 699 772)
Amortização de contratos de locação financeira		(829 437)	(623 464)
Juros e gastos similares		(35 348 426)	(35 301 154)
Dividendos		(15 138 726)	(12 738 666)
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		(499 466)	-
		(1 717 036 205)	(1 586 363 056)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		7 339 271	69 993 412
VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES (1)+(2)+(3)		(18 691 782)	(20 003 263)
EFEITO DAS DIFERENÇAS DE CÂMBIO		199 360	15 363 432
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO INÍCIO DO PERÍODO		129 525 436	126 832 780
VARIAÇÃO DE PERÍMETRO		-	7 332 487
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO FIM DO PERÍODO	4	111 033 014	129 525 436

02



ÍNDICE DAS NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1_	Nota introdutória	54	4_	Fluxos de caixa	75
2_	Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras e comparabilidade	55	5_	Investimentos em subsidiárias	76
			5.1_ Subsidiárias	76	
			5.2_ Interesses que não controlam	77	
3_	Resumo das principais políticas contabilísticas	56	6_	Interesses em empreendimentos conjuntos	79
3.1_ Bases de apresentação	56		7_	Investimentos em associadas	80
3.2_ Concentração de atividades empresariais e princípios de consolidação	56		8_	Alterações no perímetro de consolidação	81
3.2.1_ Princípios de consolidação	56		9_	Goodwill	82
3.2.2_ Investimentos financeiros em empresas controladas conjuntamente	57		10_	Ativos fixos tangíveis	83
3.2.3_ Investimentos financeiros em empresas associadas	57		11_	Locações	85
3.2.4_ Investimentos financeiros em outras participações financeiras	58		11.1_ Locações financeiras	85	
3.2.5_ Concentração de atividades empresariais	58		11.2_ Locações operacionais	86	
3.2.6_ Goodwill	59		12_	Propriedades de investimento	87
3.2.7_ Conversão de demonstrações financeiras de entidades estrangeiras	59		13_	Ativos intangíveis	88
3.3_ Ativos fixos tangíveis	61		14_	Participações financeiras	90
3.4_ Locações	61		15_	Imposto sobre o rendimento	91
3.5_ Propriedades de investimento	62		15.1_ Imposto corrente	91	
3.6_ Ativos intangíveis	62		15.2_ Imposto diferido	94	
3.7_ Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis excluindo goodwill	63		16_	Outros investimentos e ativos financeiros	100
3.8_ Imposto sobre o rendimento	64		17_	Inventários	101
3.9_ Inventários	64		18_	Ativos financeiros	102
3.10_ Ativos e passivos financeiros	64		18.1_ Categorias de ativos financeiros	102	
3.10.1_ Imparidade de ativos financeiros	66		18.2_ Ativos financeiros - clientes	102	
3.10.2_ Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros	66		18.3_ Ativos financeiros – outros créditos a receber	103	
3.11_ Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	66		18.4_ Imparidade de dívidas a receber	105	
3.12_ Subsídios do governo	67				
3.13_ Saldos e transações em moeda estrangeira	67				
3.14_ Provisões	67				
3.15_ Benefícios pós-emprego	68				
3.15.1_ Planos de contribuição definida	68				
3.15.2_ Planos de benefícios definidos	68				
3.16_ Outros benefícios a longo prazo dos empregados	69				
3.17_ Benefícios a curto prazo de empregados	69				
3.18_ Rêdito	69				
3.19_ Encargos financeiros com empréstimos obtidos	70				
3.20_ Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura	70				
3.21_ Gestão de risco	71				
3.21.1_ Fatores de risco financeiro	71				
3.21.2_ Fatores de risco operacional	72				
3.22_ Capital Social e ações próprias	73				
3.23_ Distribuição de dividendos	73				
3.24_ Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas	74				

19_		31_	
Ativos não correntes detidos para venda	106	Outros rendimentos e ganhos	137
20_		32_	
Capital próprio	107	Outros gastos e perdas	138
20.1_ Capital subscrito, ações próprias e outros instrumentos de capital próprio	107	33_	
20.2_ Reservas legais	107	Gastos/ reversões de depreciações, amortizações e imparidades	139
20.3_ Outras reservas	108	34_	
20.4_ Excedente de revalorização	108	Resultados financeiros líquidos	140
20.5_ Outras variações no capital próprio	109	35_	
20.5.1_ Diferenças de conversão de demonstrações financeiras	110	Resultado por ação	141
20.5.2_ Desvios e alterações de pressupostos atuariais	111	36_	
20.5.3_ Subsídios do governo	112	Partes relacionadas	142
20.5.4_ Reserva de justo valor de derivados de cobertura	113	37_	
20.6_ Aplicação do resultado do período anterior	113	Riscos financeiros	145
21_		37.1_ Risco cambial	145
Provisões	114	37.2_ Risco de taxa de juro	146
22_		37.3_ Risco de crédito	149
Benefícios a empregados	115	37.4_ Risco de liquidez	151
22.1_ Benefícios pós-emprego – Planos de contribuição definida	117	38_	
22.2_ Benefícios pós-emprego – Planos de benefícios definidos	118	Justo valor dos instrumentos financeiros derivados	154
22.2.1_ Caracterização dos planos de benefícios definidos	119	39_	
22.2.2_ Responsabilidades e movimentos ocorridos no período comparativamente com o período anterior	120	Dispêndios em matérias ambientais	157
22.3_ Benefícios a longo prazo	123	40_	
23_		Custos com auditoria e revisão legal de contas	158
Passivos financeiros	125	41_	
23.1_ Categorias de passivos financeiros	125	Compromissos assumidos pelo Grupo	158
23.2_ Passivos financeiros - fornecedores	125	41.1_ Garantias e outros compromissos financeiros	158
23.3_ Passivos financeiros - financiamentos obtidos	126	41.2_ Outros compromissos assumidos	159
23.4_ Passivos financeiro - outras dívidas a pagar	127	42_	
24_		Acontecimentos após a data do balanço	160
Adiantamentos de clientes	129		
25_			
Estado e outros entes públicos	130		
26_			
Diferimentos ativos e passivos	132		
27_			
Vendas e serviços prestados	133		
28_			
Resultado apropriado de empresas associadas	134		
29_			
Fornecimentos e serviços externos	135		
30_			
Gastos com o pessoal	136		

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Nas presentes notas, todos os montantes são apresentados em Euros, salvo se indicado o contrário.)

1

Nota introdutória

O Grupo SECIL (Grupo) é constituído pela Secil – Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A. (Sociedade ou Secil) e subsidiárias. A Secil foi constituída em 27 de junho de 1918 e tem como atividade principal a fabricação e comercialização de cimento, produzido na sua fábrica do Outão, em Setúbal e distribuído pelos diversos entrepostos comerciais presentes por todo o país.

Sede Social: Outão, Setúbal

Capital Social: Euros 264.600.000

N.I.P.C.: 500 243 590

A Secil lidera um Grupo empresarial com atividades operacionais em Portugal, Tunísia, Angola, França, Líbano, Cabo Verde e Brasil, destacando-se: (i) a produção de cimento diretamente e através das suas subsidiárias, nas fábricas de Maceira, Pataias, Gabès (Tunísia), Lobito (Angola), Beirute (Líbano), Pomerode (Brasil) e Adrianópolis (Brasil), (ii) a produção e comercialização de betão em Portugal, Tunísia e Líbano e (iii) a produção de inertes e exploração de pedreiras em Portugal e Cabo Verde.

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Secil na reunião de 2 de maio de 2017.

Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal. O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras consolidadas refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Sociedade e das suas subsidiárias, bem como a sua posição consolidada, desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados.

2_

Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras e comparabilidade

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, republicado pelo Decreto-Lei nº 98/2015, de 2 de junho, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Em virtude das alterações introduzidas pelo referido Decreto-Lei nº 98/2015, nomeadamente a determinação de amortização do goodwill e dos ativos sem vida útil definida, as demonstrações financeiras consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 não são diretamente comparáveis, conforme divulgado nas notas 3.2.6 – Goodwill e 3.6 – Ativos Intangíveis.

3_

Resumo das principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras consolidadas estão descritas abaixo.

3.1_ Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (Notas 5 e 6), mantidos de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites nos países de cada subsidiária, ajustados no processo de consolidação, de modo a que as demonstrações financeiras consolidadas estejam de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF).

3.2_ Concentração de atividades empresariais e princípios de consolidação

3.2.1_ Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incorporam as demonstrações financeiras da Sociedade e das entidades por si controladas - as suas subsidiárias. Entende-se existir controlo quando a Sociedade tem o poder de definir as políticas financeiras e operacionais de uma entidade, de forma a obter benefícios derivados das suas atividades, normalmente associado ao controlo, direto ou indireto, de mais de metade dos direitos de voto. A existência e o efeito de direitos de voto potenciais que sejam correntemente exercíveis ou convertíveis são considerados na avaliação do controlo que a Sociedade detém sobre uma entidade.

As subsidiárias são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas através do método de consolidação integral, desde a data em que a Sociedade assume o controlo sobre as suas atividades financeiras e operacionais e até ao momento em que esse controlo cessa.

As políticas contabilísticas das subsidiárias foram alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

As transações internas, saldos, ganhos não realizados em transações e dividendos distribuídos entre empresas do Grupo são eliminados. As perdas não realizadas são também eliminadas, exceto se a transação revelar evidência de imparidade de um ativo transferido.

O capital próprio e o resultado líquido destas empresas correspondentes à participação de terceiros nas mesmas são apresentados nas rubricas de interesses que não controlam, respetivamente, no balanço consolidado de forma autónoma no capital próprio e na demonstração de resultados consolidada. As empresas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas encontram-se detalhadas na Nota 5.

Os interesses que não controlam são inicialmente mensurados pela correspondente quota-parte no justo valor dos ativos líquidos adquiridos. Subsequentemente, são ajustados pela correspondente quota-parte nas variações posteriores no capital próprio das subsidiárias.

Quando os prejuízos aplicáveis aos interesses que não controlam excedem os correspondentes interesses no capital próprio da subsidiária, o Grupo absorve esse excesso e quaisquer prejuízos adicionais, exceto quando os interesses que não controlam tenham a obrigação e sejam capazes de cobrir esses prejuízos. Se a subsidiária subsequentemente relatar lucros, o Grupo apropria todos os lucros até que a parte minoritária dos prejuízos absorvidos pelo Grupo tenha sido recuperada.

Os resultados das subsidiárias adquiridas ou vendidas durante o período estão incluídos na demonstração dos resultados desde a data da sua aquisição ou até à data da sua venda.

A aquisição ou alienação dos interesses do Grupo em subsidiárias que não resultem em perda de controlo, é contabilizada como uma transação de capital próprio. O valor dos interesses do Grupo e dos interesses que não controlam são ajustados para refletir as alterações de percentagem. Qualquer diferença entre o montante pelo qual os interesses que não controlam são ajustados e o justo valor da transação é reconhecido diretamente no capital próprio e atribuído aos acionistas da Secil.

A perda de controlo pelo Grupo em uma subsidiária é reconhecida nas demonstrações financeiras consolidadas da seguinte forma: (a) desreconhecimento dos ativos e passivos da subsidiária (incluindo o goodwill); (b) desreconhecimento dos interesses que não controlam; (c) reconhecimento do justo valor da retribuição recebida; (d) reconhecimento de interesses eventualmente retidos pelo justo valor na data da transação; (e) reconhecimento de um ganho ou de uma perda na demonstração dos resultados no montante

diferença apurada entre os itens anteriormente referidos; e (f) reclassificação de eventuais montantes previamente reconhecidos em capital próprio, nomeadamente os efeitos cambiais resultantes da conversão de demonstrações financeiras expressas em moeda estrangeira, conforme definido na Nota 3.2.7, para resultados do exercício.

3.2.2_ Investimentos financeiros em empresas controladas conjuntamente

Uma entidade conjuntamente controlada é um empreendimento conjunto que envolve o estabelecimento de uma sociedade, de uma parceria ou de outra entidade que, por via contratual, é conjuntamente controlada pelos vários empreendedores.

As entidades conjuntamente controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de consolidação proporcional sendo os ativos, passivos e rendimentos e gastos das entidades conjuntamente controladas reconhecidos rubrica a rubrica nas demonstrações financeiras consolidadas, na proporção do controlo atribuível ao Grupo.

As transações, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas conjuntamente controladas e outras empresas do Grupo são eliminados, no processo de consolidação, na proporção do controlo atribuível ao Grupo.

3.2.3_ Investimentos financeiros em empresas associadas

Associadas são todas as entidades sobre as quais o Grupo exerce influência significativa mas não possui controlo, geralmente com investimentos representando entre 20% a 50% dos direitos de voto. Por influência significativa entende-se o poder de participar nas decisões relativas às políticas financeiras e operacionais da associada, sem que tal resulte em controlo ou controlo conjunto por parte do Grupo.

Os investimentos em associadas são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação do Grupo nas variações dos capitais próprios (incluindo o resultado líquido) das associadas, por contrapartida de rendimentos ou gastos do período, e pelos dividendos recebidos.

O excesso do custo de aquisição face ao justo valor de ativos e passivos identificáveis de cada associada na data de aquisição é reconhecido como goodwill (Nota 3.2.6), sendo este apresentado numa linha separada do balanço. Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos líquidos adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como um rendimento do período.

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos investimentos em associadas com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade e se devem ser sujeitos a testes de imparidade. Nos testes de imparidade, a quantia recuperável do investimento corresponde ao seu justo valor deduzido de custos de vender o mesmo. As perdas por imparidade que se demonstrem existir são registadas como gastos na demonstração dos resultados e as perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores que deixaram de verificar são objeto de reversão, à exceção do goodwill.

O goodwill dos investimentos em associadas, com uma vida útil indefinida, é amortizado durante um período de 10 anos e encontra-se sujeito a testes por imparidade sempre que os acontecimentos ou alterações nas circunstâncias indiciarem que pode estar em imparidade.

Quando a proporção do Grupo nas perdas da associada iguala ou ultrapassa o seu investimento na associada, o investimento é relatado por valor nulo, exceto se tiver incorrido em responsabilidades ou efetuado pagamentos em nome da associada. Se posteriormente a associada relatar lucros, a Sociedade retoma o reconhecimento da sua quota-parte nesses lucros somente após a sua parte nos lucros igualar a parte das perdas não reconhecidas.

Os ganhos não realizados em transações com as associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse do Grupo nas mesmas, por contrapartida da correspondente rubrica do investimento, exceto no montante de perdas que resultem de uma situação em que o eventual ativo transferido esteja em imparidade.

Os ganhos e perdas resultantes de transações de venda ou prestação de serviços do Grupo a associadas ("downstream transactions") são eliminados através do ajustamento da quantia escriturada do investimento.

Os ganhos e perdas resultantes de transações de venda ou prestação de serviços das associadas ao Grupo ("upstream transactions") são eliminados através do ajustamento da quantia escriturada do correspondente ativo ou passivo.

Nas situações de perda de influência significativa, eventuais interesses retidos na entidade são mensurados a justo valor na data da transação. A diferença entre o justo valor dos interesses retidos acrescido do justo valor da retribuição recebida e a quantia escriturada do investimento é registada em resultados.

As políticas contabilísticas de associadas foram alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

Os investimentos em associadas encontram-se detalhados na Nota 7.

3.2.4_ Investimentos financeiros em outras participações financeiras

Outras participações financeiras são as participações financeiras onde não existe influência significativa, por norma as que sejam inferiores a 20% dos direitos de voto.

Os investimentos em outras participações financeiras podem ser mensurados:

— Ao custo ou custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade, quando o investimento não é negociado publicamente ou o justo valor não possa ser obtido com fiabilidade;

— Ao justo valor através de resultados quando o investimento é cotado e as cotações são divulgadas publicamente.

Os rendimentos resultantes destas participações financeiras (dividendos ou lucros distribuídos) são registados na demonstração dos resultados do período em que é decidida e anunciada a sua distribuição.

3.2.5_ Concentração de atividades empresariais

As aquisições de subsidiárias, entidades conjuntamente controladas e associadas são registadas utilizando o método da compra. O correspondente custo da concentração é determinado como o agregado, na data

da aquisição, de: (a) justo valor dos ativos entregues ou a entregar; (b) justo valor de responsabilidades incorridas ou assumidas; e (c) justo valor de instrumentos de capital próprio emitidos pelo Grupo em troca da obtenção de controlo sobre aquelas entidades.

Os custos diretamente atribuíveis às concentrações de atividades empresariais são reconhecidos como gastos do exercício, exceto se se tratarem de custos incorridos com a emissão de valores mobiliários de dívida ou de capital próprio, situação em que deverá ser seguido o previsto na NCRF 27. Quando aplicável, o custo de aquisição inclui o justo valor dos pagamentos contingentes mensurados à data de aquisição. Alterações subsequentes no valor de pagamentos contingentes, são registados na demonstração dos resultados consolidados exceto se ocorrerem no período de mensuração provisória (12 meses desde a data de aquisição).

Os ativos, passivos e responsabilidades contingentes da subsidiária ou negócio adquirido que satisfazem as condições de reconhecimento definidas na NCRF 14 são reconhecidos ao seu justo valor na data da aquisição. O excesso do custo da concentração relativamente ao justo valor da participação da Sociedade nos ativos identificáveis adquiridos é registado como goodwill. Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração dos resultados consolidados.

Sempre que de um reforço de posição no capital social de uma empresa associada resulte a aquisição de controlo, passando esta a integrar as demonstrações financeiras consolidadas pelo método integral, a participação financeira anteriormente detida é, no momento do registo da concentração, mensurada a justo valor, sendo a correspondente diferença registada na demonstração dos resultados.

Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida (goodwill negativo), a diferença é reconhecida diretamente na demonstração de resultados na rubrica "Outros rendimentos e ganhos", após reconfirmação do justo valor atribuído.

Na eventualidade da contabilização inicial de uma aquisição não estar concluída no final do período de relato em que a mesma ocorreu, o Grupo relata montantes provisórios para os itens cuja

contabilização não está concluída. Tais montantes provisórios são passíveis de ajustamento durante um prazo de 12 meses a contar da data da aquisição.

3.2.6_ Goodwill

O goodwill representa o excesso do custo da concentração de atividades empresariais face ao interesse adquirido no justo valor líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis reconhecidos na sequência da concentração.

O goodwill é reconhecido como um ativo na data em que é adquirido o controlo. Subsequentemente, o goodwill é mensurado pelo custo menos amortizações acumuladas, menos qualquer perda por imparidade acumulada. O goodwill adquirido numa concentração de atividades empresariais é amortizado no período da sua vida útil (ou em 10 anos, caso a sua vida útil não possa ser estimada com fiabilidade) e encontra-se sujeito a testes por imparidade sempre que os acontecimentos ou alterações nas circunstâncias indicarem que pode estar em imparidade.

Se a quantia recuperável da unidade geradora de caixa for inferior à correspondente quantia escriturada, a perda por imparidade daí resultante é inicialmente imputada à quantia escriturada do goodwill, sendo a parte remanescente imputada aos restantes ativos da unidade geradora de caixa proporcionalmente às quantias escrituradas destes. Perdas por imparidade imputadas ao goodwill não podem ser revertidas subsequentemente.

A vida útil do goodwill gerado numa concentração de atividades empresariais é diferente conforme a unidade geradora de caixa à qual o mesmo foi imputado. No Grupo Secil, a vida útil do goodwill atribuída às suas unidades geradoras varia entre os 10 e os 41 e foi determinada tendo em consideração as vidas úteis remanescentes dos principais ativos líquidos.

As vidas úteis atribuídas detalham-se conforme se segue:

UNIDADES GERADORAS DE CAIXA

	Anos
Brasil	41
Libano	10
Portugal	28
Tunísia	34

Ganhos ou perdas decorrentes da venda de uma entidade incluem o valor do goodwill que lhe corresponde (Nota 3.2.1).

3.2.7_ Conversão de demonstrações financeiras de entidades estrangeiras

São tratadas como entidades estrangeiras as que operando no estrangeiro, têm autonomia organizacional, económica e financeira e que elaborem as suas demonstrações financeiras utilizando para o efeito uma moeda distinta do Euro.

Os elementos incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das entidades estrangeiras do Grupo são mensurados utilizando a moeda do ambiente económico em que a entidade opera (moeda funcional). As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em Euros, sendo esta a moeda funcional e de relato do Grupo.

Os ativos e passivos das demonstrações financeiras de entidades estrangeiras são convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio existentes à data do balanço. Os rendimentos, gastos e fluxos de caixa dessas demonstrações financeiras são convertidos para euros utilizando a taxa de câmbio média verificada no período. A diferença cambial resultante da conversão é registada no capital próprio na rubrica "Outras variações no capital próprio – diferenças de conversão de demonstrações financeiras".

O goodwill e os ajustamentos de justo valor resultantes da aquisição de entidades estrangeiras são tratados como ativos e passivos dessa entidade adquirida e transpostos para Euros de acordo com a taxa de câmbio à data do balanço.

Sempre que uma entidade estrangeira é alienada, em que se verifica uma perda de controlo da mesma pelo Grupo, a diferença cambial acumulada é reconhecida na demonstração de resultados como um ganho ou perda da alienação.

As cotações utilizadas para conversão para Euros das demonstrações financeiras das empresas estrangeiras do Grupo são as seguintes:

	31/12/2016	31/12/2015	Variação (desvalorização)
TND (dinar tunisino)			
Câmbio médio do período	2,3726	2,1761	(9,03%)
Câmbio de fim do período	2,4227	2,2116	(9,55%)
LBP (libra libanesa)			
Câmbio médio do período	1668,7000	1672,6000	0,23%
Câmbio de fim do período	1589,1000	1641,2000	3,17%
USD (dólar americano)			
Câmbio médio do período	1,1069	1,1095	0,23%
Câmbio de fim do período	1,0541	1,0887	3,18%
BRL (real brasileiro)			
Câmbio médio do período	3,8532	3,6959	(4,26%)
Câmbio de fim do período	3,4379	4,2493	19,09%
CVE (escudo cabo-verdiano)			
Câmbio médio do período	110,2650	110,2650	0,00%
Câmbio de fim do período	110,2650	110,2650	0,00%
AOA (kwanza angolano)			
Câmbio médio do período	184,4824	135,5674	(36,08%)
Câmbio de fim do período	178,3843	149,7158	(19,15%)
MZM (metical moçambicano)			
Câmbio médio do período	69,4287	43,6553	(59,04%)
Câmbio de fim do período	75,0650	51,0050	(47,17%)

3.3_ Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais que o Grupo espera incorrer, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

Na data de transição para as NCRF, o Grupo passou a considerar pela primeira vez como componente dos ativos fixos tangíveis a componente do custo do ativo relativa a custos de recuperação paisagística e ambiental a incorrer na recuperação das pedreiras, tal como previsto na NCRF 7. Os custos capitalizados são sujeitos à depreciação anual de acordo com a vida útil estimada das respetivas pedreiras.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2010 (data de transição para as NCRF), encontram-se registados ao abrigo da opção prevista na NCRF 3 – Adoção pela primeira vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro, pelo seu valor considerado (“deemed cost”), o qual corresponde ao custo de aquisição ou custo de aquisição reavaliado ao abrigo de diplomas legais (determinados ativos fixos tangíveis adquiridos até 31 de dezembro de 1992 e 1996, foram reavaliados, em 1993 e 1998, respetivamente, de acordo com a legislação aplicável através da utilização de coeficientes de desvalorização monetária).

No que respeita às subsidiárias do Grupo: CMP – Cimentos Maceira e Pataias, S.A., Société des Ciments de Gab  s, Supremo Cimentos, S.A., Margem Companhia de Minera  o, Cimentos Costa Verde – Comércio de Cimentos, S.A., Unibetão – Indústrias de Betão Preparado, S.A., Secil-Britas, S.A., Uniconcreto – Betão Pronto, S.A. e Luso inertes, S.A. o custo dos ativos fixos tangíveis na data de aquisi  o das mesmas foi determinado com base em avalia  es efetuadas por entidades independentes.

Os custos subsequentes são incluídos no custo de aquisi  o do ativo fixo ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, somente quando

   provável que benefícios económicos futuros fluirão para a empresa e o respetivo custo possa ser mensurado com fiabilidade. Os demais dispêndios com repara  es e manuten  o são reconhecidos como um gasto no período em que são incorridos.

As deprecia  es são calculadas, após os bens se encontrarem disponíveis para uso, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. Para algumas classes de ativos fixos tangíveis adquiridos pelo Grupo    utilizado o método do saldo decrescente. As vidas úteis e método de deprecia  o dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma altera  o a estas estimativas    reconhecido na demonstra  o dos resultados prospetivamente.

As despesas de manuten  o e repara  o (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros são registadas como gastos no período em que são incorridas.

Os valores residuais dos ativos e as respetivas vidas úteis são revistos e ajustados, se necessário, na data do balanço. Se a quantia escriturada    superior ao valor recuperável do ativo, procede-se ao seu reajustamento para o valor recuperável estimado mediante o registo de perdas por imparidade (Nota 3.7).

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou aliena  o são determinados pela diferença entre o montante recebido na transa  o e a quantia escriturada do ativo, e são reconhecidos na demonstra  o dos resultados, nas rubricas “Outros rendimentos e ganhos” e “Outros gastos e perdas”.

3.4_ Loca  es

As loca  es são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e recompensas associados    propriedade do bem para o locatário. As restantes loca  es são classificadas como operacionais. A classifica  o das loca  es    feita em fun  o da substância e não da forma do contrato.

Os ativos adquiridos mediante contratos de loca  o financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da

locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, por forma a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação. Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos reconhecido como uma redução ao gasto com a locação, igualmente numa base linear.

As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

3.5_ Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendem, essencialmente, imóveis detidos para obter rendas ou valorizações do capital (ou ambos), não se destinando ao uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para fins administrativos ou para venda no curso ordinário dos negócios.

As propriedades de investimento são inicialmente mensuradas ao custo (que inclui custos de transação). Subsequentemente, as propriedades de investimento são mensuradas de acordo com o modelo do custo.

Os custos incorridos relacionados com propriedades de investimento em utilização nomeadamente, manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades são reconhecidos como um gasto no período a que se referem. As beneficiações relativamente às quais existem expectativas de que irão gerar benefícios económicos futuros adicionais são capitalizadas na rubrica de "Propriedades de investimento".

3.6_ Ativos intangíveis

i) Intangíveis adquiridos separadamente

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são registados ao custo (ou, em situações raras, de

acordo com o modelo de revalorização) deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

ii) Intangíveis gerados internamente – dispêndios de pesquisa e desenvolvimento

Os dispêndios com atividades de pesquisa são registados como gastos no período em que são incorridos sendo apenas reconhecido um ativo intangível gerado internamente resultante de dispêndios com atividades de desenvolvimento de um projeto se forem cumpridas e demonstradas todas as seguintes condições:

— Existe viabilidade técnica para concluir o intangível a fim de que o mesmo esteja disponível para uso ou para venda;

— Existe intenção de concluir o intangível e de o usar ou vender;

— Existe capacidade para usar ou vender o intangível;

— O intangível é suscetível de gerar benefícios económicos futuros;

— Existe disponibilidade de recursos técnicos e financeiros adequados para concluir o desenvolvimento do intangível e para o usar ou vender;

— É possível mensurar com fiabilidade os dispêndios associados ao intangível durante a sua fase de desenvolvimento.

O montante inicialmente reconhecido do ativo intangível gerado internamente consiste na soma dos dispêndios incorridos após a data em que são cumpridas as condições atrás descritas. Quando não são cumpridas tais condições, os dispêndios incorridos na fase de desenvolvimento são registados como gastos do período.

Os ativos intangíveis gerados internamente são registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

iii) Intangíveis adquiridos no âmbito de concentrações de atividades empresariais

Os intangíveis adquiridos no âmbito de concentrações de atividades empresariais e reconhecidos separadamente do goodwill são inicialmente registados ao seu justo valor na data da aquisição, sendo subsequentemente deduzidos de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

iv) Amortização de Intangíveis

As amortizações são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

Os ativos intangíveis (independentemente da forma como são adquiridos ou gerados) com vida útil indefinida, nomeadamente a Marca, são amortizados num período máximo de 10 anos e sujeitos a testes de imparidade sempre que haja uma indicação de que os mesmos possam estar em imparidade.

v) Direitos de emissão de gases com efeito de estufa

As Licenças de emissão de CO₂ atribuídas ao Grupo, no âmbito do CELE (Comércio Europeu de Licenças de Emissão de gases com efeito de estufa) 2013-2020, a título gratuito são registadas, aquando do seu reconhecimento inicial, pelo justo valor na rubrica "Ativos intangíveis" por contrapartida do reconhecimento de um subsídio diretamente em capitais próprios na rubrica "Outras variações de capital próprio".

Pelas emissões de gases com efeito de estufa efetuadas pelo Grupo é reconhecido um gasto com a respetiva amortização do ativo intangível e um rendimento em resultado do reconhecimento da quota-parte de subsídio correspondente.

A emissão de gases com efeito de estufa é mensurada ao custo das licenças detidas, segundo a fórmula de custeio FIFO.

Na alienação de direitos de emissão é apurado o ganho ou a perda entre o valor de realização

e o respetivo custo de aquisição, deduzido do correspondente subsídio do Estado, o qual é registado em "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas" respetivamente no período em que ocorre a alienação.

Sempre que as emissões de gases com efeito de estufa excedem a quantidade de licenças detidas são reconhecidas as respetivas responsabilidades nos termos da NCRF 21 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

3.7_ Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis excluindo goodwill

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis do Grupo com vista a determinar se existe algum indicador de que possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso). Quando não é possível determinar a quantia recuperável de um ativo individual, é estimada a quantia recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

A quantia recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto antes de impostos que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo ou da unidade geradora de caixa relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo ou da unidade geradora de caixa for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica "Imparidade de ativos depreciáveis/amortizáveis ((perdas)/reversões)" salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo de revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando há evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados nessas mesmas rubricas e é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda não tivesse sido registada.

3.8_ Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio. Nestes casos os impostos correntes e os impostos diferidos são igualmente registados no capital próprio.

Imposto corrente: o imposto corrente a pagar é baseado no lucro tributável do período das várias entidades incluídas no perímetro de consolidação. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis noutros períodos. O lucro tributável exclui ainda gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Imposto diferido: os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

São geralmente reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, porém tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos. Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que esteja formal ou substancialmente emitida na data de relato.

A compensação entre ativos e passivos por impostos diferidos apenas é permitida quando: (i) a empresa tem um direito legal de proceder à compensação entre tais ativos e passivos para efeitos de liquidação; (ii) tais ativos e passivos relacionam-se com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal e (iii) a empresa tem a intenção de proceder à compensação para efeitos de liquidação.

3.9_ Inventários

Os inventários encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

i) Mercadorias e matérias-primas

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao mais baixo entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo de aquisição inclui as despesas de compra acessórias, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio.

ii) Produtos acabados e produtos e trabalhos em curso

Os produtos acabados e intermédios e os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao mais baixo de entre o custo de produção (que inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico, tomando por base o nível normal de produção) e o valor realizável líquido, excluindo quaisquer custos de armazenamento, logística e de venda.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado deduzido dos custos estimados de acabamento e de comercialização. As diferenças entre o custo e o valor realizável líquido, se inferior, são registadas em Imparidade de inventários.

3.10_ Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando as empresas do Grupo se tornam

parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os ativos e os passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo seu justo valor e subsequentemente são classificados nas seguintes categorias: (i) ao custo ou custo amortizado e (ii) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

i) Ao custo ou custo amortizado

São classificados na categoria “ao custo ou custo amortizado” os ativos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

— Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida; e

— Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e

— Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro.

Nesta categoria incluem-se, consequentemente, os seguintes ativos e passivos financeiros:

a) Clientes e outros créditos a receber

Os saldos de clientes e de outros créditos a receber são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade em cada data de relato. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

b) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

Estes ativos são mensurados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

c) Outros ativos financeiros

Os outros ativos financeiros são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade.

d) Fornecedores e outras dívidas a pagar

Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a pagar são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

e) Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são registados no passivo ao custo amortizado.

Eventuais despesas incorridas com a obtenção desses financiamentos, designadamente comissões bancárias ou imposto do selo, assim como os encargos com juros e despesas similares, são reconhecidas pelo método do juro efetivo em resultados do período ao longo do período de vida desses financiamentos. As referidas despesas incorridas são apresentadas a deduzir à rubrica de “Financiamentos obtidos”.

f) Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros são geralmente registados ao custo amortizado.

g) Contratos para conceder ou contrair empréstimos

Os contratos para conceder ou contrair empréstimos que não possam ser liquidados numa base líquida e que, quando executados, reúnam as condições atrás descritas para serem classificados na categoria “Ao custo ou custo amortizado” são registados ao custo deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Estes montantes são registados, consoante a sua natureza, na rubrica “Outros ativos financeiros” ou na rubrica “Outros passivos financeiros”.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro.

ii) Ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados

Todos os ativos e passivos financeiros não classificados na categoria "Ao custo ou custo amortizado" são classificados na categoria "Ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados".

Tais ativos e passivos financeiros são mensurados ao justo valor, sendo as variações no mesmo registadas em resultados nas rubricas "Perdas por reduções de justo valor" e "Ganhos por aumentos de justo valor".

3.10.1_ Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros classificados na categoria "Ao custo ou custo amortizado" são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica "Imparidade de dívidas a receber ((perdas)/reversões)" no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento

que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados nessa mesma rubrica e não é permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurado ao custo).

3.10.2_ Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

O Grupo desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram, ou quando transfere para outra entidade os ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os ativos financeiros transferidos relativamente aos quais o Grupo reteve alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido.

O Grupo desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.11_ Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas

Os ativos não correntes e os grupos para alienação são classificados como detidos para venda quando a sua quantia escriturada for essencialmente recuperada através de uma venda e não através do seu uso continuado. Considera-se que esta condição se verifica apenas quando a venda é altamente provável e o ativo não corrente ou grupo para alienação está disponível para venda imediata nas suas condições presentes. A correspondente venda deve estar concluída no prazo de um ano a contar da data da classificação do ativo não corrente ou do grupo para alienação como disponível para venda.

Quando o Grupo está comprometido com um plano de venda de uma subsidiária que envolva a perda de controlo sobre a mesma, todos os ativos e passivos dessa subsidiária são classificados como detidos para venda, desde que se cumpram os requisitos referidos no parágrafo anterior, ainda que o Grupo retenha algum interesse minoritário na subsidiária após a venda.

A partir do momento em que determinados ativos tangíveis passam a ser considerados como detidos para venda cessa a depreciação inerente a esses bens passando estes a ser classificados como ativos não correntes detidos para venda. Os ganhos ou perdas nas alienações de ativos tangíveis, determinados pela diferença entre o valor de venda e o respetivo valor líquido contabilístico, são contabilizados em resultados na rubrica "Ganhos e perdas com a alienação de ativos".

Os ativos não correntes e os grupos para alienação classificados como detidos para venda são mensurados ao menor de entre a sua quantia escriturada antes da classificação e o seu justo valor menos os custos para vender.

3.12_ Subsídios do governo

Os subsídios do governo apenas são reconhecidos quando há uma certeza razoável de que o Grupo irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, na rubrica "Outras variações no capital próprio", sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às amortizações dos ativos subjacentes) como rendimentos do período durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam. No caso de se relacionarem com ativos não depreciáveis, são mantidos no capital próprio, exceto na parte necessária para compensar eventuais perdas por imparidade nos referidos ativos.

Outros subsídios do governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

3.13_ Saldos e transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional da empresa) são

registadas às taxas de câmbio das datas das transações. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio dessa data. As quantias escrituradas dos itens não monetários registados ao justo valor denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio das datas em que os respetivos justos valores foram determinados. As quantias escrituradas dos itens não monetários registados ao custo histórico denominados em moeda estrangeira não são atualizadas.

As diferenças de câmbio resultantes das atualizações atrás referidas são registadas em resultados do período em que são geradas atendendo à natureza das transações associadas.

3.14_ Provisões

São reconhecidas provisões apenas quando o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando o Grupo é parte integrante das disposições de um contrato de acordo, cujo cumprimento tem associados custos que não é possível evitar que excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

É reconhecida uma provisão para re-estruturação quando o Grupo desenvolveu um plano formal detalhado de re-estruturação e iniciou a implementação do mesmo ou anunciou as suas principais

componentes aos afetados pelo mesmo. Na mensuração da provisão para re-estruturação são apenas considerados os dispêndios que resultam diretamente da implementação do correspondente plano, não estando, conseqüentemente, relacionados com as atividades correntes da empresa.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

Recuperação ambiental e paisagística

Nos termos da legislação aplicável, algumas das empresas do Grupo, têm como responsabilidade a recuperação ambiental e paisagística das pedreiras afetadas à exploração. Os trabalhos de reabilitação incluem essencialmente a limpeza e regularização das áreas destinadas à recuperação, a modelação e preparação do terreno, o transporte e espalhamento de materiais rejeitados para aterro, a fertilização, a execução do plano geral de revestimento com hidrossementeiras e plantações e a manutenção e conservação das zonas recuperadas após a implantação.

A extensão dos trabalhos necessários e dos respetivos custos a incorrer foram determinados com base em estudos preparados por entidades independentes, sendo que a responsabilidade total foi mensurada pelo valor esperado dos fluxos de caixa futuros, descontados a valor presente.

Juizos de valor e estimativas estão envolvidos na formação de expectativas sobre atividades futuras e no montante e período de tempo dos fluxos de caixa associados. Estas perspetivas são efetuadas com base na envolvente existente e regulamentação em vigor.

O valor da provisão para recuperação paisagística foi inicialmente reconhecido por contrapartida da rubrica de "Ativos fixos tangíveis" e é subsequentemente incrementado, em função do efeito temporal do dinheiro, por contrapartida da rubrica "Juros e gastos similares suportados" e reduzido pelos dispêndios

efetuados por cada uma das empresas do Grupo com a recuperação, na data em que estes ocorrem.

3.15_ Benefícios pós-emprego

3.15.1._ Planos de contribuição definida

As contribuições para planos de contribuição definida são reconhecidas como gasto na rubrica de "Gastos com o pessoal" no período a que respeitam (quando os empregados abrangidos pelo plano prestaram os serviços que lhes conferem o direito aos benefícios).

3.15.2._ Planos de benefícios definidos

No que diz respeito aos planos de benefícios definidos, o correspondente custo é também reconhecido na rubrica de "Gastos com o pessoal" e é determinado através do método da unidade de crédito projetada, sendo as respetivas avaliações atuariais efetuadas em cada data de relato intercalar e anual.

Os desvios atuariais, resultantes das diferenças entre os pressupostos utilizados para efeito de apuramento de responsabilidades e o que efetivamente ocorreu (bem como de alterações efetuadas aos mesmos e do diferencial entre o valor esperado da rentabilidade dos ativos dos fundos e a rentabilidade real) são reconhecidos, quando incorridos, diretamente em capitais próprios na rubrica "Outras variações no capital próprio" (Nota 20).

O custo dos serviços passados é reconhecido em resultados numa base de linha reta durante o período até que os correspondentes benefícios se tornem adquiridos. São reconhecidos imediatamente na medida em que os benefícios já tenham sido totalmente adquiridos.

Os ganhos e perdas gerados por um corte ou uma liquidação de um plano de pensões de benefícios definidos são reconhecidos em resultados do período quando o corte ou a liquidação ocorrer.

Um corte ocorre quando se verifica uma redução material no número de empregados ou o plano é alterado de forma a que os benefícios atribuídos sejam reduzidos, com efeito material.

A responsabilidade associada aos benefícios garantidos reconhecida no balanço representa o valor presente da correspondente obrigação, ajustado por ganhos e perdas atuariais e pelo custo dos serviços passados não reconhecidos e deduzido do justo valor dos ativos do plano.

3.16_ Outros benefícios a longo prazo dos empregados

Relativamente ao reconhecimento e mensuração dos outros benefícios a longo prazo dos empregados, a NCRF 28 – Benefícios dos empregados, prevê um método simplificado de contabilização dos mesmos diferindo da contabilização exigida para os benefícios pós-emprego no reconhecimento imediato como rendimento ou gasto: (i) ganhos e perdas atuariais e (ii) todo o custo dos serviços passados.

Os respetivos custos são registados na rubrica “Gastos com o pessoal” e a responsabilidade reconhecida no balanço corresponde ao valor presente da obrigação de benefícios definidos, determinada de acordo com as avaliações atuariais em cada data de relato intercalar e anual.

3.17_ Benefícios a curto prazo de empregados

Os benefícios a curto prazo de empregados são registados como gasto na rubrica “Gastos com o pessoal” aquando da prestação de serviço pelo empregado.

No caso da participação nos lucros e gratificações os gastos são reconhecidos quando e, só quando: (i) exista a obrigação legal ou construtiva de fazer tais pagamentos, em consequência de acontecimentos passados e (ii) possa ser feita uma estimativa fiável da obrigação.

Existe uma obrigação presente quando e, só quando, o Grupo não tem alternativa realista senão a de fazer os pagamentos.

3.18_ Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contra-prestação recebida ou a receber. O rédito a reco-

nhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos. O rédito reconhecido não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;

- A empresa não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;

- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a empresa;

- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;

- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a empresa;

- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;

- A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que

benefícios económicos fluam para o Grupo e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

O rédito proveniente de dividendos deve ser reconhecido quando for estabelecido o direito do Grupo receber o correspondente montante.

3.19_ Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos são geralmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Os encargos financeiros de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativos fixos são capitalizados quando o seu período de construção é superior a um ano, fazendo parte integrante do custo do ativo.

A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida após o início de utilização ou quando o projeto em causa se encontre suspenso.

Quaisquer proveitos financeiros gerados por empréstimos, diretamente relacionados com um investimento específico, são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

3.20_ Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura

O Grupo utiliza derivados com o objetivo de gerir os riscos financeiros a que se encontra sujeito.

Os instrumentos financeiros derivados são registados inicialmente pelo seu justo valor na data da transação, sendo valorizados subsequentemente ao justo valor. O método do reconhecimento dos ganhos e perdas de justo valor depende da designação que é feita dos instrumentos financeiros derivados. Quando se trata de instrumentos financeiros derivados de negociação os ganhos e perdas de justo valor são reconhecidos no resultado do exercício nas rubricas de "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas" e nas rubricas de "Juros e rendimentos similares obtidos" ou "Juros e gastos similares suportados".

Quando são designados como instrumentos financeiros derivados de cobertura, o reconhecimento dos ganhos e perdas de justo valor depende da natureza do item que está a ser coberto, podendo tratar-se de uma cobertura de justo valor ou de uma cobertura de fluxos de caixa.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao valor de mercado. Na ausência de valor de mercado, o justo valor é determinado por entidades externas e independentes através de técnicas de valorização aceites no mercado.

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos nas rubricas de "Outros ativos financeiros" e "Outros passivos financeiros" quando apresentem justo valor positivo ou negativo, respetivamente.

Um instrumento financeiro derivado é apresentado como não corrente se a sua maturidade remanescente for superior a 12 meses e não for expectável a sua realização ou liquidação no prazo de 12 meses.

Contabilidade de cobertura

No âmbito da sua política de gestão dos riscos de taxa de juro e de taxa de câmbio, o Grupo contrata uma variedade de instrumentos financeiros derivados, nomeadamente swaps, non-deliverable forwards e collars cambiais.

Os critérios para a aplicação das regras de contabilidade de cobertura são os seguintes:

— Adequada documentação da operação de cobertura;

— O risco a cobrir é um dos riscos descritos na NCRF 27 – Instrumentos financeiros;

— É esperado que as alterações no justo valor ou fluxos de caixa do item coberto, atribuíveis ao risco a cobrir, sejam praticamente compensadas pelas alterações no justo valor do instrumento de cobertura.

No início da operação da cobertura, o Grupo documenta a relação entre o instrumento de cobertura e o item coberto, os seus objetivos e estratégia de

gestão do risco. Adicionalmente é avaliado, tanto na data de início da operação de cobertura como na data de relato financeiro, se os instrumentos derivados designados de cobertura são altamente eficazes na compensação das alterações do justo valor ou fluxos de caixa dos respetivos itens cobertos.

As variações no justo valor dos instrumentos financeiros derivados contratados e os movimentos de cobertura registados no capital próprio na rubrica "Outras variações de capital próprio – reserva de cobertura" encontram-se divulgados na Nota 38.

Numa operação de cobertura de justo valor de um ativo ou passivo (fair value hedge), o valor na demonstração da posição financeira desse ativo ou passivo, determinado com base na respetiva política contabilística, é ajustado de forma a refletir a variação do seu justo valor atribuível ao risco coberto. As variações do justo valor dos derivados de cobertura são reconhecidas em resultados conjuntamente com as variações de justo valor dos ativos ou dos passivos cobertos atribuíveis ao risco coberto.

Numa operação de cobertura da exposição à variabilidade de fluxos de caixa futuros de elevada probabilidade (cash flow hedge), a parte eficaz das variações de justo valor do derivado de cobertura são reconhecidas em reservas de cobertura, sendo transferidas para resultados nos períodos em que o respetivo item coberto afeta resultados. A parte ineficaz da cobertura é registada em resultados no momento em que ocorre.

Qualquer montante registado na rubrica "Outras variações de capital próprio – reservas de cobertura" apenas é reclassificado em resultados quando a posição coberta afeta resultados. Quando a posição coberta consistir numa transação futura e não for expectável que a mesma ocorra, qualquer montante registado na rubrica "Outras reservas – reservas de cobertura" é de imediato reclassificado em resultados.

A contabilidade de cobertura é descontinuada quando se revoga a relação de cobertura, quando o instrumento de cobertura expira, é vendido, ou é exercido, ou quando um instrumento de cobertura deixa de se qualificar para a contabilidade de cobertura. Nas circunstâncias em que um

instrumento financeiro derivado deixe de se qualificar como instrumento de cobertura, o Grupo avalia: (i) em instrumentos de cobertura de justo valor, a existência de ajustamentos de justo valor no item coberto, os quais serão amortizados, através do método da linha reta, pelo período remanescente do item coberto; e (ii) em instrumentos de cobertura de fluxos de caixa, a existência de diferenças de justo valor, reconhecidas na rubrica de "Outras variações de capital próprio – reservas de cobertura", diretamente no capital próprio, montante que será reclassificado para resultados do exercício.

3.21_ Gestão de risco

3.21.1_ Fatores de risco financeiro

O Grupo Secil tem um programa de gestão que, conjuntamente com a monitorização permanente dos mercados financeiros, procura minimizar os potenciais efeitos adversos no seu desempenho financeiro.

A gestão do risco é conduzida pela Direção de Gestão Financeira com base em políticas aprovadas pela Administração. A Direção de Gestão Financeira identifica, avalia e realiza operações com vista à minimização dos riscos financeiros em estrita cooperação com as unidades operacionais do Grupo. A Administração define os princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, risco de crédito, o uso de derivados e outros instrumentos financeiros não derivados, bem como o investimento do excesso de liquidez.

a) Risco cambial

A variação da taxa de câmbio do Euro face a outras moedas pode afetar as demonstrações financeiras do Grupo de diversas formas.

O risco cambial resulta essencialmente: (i) da transposição para Euros das demonstrações financeiras das subsidiárias e associadas localizadas na Tunísia, Angola, Líbano e Brasil, cuja moeda funcional é distinta da moeda de relato financeiro e (ii) dos fluxos operacionais e financeiros em dólares, nomeadamente os relativos às vendas de cimento

e clínquer, às compras de combustíveis e fretes de navios e aos financiamentos obtidos.

O Grupo Secil prosseguiu a sua política de maximização do potencial de cobertura natural da sua exposição cambial, via compensação dos fluxos cambiais intragrupo.

Para os fluxos não compensados naturalmente, o risco tem vindo a ser analisado e parcialmente coberto através da transação de divisas spot e forward ou da contratação de estruturas de opções, que estabelecem o contravalor máximo a pagar ou a receber e permitem beneficiar parcialmente de evoluções favoráveis na taxa de câmbio. Em relação aos financiamentos obtidos em moeda diferente da moeda funcional de cada subsidiária, é avaliada a cobertura do risco de taxa de câmbio.

b) Risco de taxa de juro

A política de gestão de risco de taxa de juro visa reduzir a volatilidade do custo da dívida, quando sujeita à variação de um indexante variável. A redução da volatilidade da taxa de juro é assegurada através da monitorização das perspetivas de evolução dos indexantes de mercado e da avaliação da contratação de coberturas que assegurem uma efetiva limitação do risco. Adicionalmente, é periodicamente avaliada a contratação de financiamentos em regime de taxa de juro fixa.

c) Risco de licenças de emissão de efeitos de estufa

O Grupo Secil promove uma gestão ativa da sua carteira de licenças de emissão de carbono que lhe foram atribuídas no âmbito da fase 3 do CELE (Comércio Europeu de Licenças de Emissão de gases com efeito de estufa), relativa ao período 2013-2020. Fruto da crescente utilização de combustíveis alternativos, o Grupo Secil tem registado (e prevê manter) alguns excessos de licenças de emissão, tendo estes excedentes vindo a ser transacionadas no mercado, reduzindo/ minorando o risco de preço.

d) Risco de crédito

O risco de crédito está essencialmente relacionado com os montantes a receber de clientes. O agravamento das condições económicas globais ou adversidades que afetem apenas as economias

a uma escala local pode originar a incapacidade dos clientes em saldar as obrigações decorrentes das vendas de produtos. O seguro de crédito e a obtenção de garantias bancárias a favor do Grupo têm sido instrumentos adotados pelo Grupo Secil para, em complemento com a sua constante e essencial monitorização, minorar os impactos negativos deste tipo de risco.

No que respeita aos depósitos bancários, investimentos financeiros e instrumentos financeiros derivados, o risco de contraparte é mitigado pela seleção de instituições financeiras internacionais com uma sólida notação de risco de crédito e de instituições nacionais de primeira linha.

e) Risco de liquidez

O Grupo gere o risco de liquidez por três vias: (i) garantindo que a sua dívida financeira tem uma componente de médio e longo prazo com maturidades adequadas aos ativos financiados, (ii) dispondo de facilidades de crédito que permitam não só assegurar as necessidades de tesouraria não correntes do Grupo mas também a agilidade e flexibilidade para satisfazer necessidades de curto prazo e (iii) acumulando montantes em aplicações de tesouraria.

3.21.2_ Fatores de risco operacional

a) Setor da Construção

O volume de negócios da Secil depende do nível de atividade no setor da construção em cada um dos mercados geográficos em que opera. O setor da construção tende a ser cíclico, especialmente em economias maduras, e depende do nível de construção residencial e comercial, bem como do nível de investimentos em infraestruturas.

O setor da construção é sensível a fatores como as taxas de juro e uma quebra da atividade económica numa dada economia pode conduzir a uma recessão no setor da construção.

Apesar do Grupo considerar que a sua diversificação geográfica é a melhor forma de conseguir a estabilização dos seus resultados, a sua atividade, situação financeira e resultados operacionais podem ser negativamente afetados por uma quebra do setor

da construção em qualquer mercado significativo em que opere.

b) Procura de produtos - Secil

Nos mercados maduros a procura de cimento e outros materiais de construção tende a ser bastante regular ao longo do ano. Apenas se nota uma redução da procura durante o mês de janeiro e dezembro. A procura dos produtos da Secil está, em geral, alinhada com esse padrão de comportamento.

c) Legislação ambiental

Nos últimos anos, a legislação comunitária e nacional tem vindo a tornar-se mais limitativa no que respeita ao controlo dos efluentes.

O Grupo Secil respeita a legislação atualmente em vigor, tendo para isso realizado investimentos muito significativos nos últimos anos. Embora não se preveja, num futuro próximo, alterações significativas à atual legislação, existe a possibilidade da Secil necessitar de realizar investimentos adicionais nesta área, de modo a cumprir eventuais novos limites que venham a ser aprovados.

d) Custos energéticos

Uma parte significativa dos custos do Grupo está dependente dos custos energéticos. A energia é um fator de custo com peso significativo na atividade da Secil e nas suas participadas.

O Grupo protege-se, em certa medida, contra o risco da subida do preço da energia através da possibilidade de algumas das suas fábricas utilizarem combustíveis alternativos e de contratos de fornecimento de energia elétrica de longo prazo para algumas das necessidades energéticas.

Apesar destas medidas, flutuações significativas nos custos da eletricidade e dos combustíveis podem afetar negativamente a sua atividade, situação financeira e resultados operacionais do Grupo.

e) Necessidade de investimentos significativos em novas aquisições no futuro

O Grupo Secil tem interesses em setores onde se tem vindo a assistir a processos de consolidação e

onde podem surgir oportunidades de crescimento quer orgânico quer pela via de aquisições.

3.22_ Capital Social e ações próprias

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio (Nota 20).

Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou outros instrumentos de capital próprio são apresentados como uma dedução, líquida de impostos, ao valor recebido resultante da emissão.

Os custos diretamente imputáveis à emissão de novas ações ou opções, para a aquisição de um negócio são incluídos no custo de aquisição, como parte do valor da compra.

As ações próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição, como uma redução do capital próprio, na rubrica "Ações próprias" sendo os ganhos ou perdas inerentes à sua alienação registados em "Outras reservas". Em conformidade com a legislação comercial aplicável, enquanto as ações próprias se mantiverem na posse da sociedade, é tornada indisponível uma reserva de montante igual ao seu custo de aquisição.

Quando alguma empresa do Grupo adquire ações da empresa-mãe (ações próprias) o pagamento, que inclui os custos incrementais diretamente atribuíveis (líquidos de impostos), é deduzido ao capital próprio atribuível aos detentores do capital da empresa-mãe até que as ações sejam canceladas, re-emitidas ou alienadas.

Quando tais ações são subsequentemente vendidas ou reemitidas, qualquer recebimento, líquido de custos de transação diretamente atribuíveis e de impostos, é refletido no capital próprio dos detentores do capital da empresa, em outras reservas.

3.23_ Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos aos detentores do capital é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras do Grupo no período em que os dividendos são aprovados pelos acionistas e até ao momento da sua liquidação.

3.24_ Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras consolidadas dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras consolidadas, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas foram os seguintes:

a) Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser identificada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência do Grupo Secil.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

b) Imposto sobre o Rendimento

O Grupo reconhece passivos para liquidações adicionais de impostos que possam resultar de revisões pelas autoridades fiscais.

Quando o resultado final destas situações é diferente dos valores inicialmente registados, as diferenças terão impacto no imposto sobre o rendimento e nos impostos diferidos, no período em que tais diferenças são identificadas.

c) Reconhecimento de ativos por impostos diferidos

São reconhecidos ativos por impostos diferidos apenas quando existe forte segurança de que existirão lucros tributáveis futuros disponíveis para a utilização das diferenças temporárias, ou quando existam passivos por impostos diferidos cuja reversão seja expectável no mesmo período em que os ativos por impostos diferidos sejam revertidos. A avaliação dos ativos por impostos diferidos é efetuada pela gestão no final de cada exercício, tendo em atenção a expectativa de desempenho no futuro.

d) Pressupostos atuariais

A avaliação das responsabilidades com benefícios definidos é efetuada semestralmente com o recurso a estudos atuariais elaborados por peritos independentes, baseados em pressupostos atuariais associados a indicadores económicos e demográficos. Alterações nestes pressupostos podem ter um impacto relevante naquelas responsabilidades.

e) Provisões

O Grupo analisa de forma periódica eventuais obrigações que ressaltem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para liquidação das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

f) Vida útil do goodwill

A vida útil do goodwill é determinada com base na vida útil remanescente estimada dos principais ativos líquidos operacionais das subsidiárias, conforme indicado na Nota 3.2.6. As estimativas, pressupostos e vidas úteis subjacentes são avaliadas pela Administração do Grupo no final de cada exercício.

4

Fluxos de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes. Caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro de 2016 e 2015 detalha-se conforme se segue:

Valores em Euros	31/12/2016	31/12/2015
Numerário	573 338	259 852
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	115 563 583	25 558 973
Aplicações de tesouraria	-	107 701 297
(Nota 18)	116 136 921	133 520 122
Descobertos bancários (Nota 23.3)	(5 103 907)	(3 994 686)
	111 033 014	129 525 436

5

Investimentos em subsidiárias

5.1 Subsidiárias

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 o Grupo apresenta as seguintes subsidiárias:

Denominação Social	Sede	31/12/2016			31/12/2015		
		% do capital detido pela Secil			% do capital detido pela Secil		
		Direta	Indireta	Total	Direta	Indireta	Total
Hewbol, S.G.P.S., Lda.	Funchal	100,00	-	100,00	100,00	100,00	100,00
Somera Trading Inc.	Panamá	-	100,00	100,00	-	100,00	100,00
Secil Cabo Verde Comércio e Serviços, Lda.	Praia	-	100,00	100,00	-	100,00	100,00
ICV - Inertes de Cabo Verde, Lda.	Praia	37,50	25,00	62,50	37,50	37,50	62,50
Florimar- Gestão e Participações, S.G.P.S., Lda.	Funchal	100,00	-	100,00	100,00	-	100,00
Sociedade de Inertes, Limitada	Nacala	-	100,00	100,00	-	100,00	100,00
Seciment Investments, B.V.	Amesterdão	100,00	-	100,00	100,00	-	100,00
I3 Participações e Serviços, Ltda.	Rio de Janeiro	-	100,00	100,00	-	100,00	100,00
Serife - Sociedade de Estudos e Realizações Industriais e de Fornecimento de Equipamento, Lda.	Lisboa	100,00	-	100,00	100,00	-	100,00
Silonor, S.A.	Dunkerque	100,00	-	100,00	100,00	-	100,00
Société des Ciments de Gabés	Tunis	98,72	-	98,72	98,72	-	98,72
Sud- Béton- Société de Fabrication de Béton du Sud	Tunis	-	98,72	98,72	-	98,72	98,72
Zarzis Béton	Tunis	-	98,52	98,52	-	98,52	98,52
Secil Angola, SARL	Luanda	100,00	-	100,00	100,00	-	100,00
Secil - Companhia de Cimento do Lobito, S.A.	Lobito	-	51,00	51,00	-	51,0	51,00
Secil, Betões e Inertes, S.G.P.S., S.A.	Setúbal	-	-	-	100,00	-	100,00
Unibetão - Indústrias de Betão Preparado, S.A.	Lisboa	100,00	-	100,00	-	100,00	100,00
Britobetão - Central de Betão, Lda.	Évora	9,00	91,00	100,00	-	91,0	91,00
Secil Britas, S.A.	Lisboa	100,00	-	100,00	-	100,00	100,00
Lusoinertes, S.A.	Lisboa	-	100,00	100,00	-	100,00	100,00
Secil Martingança - Aglomerantes e Novos Materiais para a Construção, S.A.	Leiria	51,19	48,81	100,00	51,19	48,81	100,00
IRP - Industria de Rebocos de Portugal, S.A.	Santarém	-	75,00	75,00	-	75,0	75,00
Ciminpart - Investimentos e Participações, S.G.P.S., S.A.	Lisboa	100,00	-	100,00	100,00	-	100,00
ALLMA - Microalgas, Lda.	Leiria	-	70,00	70,00	-	70,0	70,00
Argibetão - Sociedade de Novos Produtos de Argila e Betão, S.A.	Lisboa	-	99,37	99,37	-	90,96	90,96
Cimentos Costa Verde - Comércio de Cimentos, S.A.	Lisboa	-	100,00	100,00	-	100,0	100,00
Allmicroalgae - Natural products, S.A.	Setúbal	-	100,00	100,00	-	100,0	100,00
Prescor Produção de Escórias Moidas, Lda.	Lisboa	-	100,00	100,00	-	100,0	100,00
Secil Brasil Participações S/A	Rio de Janeiro	-	100,00	100,00	-	100,0	100,00
Supremo Cimentos, S.A.	Santa Catarina	-	100,00	100,00	-	100,0	100,00
Margem Companhia de Mineração Nacional Mineração e Engenharia, S.A.	Paraná	-	100,00	100,00	-	100,0	100,00
CMP - Cimentos Maceira e Pataias, S.A.	Santa Catarina	-	-	-	-	100,0	100,00
Cimentos Maceira, S.A.	Leiria	100,00	-	100,00	100,00	-	100,00
Ciments de Sibline, S.A.L.	Beirute	28,64	22,41	51,05	28,64	22,41	51,05
Soime, S.A.L.	Beirute	-	51,05	51,05	-	51,05	51,05
Cimentos Madeira, Lda.	Funchal	57,14	-	57,14	57,14	-	57,14
Beto Madeira - Betões e Britas da Madeira, S.A.	Funchal	-	57,14	57,14	-	57,14	57,14
Promadeira - Sociedade Técnica de Construção da Ilha da Madeira, Lda.	Funchal	-	57,14	57,14	-	57,14	57,14
Brimade - Sociedade de Britas da Madeira, S.A.	Funchal	-	57,14	57,14	-	57,14	57,14
Madebritas - Sociedade de Britas da Madeira, Lda. (a)	Funchal	-	29,14	29,14	-	29,14	29,14
Pedra Regional - Industria Transformadora de Rochas Ornamentais, S.A.	Funchal	-	57,14	57,14	-	57,14	57,14
Uniconcreto - Betão Pronto, S.A.	Funchal	-	57,14	57,14	-	57,14	57,14
Finlandimmo Holding BV (futura Secil Netherlands BV)	Lisboa	100,00	-	100,00	100,00	-	100,00
Secil Immo Netherlands BV	Holanda	-	100,00	100,00	-	-	-
Secil Cement BV	Holanda	-	100,00	100,00	-	-	-
SPB, SGPS, Lda. (b) (c)	Setúbal	100,00	-	100,00	50,00	-	50,00
Secil Prébetão, S.A. (c)	Montijo	-	100,00	100,00	-	39,80	39,80

(a) Sociedade detida em 51% pela Brimade, S.A. e portanto controlada pelo Grupo

(b) Sociedade anteriormente designada por Secil Unicon - S.G.P.S., Lda.

(c) Sociedades anteriormente consideradas empreendimento conjuntos e consolidadas pelo método de consolidação proporcional

5.2_ Interesses minoritários

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o detalhe dos interesses minoritários incluídos no capital próprio é conforme segue:

Valores em Euros	31/12/2016	31/12/2015
Britobetão - Central de Betão, Lda.	-	69 769
Société des Ciments de Gabés e subsidiárias	726 797	848 216
IRP - Industria de Rebocos de Portugal, S.A.	357 090	393 315
Secil - Companhia de Cimento do Lobito, S.A.	(1 332 888)	(441 657)
Ciments de Sibline, S.A.L e subsidiária	67 255 721	72 678 145
Cimentos Madeira, Lda. e subsidiárias	5 193 570	5 158 066
Outros	611 715	(779 153)
	72 812 005	77 926 701

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o detalhe dos interesses que não controlam evidenciados na demonstração dos resultados apresenta o seguinte detalhe:

Valores em Euros	31/12/2016	31/12/2015
Britobetão - Central de Betão, Lda.	2 233	12 728
Société des Ciments de Gabés e subsidiárias	(5 027)	(35 359)
IRP - Industria de Rebocos de Portugal, S.A.	88 775	82 949
Secil - Companhia de Cimento do Lobito, S.A.	(930 404)	(3 244 793)
Ciments de Sibline, S.A.L e subsidiária	10 132 465	11 112 688
Cimentos Madeira, Lda. e subsidiárias	41 866	(77 851)
Outros	(20 783)	(82 489)
	9 309 125	7 767 873

Os movimentos ocorridos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 apresentam-se conforme se segue:

Valores em Euros	31/12/2016	31/12/2015
Saldo inicial	77 926 701	78 292 078
Variação de perímetro:		
Sociedade de Inertes, Limitada		
Reforço de 1% da participação do Grupo no capital	-	978
Britobetão - Central de Betão, Lda.		
Reforço de 9% da participação do Grupo no capital (Nota 8)	(72 003)	-
Argibetão - Sociedade de Novos Produtos de Argila e Betão, S.A.		
Reforço de 8,41% da participação do Grupo no capital (Nota 8)	(70 229)	-
Reforço de 0,09% da participação do Grupo no capital	-	(825)
SPB, SGPS, LDA		
Reforço de 50% da participação do Grupo no capital - Obtenção controlo (Nota 8)	(1 437 032)	-
Secil Prébetão, S.A.		
Reforço de 20,4% da participação do Grupo no capital (Nota 8)	2 919 299	-
Pedra Regional - Industria Transformadora de Rochas Ornamentais, S.A.		
Reforço de 28% da participação do Grupo no capital	-	(115 813)
I3 Participações e Serviços, Ltda.		
Reforço de 0,03% da participação do Grupo no capital	-	(3)
Redução de Capital da Société des Ciments de Gabés	(30 258)	-
Transposição das demonstrações financeiras de subsidiárias estrangeiras	1 936 979	5 204 941
Dividendos	(17 663 591)	(13 207 278)
Desvios e alterações de pressupostos nos estudos actuariais	367	(7 854)
Subsídios ao investimento	(7 353)	(7 396)
Resultado líquido do período	9 309 125	7 767 873
Saldo final	72 812 005	77 926 701

6_

Interesses em empreendimentos conjuntos

Conforme divulgado na Nota 8, em 27 de julho de 2016 o Grupo adquiriu o controle da empresa conjuntamente controlada SPB, SGPS, Lda. (Ex. Secil Unicon – SGPS, Lda.) e da sua subsidiária Secil Prebetão, S.A., não detendo no período findo em 31 de dezembro de 2016 interesses em entidades conjuntamente controladas.

7

Investimentos em associadas

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o Grupo tem os seguintes investimentos em associadas:

Valores em Euros	Sede	31/12/2016 % indireta do capital detido	31/12/2015 % indireta do capital detido
Setefrete, SGPS, S.A.	Setúbal	25,00	25,00
MC - Matériaux de Construction	Gabés	49,36	49,36
J.M.J. Henriques, Lda.	Câmara de Lobos	28,57	28,57
Ave-Gestão Ambiental e Valorização Energética, S.A.	Lisboa	35,00	35,00

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as demonstrações financeiras disponíveis das associadas apresentam nas suas demonstrações financeiras os valores seguintes:

31 de Dezembro de 2016

Valores em Euros		Ativos Totais	Passivos Totais	Capital Próprio	Vendas e serviços prestados	Resultado Líquido
MC- Materiaux de Construction	a)	848 325	917 984	(69 659)	4 283 556	(96 745)
J.M.J. - Henriques, Lda.	a)	1 080 241	326 737	753 504	-	(3 386)
Setefrete, SGPS, S.A.	b)	4 849 974	20 698	4 829 276	59 974	4 763 825
Ave-Gestão Ambiental e Valorização Energética, S.A.	c)	3 137 609	2 632 651	504 958	10 068 168	545 137

- a) A informação financeira apresentada está de acordo com as demonstrações financeiras da associada para o período findo em 31.12.2016
b) A informação financeira apresentada está de acordo com as demonstrações financeiras da associada para o período findo em 31.07.2016
c) A informação financeira apresentada está de acordo com as demonstrações financeiras da associada para o período findo em 30.11.2016

31 de Dezembro de 2015

Valores em Euros		Ativos Totais	Passivos Totais	Capital Próprio	Vendas e serviços prestados	Resultado Líquido
MC- Materiaux de Construction	a)	721 482	694 002	27 480	4 229 614	(97 997)
J.M.J. - Henriques, Lda.	a)	1 078 986	322 102	756 884	-	(3 434)
Setefrete, SGPS, S.A.	b)	8 105 038	5 440 114	2 664 924	102 813	4 638 825
Ave-Gestão Ambiental e Valorização Energética, S.A.	c)	3 917 745	3 553 647	364 098	11 747 355	303 136

- a) A informação financeira apresentada está de acordo com as demonstrações financeiras oficiais das associadas para o período findo em 31.12.2015
b) A informação financeira apresentada está de acordo com as demonstrações financeiras oficiais da associada para o período findo em 31.12.2014
c) A informação financeira apresentada está de acordo com as demonstrações financeiras da associada para o período findo em 30.11.2015

8

Alterações no perímetro de consolidação

No decurso do período findo em 31 de dezembro de 2016, o impacto nas demonstrações financeiras consolidadas por via de alterações no perímetro de consolidação detalham-se conforme se segue:

Valores em Euros

Ativos não correntes	
Ativos fixos tangíveis (Nota 10)	1 156 566
Créditos a receber	4 101
Ativos correntes	
Inventários	1 207 852
Clientes	765 822
Estado e outros entes públicos	103 105
Outros créditos a receber	1 359 395
Caixa e depósitos bancários	27 407
Interesses que não controlam (Nota 5.2)	(1 340 035)
Passivos não correntes	
Financiamentos obtidos	(2 681 110)
Passivos por impostos diferidos (Nota 15.2)	(2 826)
Outras dívidas a pagar	(4 640 849)
Passivos correntes	
Estado e outros entes públicos	(84 401)
Financiamentos obtidos	(1 965 053)
Outras dívidas a pagar	(1 402 413)
Ativos e passivos identificáveis à data da aquisição	(7 492 439)
Goodwill (Nota 9)	10 748 876
Diferença de aquisição em capitais próprios (Nota 20.5)	3 553 141
Custos da concentração	6 809 578
Caixa e equivalentes de caixa	(27 407)
Património líquido adquirido	6 782 171

Entradas no perímetro

Argibetão - Sociedade de Novos Produtos de Argila e Betão, S.A. – com sede em Lisboa, reforço da participação financeira detida em 8,4% do capital social da subsidiária em 7 de março de 2016.

Britobetão – Central de betão, Lda. – com sede em Évora, aquisição da remanescente participação de 9% do capital social da subsidiária em 26 de outubro de 2016.

Finlandimmo Holding BV – com sede na Holanda, aquisição de 100% do capital social da sociedade e das suas subsidiárias Secil Immo Netherlands BV e Secil Cement BV em 27 de maio de 2016.

Grupo Secil Unicon – com sede em Setúbal, aquisição da remanescente participação financeira de 50% do capital social da entidade conjuntamente controlada SPB, SGPS, Lda. (Ex. Secil Unicon, SGPS, Lda). e da sua subsidiária Secil Prebetão, S.A. em 27 de julho de 2016.

Secil Prebetão, S.A. – com sede no Montijo, aquisição da remanescente participação financeira de 20,40% do capital social da subsidiária em 25 de novembro de 2016.

9_ Goodwill

No decurso dos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os movimentos ocorridos na rubrica "Goodwill", são conforme se segue:

Valores em Euros		31/12/2016	31/12/2015
Valor bruto no início do período		305 310 262	226 781 948
Perdas por imparidade acumuladas		(110 724 884)	(110 122 096)
Valor líquido no início do período		194 585 378	116 659 852
Variação de perímetro		-	58 316 083
Amortização	(Nota 15)	(7 653 980)	-
Perdas por imparidade	(Nota 15)	(5 762 660)	-
Aquisições:			
Secil Brasil Participações S/A		-	17 944 095
Pedra Regional - Industria Transformadora de Rocha Ornamentais, S.A.		-	249 361
SPB, SGPS, Lda.	(Nota 8)	5 762 660	-
Finlandimmo Holding BV	(Nota 8)	4 986 216	-
Variação cambial:			
Société des Ciments de Gabés	(Nota 20.5.1)	(2 418 777)	464 648
Sud-Béton-Société de Fabrication de Béton du Sud	(Nota 20.5.1)	(143 779)	27 619
Ciments de Sibline, S.A.L.	(Nota 20.5.1)	398 452	1 475 207
Secil Brasil Participações S/A	(Nota 20.5.1)	5 606 896	(5 410 590)
Supremo Cimentos, S.A.	(Nota 20.5.1)	12 015 583	(11 594 901)
Transferência de "Participações financeiras - método equivalência patrimonial"	(Nota 14)	3 536 727	16 454 003
Saldo final		210 912 716	194 585 377

O goodwill é atribuído às unidades geradoras de fluxos de caixa (UGC) do Grupo, identificadas de acordo com o país da operação, conforme se segue:

Valores em Euros	31/12/2016	31/12/2015
Portugal	79 972 069	74 834 641
Libano	13 418 054	14 440 130
Tunísia	26 227 797	29 601 916
Brasil	91 294 796	75 708 690
	210 912 716	194 585 377

Para efeitos de testes de imparidade, o valor recuperável das UGC é determinado com base no valor em uso, de acordo com o método dos fluxos de caixa descontados. Os cálculos baseiam-se no desempenho histórico e nas expectativas de desenvolvimento do negócio com a atual estrutura produtiva, sendo utilizado o plano estimado de médio prazo a 5 anos do Grupo.

No período findo em 31 de dezembro de 2016 registaram-se perdas por imparidade no goodwill afeto à aquisição da SBP, SGPS, Lda. no montante de Euros 5.762.660.

10_

Ativos fixos tangíveis

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os movimentos ocorridos na rubrica “Ativos fixos tangíveis”, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade, são conforme se segue:

Valores em Euros	Terrenos e recursos naturais	Recuperação paisagística	Edifícios e outras construções	Equipamentos	Ativos fixos tangíveis em curso	Adiantamentos	Total
Ativos							
Saldo em 1 de janeiro de 2015	173 015 864	5 469 872	402 057 631	1 334 236 889	10 818 085	894 074	1 926 492 415
Variação de perímetro	63 688 063	-	56 114 684	158 315 088	76 813 291	2 992 600	357 923 726
Aquisições	930 641	-	5 611 403	4 413 620	13 815 300	1 284 029	26 054 993
Alienações	(1 946 403)	-	(3 162 250)	(3 119 290)	(56 445)	-	(8 284 388)
Regularizações, transferências e abates	885 904	-	36 069 764	40 935 542	(76 528 923)	(828 263)	534 024
Ajustamento cambial	(8 798 722)	-	(10 489 982)	(17 492 500)	(6 440 320)	(368 318)	(43 589 842)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	227 775 347	5 469 872	486 201 250	1 517 289 349	18 420 988	3 974 122	2 259 130 928
Variação de perímetro (Nota 8)	1 571 387	-	5 221 033	11 317 777	-	-	18 110 197
Aquisições	349 403	-	285 120	3 175 899	35 435 197	1 740 009	40 985 628
Alienações	(39 818)	-	(468 760)	(5 440 831)	(6 351)	-	(5 955 760)
Regularizações, transferências e abates	(244 602)	-	(2 772 536)	103 063	(18 725 553)	(4 969 854)	(26 609 482)
Ajustamento cambial	8 658 782	-	16 926 013	26 867 433	114 508	199 523	52 766 259
Saldo em 31 de dezembro de 2016	238 070 499	5 469 872	505 392 120	1 553 312 690	35 238 789	943 800	2 338 427 770
Deprec. acumuladas e perdas por imparidade							
Saldo em 1 de janeiro de 2015	(45 599 750)	(2 181 317)	(332 199 477)	(1 193 235 172)	(1 926 494)	(267 500)	(1 575 409 710)
Variação de perímetro	(839 748)	-	(1 321 759)	(9 636 981)	-	-	(11 798 488)
Depreciações (Nota 33)	(2 034 962)	(115 672)	(7 292 928)	(32 889 546)	-	-	(42 333 108)
Perdas por imparidade (Nota 33)	(197 610)	-	(797 588)	(404 899)	-	-	(1 400 097)
Alienações	-	-	1 486 931	2 740 663	-	-	4 227 594
Regularizações, transferências e abates	-	-	-	3 028 375	-	-	3 028 375
Ajustamento cambial	(342 925)	-	(1 653 242)	(6 816 525)	-	-	(8 812 692)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(49 014 995)	(2 296 989)	(341 778 063)	(1 237 214 085)	(1 926 494)	(267 500)	(1 632 498 126)
Variação de perímetro (Nota 8)	(893 918)	-	(4 785 481)	(11 274 232)	-	-	(16 953 631)
Depreciações (Nota 33)	(2 265 535)	(115 671)	(8 161 690)	(35 671 473)	-	-	(46 214 369)
Perdas por imparidade (Nota 33)	-	-	91 342	1 276 757	(8 500 000)	-	(7 131 901)
Alienações	-	-	336 201	4 462 709	-	-	4 798 910
Regularizações, transferências e abates	-	-	2 926 226	6 028 918	-	-	8 955 144
Ajustamento cambial	1 079 810	-	1 103 637	4 145 769	-	-	6 329 216
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(51 094 638)	(2 412 660)	(350 267 828)	(1 268 245 637)	(10 426 494)	(267 500)	(1 682 714 757)
Ativos líquidos							
Valor líquido em 31 de dezembro de 2015	178 760 352	3 172 883	144 423 187	280 075 264	16 494 494	3 706 622	626 632 802
Valor líquido em 31 de dezembro de 2016	186 975 861	3 057 212	155 124 292	285 067 053	24 812 295	676 300	655 713 013

As perdas por imparidade acumuladas detalham-se conforme se segue:

Valores em Euros	Perdas acumuladas 01/01/15	Perdas do exercício (Nota 33)	Perdas acumuladas 31/12/15	Perdas do exercício (Nota 33)	Perdas acumuladas 31/12/16
Terrenos e recursos naturais	(7 927 557)	(197 610)	(8 125 167)	-	(8 125 167)
Edifícios e outras construções	(4 910 567)	(797 588)	(5 708 155)	91 342	(5 616 813)
Equipamentos	(4 792 032)	(404 899)	(5 196 931)	1 276 757	(3 920 174)
Activos fixos tangíveis em curso	(2 017 144)	-	(2 017 144)	(8 500 000)	(10 517 144)
	(19 647 300)	(1 400 097)	(21 047 397)	(7 131 901)	(28 179 298)

As empresas do Grupo, sedeadas em Portugal, procederam em anos anteriores à reavaliação dos seus ativos fixos tangíveis ao abrigo da legislação aplicável, nomeadamente Portaria n.º 258 de 28 de dezembro de 1963, Decretos-Lei n.º 126/77, n.º 430/78, n.º 219/82, n.º 319-G/84, n.º 118-B/86, n.º 111/88, n.º 49/91, n.º 264/92, n.º 22/92 e n.º 31/98.

O detalhe dos custos históricos de aquisição de ativos fixos tangíveis e correspondente reavaliação, líquidos de amortizações acumuladas, em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é o seguinte:

Valores em Euros Rubricas	31/12/2016			31/12/2015		
	Custo histórico	Excedente de revalorização	Valor revalorizado	Custo histórico	Excedente de revalorização	Valor revalorizado
Terrenos e recursos naturais	177 091 080	9 884 781	186 975 861	168 904 589	9 855 763	178 760 352
Edifícios e outras construções	153 018 533	2 105 759	155 124 292	142 361 355	2 061 832	144 423 187
Equipamentos	284 981 326	85 727	285 067 053	279 975 070	100 194	280 075 264
	615 090 939	12 076 267	627 167 206	591 241 014	12 017 789	603 258 803

11_

Locações

11.1_ Locações financeiras

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 o Grupo utiliza os seguintes bens adquiridos em locação financeira:

Valores em Euros Rubricas	31/12/2016			31/12/2015		
	Valor aquisição	Amortização acumulada	Valor líquido contabilístico	Valor aquisição	Amortização acumulada	Valor líquido contabilístico
Equipamento básico	4 049 109	(3 110 700)	938 409	4 800 653	(2 826 054)	1 974 599

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a dívida do Grupo referente a locações financeiras bem como o seu plano de reembolso, detalha-se como se segue:

Locação financeira - rendas a pagar

Valores em Euros	31/12/2016	31/12/2015
Não correntes (Nota 23.3)	682 902	1 569 923
Correntes (Nota 23.3)	610 467	749 349
	1 293 369	2 319 272

Locação financeira – plano de reembolso

Valores em Euros	31/12/2016	31/12/2015
A menos de 1 ano	652 996	826 762
1 a 2 anos	697 523	856 758
2 a 3 anos	-	760 213
	1 350 519	2 443 733
Juros futuros - a deduzir	(57 150)	(124 461)
Valor actual das responsabilidades por locação financeira (Nota 23.3)	1 293 369	2 319 272

No decurso dos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 foram reconhecidos nas rubricas “(Gastos)/ reversões de depreciação e amortização” e “Juros e gastos similares suportados” os seguintes montantes:

Valores em Euros	31/12/2016	31/12/2015
Amortizações do período	710 865	573 520
Gasto financeiro	76 526	107 035
	787 391	680 555

11.2_ Locações operacionais

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o Grupo é locatário em contratos de locação operacional relacionados com o aluguer de viaturas, os quais se encontram denominados em Euro.

Os pagamentos mínimos das locações operacionais são detalhados conforme se segue:

Valores em Euros	31/12/2016	31/12/2015
A menos de 1 ano	549 278	189 200
1 a 5 anos	1 163 278	434 533
	1 712 556	623 733

Os gastos relacionados com locações operacionais reconhecidos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 ascenderam a Euros 672.006 e 542.424, respetivamente.

12_

Propriedades de investimento

Os movimentos ocorridos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, na rubrica “Propriedades de investimento”, são conforme se segue:

Valores em Euros	31/12/2016			31/12/2015		
	Arrendadas	Para venda	Total	Arrendadas	Para venda	Total
Saldo inicial - quantia bruta	957 222	1 103 319	2 060 541	957 222	1 103 319	2 060 541
Saldo final quantia bruta	957 222	1 103 319	2 060 541	957 222	1 103 319	2 060 541
Saldo inicial - amortizações e perdas por imparidades	737 286	772 024	1 509 310	721 302	66 590	787 892
Transferências						
Para outras classes de ativos	-	1 718	1 718	(13)	702 640	702 627
Amortizações e perdas por imparidade (Nota33)	15 997	2 794	18 791	15 997	2 794	18 791
Saldo final - amortizações e perdas por imparidade	753 283	776 536	1 529 819	737 286	772 024	1 509 310
Valor líquido	203 939	326 783	530 722	219 936	331 295	551 231

As propriedades de investimento são amortizadas de acordo com o método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

No decurso dos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 foram reconhecidos em resultados os seguintes rendimentos e gastos relacionados com propriedades de investimento:

Valores em Euros	31/12/2016			31/12/2015		
	Arrendadas	Para venda	Total	Arrendadas	Para venda	Total
Rendimentos de rendas	58 296	-	58 296	58 296	-	58 296
Amortizações e perdas por imparidade	(15 997)	(2 794)	(18 791)	(15 997)	(2 794)	(18 791)
	42 299	(2 794)	39 505	42 299	(2 794)	39 505

13_

Ativos intangíveis

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os movimentos ocorridos na rubrica “Ativos intangíveis”, bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade, são conforme se segue:

Valores em Euros	Propriedade industrial	Licenças Emissão CO ₂	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Total
Ativos					
Saldo em 1 de janeiro de 2015	213 845	17 439 424	81 249	32 549	17 767 067
Variação perímetro	26 549 889	-	-	-	26 549 889
Aquisições	-	-	-	20 361	20 361
Licenças atribuídas	-	14 959 414	-	-	14 959 414
Licenças alienadas no período	-	(1 384 000)	-	-	(1 384 000)
Transferências e abates	35 456	-	-	(49 065)	(13 609)
Licenças devolvida à Entidade Coordenadora do Licenciamento	-	(11 846 013)	-	-	(11 846 013)
Ajustamento cambial	(4 869 739)	-	-	-	(4 869 739)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	21 929 451	19 168 825	81 249	3 845	41 183 370
Aquisições	-	-	-	6 226	6 226
Licenças atribuídas	-	10 928 249	-	-	10 928 249
Licenças alienadas no período	-	(4 498 000)	-	-	(4 498 000)
Alienações	-	-	(2 173)	-	(2 173)
Transferências e abates	5 512	-	-	(5 512)	-
Licenças devolvida à Entidade Coordenadora do Licenciamento	-	(11 540 336)	-	-	(11 540 336)
Ajustamento cambial	5 116 867	-	-	-	5 116 867
Saldo em 31 de dezembro de 2016	27 051 830	14 058 738	79 076	4 560	41 194 203
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade					
Saldo em 1 de janeiro de 2015	(180 676)	(11 726 983)	(80 356)	-	(11 988 015)
Amortizações do período (Nota 33)	(32 523)	-	-	-	(32 523)
Amortizações do período - Emissões de gases com efeito de estufa no período (Nota 33)	-	(11 734 925)	-	-	(11 734 925)
Licenças devolvida à Entidade Coordenadora do Licenciamento	-	11 846 013	-	-	11 846 013
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(213 199)	(11 615 895)	(80 356)	-	(11 909 450)
Amortizações do período (Nota 33)	(2 410 722)	-	-	-	(2 410 722)
Amortizações do período - Emissões de gases com efeito de estufa no período (Nota 33)	-	(8 603 069)	-	-	(8 603 069)
Reversão/(Perdas) por imparidade no período (Nota 33)	(2 702 406)	-	-	-	(2 702 406)
Alienações	-	-	2 173	-	2 173
Licenças devolvida à Entidade Coordenadora do Licenciamento	-	11 540 336	-	-	11 540 336
Ajustamento cambial	(615 273)	-	-	-	(615 273)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(5 941 600)	(8 678 628)	(78 183)	-	(14 698 411)
Ativos líquidos					
Valor líquido em 31 de dezembro de 2015	21 716 252	7 552 930	893	3 845	29 273 920
Valor líquido em 31 de dezembro de 2016	21 110 230	5 380 110	893	4 560	26 495 792

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 os montantes de Euros 5.380.110 e Euros 7.552.930 registados na rubrica “Licenças de emissão de CO₂” referem-se ao valor das licenças de emissão de gases com efeitos de estufa atribuídas a título gratuito e depositadas a favor das empresas do Grupo no Registo Português

de Licenças de Emissão relativos ao ano de 2016 e 2015 respetivamente, acrescido das licenças adquiridas e deduzido das licenças alienadas, das perdas por imparidade identificadas e das licenças entregues/entregar à Entidade Coordenadora do Licenciamento

Os movimentos ocorridos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, nas licenças de emissão de gases com efeito de estufa, são conforme se segue:

Valores em Euros	31/12/2016		31/12/2015	
	Toneladas	Euros	Toneladas	Euros
Ativos				
Saldo inicial	2 783 412	19 168 825	2 760 405	17 439 424
Licenças atribuídas (Nota 20.5.3)	2 121 990	10 928 249	2 161 765	14 959 414
Licenças alienadas	(650 000)	(4 498 000)	(200 000)	(1 384 000)
Licenças devolvidas à Entidade Coordenadora do Licenciamento	(1 681 073)	(11 540 336)	(1 938 758)	(11 846 013)
Saldo final	2 574 329	14 058 738	2 783 412	19 168 825
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade				
Saldo inicial	(1 691 990)	(11 615 895)	(1 921 662)	(11 726 983)
Amortizações do período relativas a:				
Emissões de gases com efeito de estufa no período	(1 519 212)	(8 603 069)	(1 709 086)	(11 734 925)
Licenças devolvidas à Entidade Coordenadora do Licenciamento	1 681 073	11 540 336	1 938 758	11 846 013
Saldo final	(1 530 129)	(8 678 628)	(1 691 990)	(11 615 895)
Valor líquido	1 044 200	5 380 110	1 091 422	7 552 930

O Grupo alienou, no período findo em 31 de dezembro de 2016, 650.000 toneladas (200.000 toneladas em 2015) de licenças de emissão de CO₂, tendo registado ganhos no montante de Euros 3.575.000 (Euros 1.602.000 em 2015) (Nota 31).

No período fim em 31 de dezembro de 2016, a rubrica "Propriedade industrial" inclui o montante de Euros 2.702.406 relativo a uma perda por imparidade reconhecida no valor da marca Supremo, de acordo com a avaliação independente obtida de uma entidade especializada.

14_

Participações financeiras

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica "Participações financeiras", apresenta a seguinte composição:

Valores em Euros	31/12/2016		31/12/2015	
	% detida	Valor	% detida	Valor
Setefrete, SGPS, S.A.	25,00%	1 207 319	25,00%	2 893 981
MC - Materiaux de Construction	49,36%	2 067	49,36%	2 263
J.M.J. - Henriques, Lda.	28,57%	376 752	28,57%	378 442
Ave-Gestão Ambiental e Valorização Energética, S.A.	35,00%	176 735	35,00%	1 436 411
		1 762 873		4 711 097

Os movimentos ocorridos nesta rubrica, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, detalham-se como se segue:

Valores em Euros	31/12/2016	31/12/2015
Saldo inicial	4 711 097	39 834 386
Variação de perímetro	-	(86 204 906)
Aquisições:		
Secil Brasil Participações S/A	-	75 028 073
Efeito de diluição em participações financeiras (Nota 31)	-	1 764 019
Resultado líquido apropriado (Nota 28)	1 380 062	(2 415 788)
Dividendos atribuídos pela Setefrete, SGPS, S.A.	(727 188)	(1 356 063)
Dividendos atribuídos pela Ave, S.A.	(141 497)	(149 764)
Transferência do goodwill de associadas para a rubrica "Goodwill" (Nota 9)	(3 536 727)	(16 454 003)
Ajustamento cambial	(193)	(5 333 269)
Outros movimentos	77 319	(1 588)
Saldo final	1 762 873	4 711 097

15_

Imposto sobre o rendimento

15.1_ Imposto corrente

A Secil e algumas das suas subsidiárias integram, desde 1 de janeiro de 2014, o Grupo Fiscal do qual a Semapa, S.G.P.S., S.A. é a sociedade dominante, sendo tributadas pelo Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (RETGS) constituído pelas empresas com uma participação igual ou superior a 75% e que cumprem as condições previstas no artigo 69º e seguintes do Código do IRC.

As empresas que se englobam no perímetro do grupo de sociedades sujeitas a este regime apuram e registam o imposto sobre o rendimento tal como se fossem tributadas numa ótica individual.

A Secil e as suas subsidiárias tributadas pelo RETGS, alteraram o seu período de tributação para o período compreendido entre 1 de julho e 30 de junho, com efeitos a 1 de julho de 2015. Em resultado desta alteração a Secil e estas subsidiárias apuraram e reportaram à Autoridade Tributária, até ao final do mês de novembro, o imposto apurado no período de 12 meses findo em 30 de junho de 2016 e registaram a estimativa de imposto para o período de seis meses iniciado em 1 de julho de 2016.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica "Imposto sobre o rendimento" apresenta o seguinte detalhe:

Valores em Euros	31/12/2016	31/12/2015
Imposto corrente	6 407 334	7 263 942
Liquidações adicionais de IRC	(2 128 124)	6 264 666
Imposto diferido (Notas 15.2)	(8 133 178)	(6 746 302)
	(3 853 968)	6 782 306

Os montantes de Euros 6.407.334 e Euros 7.263.942 registados em imposto corrente em 31 de dezembro de 2016 e 2015, respetivamente incluem:

Valores em Euros	31/12/2016	31/12/2015
Estimativa de imposto do período das empresas não pertencentes ao Grupo fiscal Semapa (Nota 25)	5 980 085	6 005 461
Estimativa de Imposto das empresas que integram o Grupo fiscal Semapa :		
Período tributário de 1 de janeiro de 2015 a 30 de junho de 2015	-	272 684
Período tributário de 1 de julho de 2015 a 30 de junho de 2016 (Nota 36) (*)	366 248	942 279
Período tributário de 1 de julho de 2016 a 30 de junho de 2017 (Nota 36) (**)	493 185	-
IRC de exercícios anteriores	(1 062 208)	(74 016)
Excesso / (insuficiência) de estimativa de exercícios anteriores	630 024	117 534
	6 407 334	7 263 942

(*) - O montante respeita apenas a 6 meses 1-jan-2016 a 30-jun-2016

(**) - O montante respeita apenas a 6 meses 1-jul-2016 a 30-dez-2016

As declarações anuais de rendimentos estão sujeitas em Portugal a revisão e eventual ajustamento por parte das autoridades fiscais durante um período de 4 anos. Contudo, no caso de serem apresentados prejuízos fiscais estes podem ser sujeitos a revisão e liquidação pelas autoridades fiscais por um período superior.

Noutros países em que o Grupo desenvolve a sua atividade os prazos são diferentes, em regra superiores.

O Conselho de Administração entende que eventuais correções àquelas declarações em resultado de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais não terão efeitos materiais nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2016.

A reconciliação da taxa efetiva de imposto nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é evidenciada conforme se segue:

Valores em Euros	31/12/2016	31/12/2015
Resultado antes de impostos	(16 819 593)	1 342 980
Imposto esperado	(4 625 388)	369 320
Diferenças permanentes (a)	(38 260 280)	(342 995)
Prejuízos fiscais recuperáveis de períodos anteriores	(242 117)	(993 519)
Prejuízos fiscais não recuperáveis	37 852 108	5 076 747
Diferenças de taxas de imposto (b)	4 516 926	(2 758 656)
Benefícios fiscais	(1 123 375)	(1 643 660)
Liquidações adicionais de IRC	(2 128 124)	6 264 666
Retenção na fonte a título definitivo	791 493	717 073
Imposto relativo a períodos anteriores	(1 223 677)	(673 555)
Ajustamentos à coleta (c)	588 466	766 885
	(3 853 968)	6 782 306
Taxa efetiva de imposto	22,9%	505,0%

(a) Este valor respeita essencialmente a:

Valores em Euros	31/12/2016	31/12/2015
Amortização e perdas por imparidade do goodwill (Nota 9)	13 416 640	-
Efeito da aplicação do método da equivalência patrimonial (Nota 28)	(1 380 062)	2 415 788
Mais / (menos) valias fiscais	(148 351 761)	(2 191 771)
(Mais) / menos valias contabilísticas	(638 631)	(1 973 193)
Benefícios fiscais (*)	(935 801)	(1 378 918)
Aumento / (redução) de imparidades e provisões tributadas	(6 039 092)	2 038 977
Resultados intragrupo sujeitos a tributação	3 638 669	1 910 953
Outros	1 161 746	(2 069 091)
	(139 128 292)	(1 247 255)
Impacto fiscal (27,50%)	(38 260 280)	(342 995)

(*) - O montante mostrado na rubrica "Benefícios fiscais" refere-se, essencialmente, a benefícios fiscais à exportação e investimento concedidos na Tunísia.

(b) O aumento de imposto verificado no período na rubrica "Diferenças de taxas de imposto" inclui essencialmente o efeito negativo da diferença de taxa de imposto praticada nos prejuízos fiscais em Portugal (21%) e a taxa da Secil, acrescida da derrama e derrama estadual (27,5%)

(c) O montante mostrado na rubrica "Ajustamentos à coleta" respeita essencialmente à tributação autónoma no montante de Euros 673.349.

15.2_ Imposto diferido

No decurso dos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os movimentos ocorridos nos ativos e passivos por impostos diferidos, são os seguintes:

31 DE DEZEMBRO DE 2016

Valores em Euros	Saldo inicial	Ajustamento Cambial
Diferenças temporárias que originam ativos por impostos diferidos		
Provisões e imparidades tributadas	22 117 436	(80 617)
Provisões para recuperação ambiental e paisagística	2 776 132	1 595
Prejuízos fiscais reportáveis	23 773 019	8 635 677
Responsabilidade por subsídio de reforma (Nota 22)	47 507	(3 855)
Responsabilidades por subsídios por morte (Nota 22)	62 053	-
Responsabilidade por prémio de antiguidade (Nota 22)	439 870	-
Insuficiência do fundo de pensões (Nota 22)	64 236	(4 683)
Benefícios de reforma sem fundo autónomo (Nota 22)	5 214 994	-
Responsabilidade por assistência na doença (Nota 22)	74 989	-
Mais-valias diferidas contabilisticamente, originadas em transacções intra-grupo	2 104 088	12 366
Justo valor apurado em combinações empresariais	1 678 976	55 047
Imparidades em ativos fixos	6 272 687	-
Outras diferenças temporárias	14 664 522	1 559 868
	79 290 509	10 175 398
Diferenças temporárias que originam passivos por impostos diferidos		
Reavaliação de ativos fixos tangíveis	(50 201 175)	(11 111 474)
Justo valor apurado em combinações empresariais	(126 156 588)	(1 003 787)
Diferimento da tributação de mais-valias	(689 367)	-
Acréscimos de amortizações	(15 376 633)	(3 505 534)
Instrumentos financeiros (Nota 38)	-	206 353
Excesso do fundo de pensões (Nota 22)	(1 827 903)	-
Subsídios ao investimento (Nota 20.5.3)	(822 960)	558
Licenças emissão de gases com efeito de estufa (Nota 13)	(7 552 930)	-
Outras diferenças temporárias	(2 656 722)	(323 790)
	(205 284 278)	(15 737 674)
Valores reflectidos no balanço		
Ativos por impostos diferidos	22 273 397	3 460 213
Passivos por impostos diferidos	(55 077 076)	(5 618 370)



Resultados do período (Nota 15.1)	Capital próprio	Transferências	Variação de perímetro (Nota 8)	Ativos detidos para venda	Saldo final
3 135 749	-	611.954	-	-	25 784 522
228 563	-	-	-	-	3 006 290
24 973 420	-	122.069	-	-	57 504 185
6 574	(6 515)	-	-	-	43 711
(5 601)	-	-	-	-	56 452
(116 298)	-	-	-	-	323 572
(23 813)	22 298	-	-	-	58 038
(636 737)	24 933	-	-	-	4 603 190
(1 639)	(1 465)	-	-	-	71 885
195 758	-	-	-	-	2 312 212
-	-	-	-	-	1 734 023
(1 111 699)	-	-	-	-	5 160 988
(3 774 829)	(1 534 805)	(1.048 448)	-	-	9 866 308
22 869 448	(1 495 554)	(314 425)	-	-	110 525 376
514 673	-	-	-	-	(60 797 976)
12 059 626	-	5.035	-	(30 312)	(115 126 026)
79 410	-	-	-	-	(609 957)
(11 171 142)	-	-	-	-	(30 053 309)
3 207 985	(228 022)	(1 271 752)	-	-	1 914 564
(33 726)	(243 078)	-	-	-	(2 104 707)
-	(140 124)	-	-	-	(962 526)
-	2 172 821	-	-	-	(5 380 109)
(16 029)	-	1 581 141	(12 565)	-	(1 427 965)
4 640 797	1 561 597	314 424	(12 565)	(30 312)	(214 548 011)
7 537 385	(257 370)	(106 905)	-	-	32 906 720
595 793	454 940	106 904	(2 826)	(6 748)	(59 547 383)

31 DE DEZEMBRO DE 2015

Valores em Euros	Saldo inicial	Ajustamento Cambial	Resultados do período (Nota 15.1)
Diferenças temporárias que originam ativos por impostos diferidos			
Provisões e imparidades tributadas	19 534 763	321 197	1 208 774
Provisões para recuperação ambiental e paisagística	2 695 705	(1 431)	74 352
Prejuízos fiscais reportáveis	146 052	(4 305 110)	15 598 497
Responsabilidade por subsídio de reforma (Nota 22)	415 703	(22 597)	(323 537)
Responsabilidades por subsídios por morte (Nota 22)	54 034	-	8 019
Responsabilidade por prémio de antiguidade (Nota 22)	497 822	-	(57 952)
Insuficiência do fundo de pensões (Nota 22)	38 554	347	(35 284)
Benefícios de reforma sem fundo autónomo (Nota 22)	5 729 363	-	(620 901)
Responsabilidade por assistência na doença (Nota 22)	69 288	-	(1 086)
Mais-valias diferidas contabilisticamente, originadas em transacções intra-grupo	2 553 041	(10 617)	(438 336)
Justo valor apurado em combinações empresariais	1 505 510	173 466	-
Imparidades em ativos fixos	8 815 142	-	(2 542 455)
Outras diferenças temporárias	4 476 881	(2 056 093)	6 316 644
	46 531 858	(5 900 838)	19 186 735
Diferenças temporárias que originam passivos por impostos diferidos			
Reavaliação de ativos fixos tangíveis	(3 040 011)	10 631 387	286 442
Justo valor apurado em combinações empresariais	(106 726 441)	485 288	6 664 766
Diferimento da tributação de mais-valias	-	-	-
Acréscimos de amortizações	(768 777)	-	79 410
Instrumentos financeiros (Nota 38)	(4 113 825)	2 125 966	(4 311 384)
Excesso do fundo de pensões (Nota 22)	(4 857 507)	-	(168 175)
Subsídios ao investimento (Nota 20.5.3)	(1 027 113)	(90)	-
Licenças emissão de gases com efeito de estufa (Nota 13)	(5 712 441)	-	-
Outras diferenças temporárias	(149 273)	176 090	(295 194)
	(126 395 388)	13 418 641	2 255 865
Valores reflectidos no balanço			
Ativos por impostos diferidos	10 816 894	(2 110 892)	6 875 295
Passivos por impostos diferidos	(28 097 489)	5 413 066	(133 714)

Alteração da taxa de imposto (Nota 15.1)	Capital próprio	Alteração da taxa de imposto	Varição de perímetro (Nota 9)	Ativos detidos para venda	Saldo final
-	-	-	1 052 702	-	22 117 436
-	-	-	7 506	-	2 776 132
-	-	-	12 333 580	-	23 773 019
-	(22 062)	-	-	-	47 507
-	-	-	-	-	62 053
-	-	-	-	-	439 870
-	60 619	-	-	-	64 236
-	106 532	-	-	-	5 214 994
-	6 787	-	-	-	74 989
-	-	-	-	-	2 104 088
-	-	-	-	-	1 678 976
-	-	-	-	-	6 272 687
-	(676 700)	-	6 603 790	-	14 664 522
-	(524 824)	-	19 997 578	-	79 290 509
-	-	-	(58 078 993)	-	(50 201 175)
-	-	-	(26 549 889)	(30 312)	(126 156 588)
-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	(689 367)
-	-	-	(9 077 390)	-	(15 376 633)
-	3 197 779	-	-	-	(1 827 903)
-	204 243	-	-	-	(822 960)
-	(1 840 489)	-	-	-	(7 552 930)
-	-	-	(2 388 345)	-	(2 656 722)
-	1 561 533	-	(96 094 617)	(30 312)	(205 284 278)
4 899 (178)	(111 975) 420 621	- (465)	6 799 176 (32 672 170)	- (6 747)	22 273 397 (55 077 076)

Prejuízos fiscais reportáveis com imposto diferido ativo

São reconhecidos impostos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais na medida em que seja provável a realização do respetivo benefício fiscal, através da existência de lucros tributáveis futuros. Os impostos

diferidos ativos reconhecidos pelo Grupo referem-se a prejuízos fiscais que se espera virem a ser deduzidos aos lucros tributáveis futuros, conforme se segue:

Valores em Euros	31/12/2016	31/12/2015	Data limite
Cimentos Madeira, Lda.	-	-	-
Margem - Companhia de Mineração	57 504 185	57 504 185	não expira
	57 504 185	57 504 185	

Prejuízos fiscais reportáveis sem imposto diferido ativo

Os prejuízos fiscais sobre os quais o Grupo considera, nesta data, não existir a capacidade de dedução a lucros tributáveis futuros, e como tal

sem imposto diferido ativo, detalham-se por ano de prescrição conforme se segue:

Valores em Euros	Total
Não tributadas pelo RETGS	
ALLMA - Microalgas, Lda.	143 706
Florimar- Gestão e Participações, S.G.P.S., Lda.	242 676
I3 Participações e Serviços, Ltda.	592 993
Madebritas - Sociedade de Britas da Madeira, Lda.	10 806
Pedra Regional - Industria Transformadora de Rochas Ornamentais, S.A.	123 238
Secil Angola, SARL	1 242 252
Secil Prébetão, S.A.	8 948 750
SPB - S.G.P.S., Lda.	54 480
Seciment Investments, B.V.	265 150
Silonor, S.A.	13 439 574
Soime, S.A.L.	794 222
Zarzis Béton	84 067
Sociedade de Inertes, Limitada	401 161
Secil Brasil Participações S/A	8 825 654
Supremo Cimentos, S.A.	32 377 853
Finlandimmo Holding BV	145 051
	67 691 633
Tributadas pelo RETGS	
Secil - Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.	25 280 520
Argibetão - Sociedade de Novos Produtos de Argila e Betão, S.A.	302 132
Britobetão - Central de Betão, Lda.	123 265
Ciminpart - Investimentos e Participações, S.G.P.S., S.A.	9 520 787
Cimentos Costa Verde - Comércio de Cimentos, S.A.	10 463
Prescor Produção de Escórias Moidas, Lda.	236 983
Allmicroalgae - Natural products, S.A.	81 395
Secil Britas, S.A.	5 121 878
Secil Martingança - Aglomerantes e Novos Materiais para a Construção, S.A.	1 157 566
Serife - Sociedade de Estudos e Realizações Industriais e de Fornecimento de Equipamento, Lda.	53 407
Unibetão - Indústrias de Betão Preparado, S.A.	10 632 436
Uniconcreto - Betão Pronto, S.A.	4 084 658
	56 605 490
Total prejuízos fiscais reportáveis sem imposto diferido	124 297 123

2017	2018	2019	2020	2021	2022 e posteriores
11 884	-	-	-	-	131 822
31 725	59 579	-	-	-	151 372
-	-	-	-	-	592 993
2 027	2 577	-	-	-	6 202
91 537	24 288	-	-	-	7 413
636 608	605 644	-	-	-	-
1 723 664	3 545 712	-	-	-	3 679 374
31 762	5 042	-	-	-	17 676
-	-	-	-	-	265 150
-	-	-	-	-	13 439 574
106 677	198 017	489 528	-	-	-
-	-	-	-	84 067	-
94 595	116 955	-	189 611	-	-
-	-	-	-	-	8 825 654
-	-	-	-	-	32 377 853
-	-	-	-	-	145 051
2 730 479	4 557 814	489 528	189 611	84 067	59 640 134
-	-	-	-	-	25 280 520
134 583	-	-	-	-	167 549
1 476	-	-	-	-	121 789
933 200	-	-	-	-	8 587 587
-	-	-	-	-	10 463
-	-	-	-	-	236 983
-	-	-	-	-	81 395
3 453 198	-	-	-	-	1 668 680
618 290	-	-	-	-	539 276
12 483	-	-	-	-	40 924
2 552 479	-	-	-	-	8 079 957
1 015 328	-	-	-	-	3 069 330
8 721 037	-	-	-	-	47 884 453
11 451 516	4 557 814	489 528	189 611	84 067	107 524 587

16_

Outros investimentos e ativos financeiros

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as rubricas "Outros investimentos financeiros" e "Outros ativos financeiros", líquidas de perdas acumuladas por imparidade, decompõem-se conforme se segue:

Valores em Euros	31/12/2016			31/12/2015		
	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia escriturada líquida	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia escriturada líquida
Outros investimentos financeiros - não corrente:						
Adiantamentos para investimentos financeiros	3 150 000	-	3 150 000	2 500 000	-	2 500 000
Outros investimentos financeiros	308 665	(37 149)	271 516	336 414	(40 695)	295 719
	3 458 665	(37 149)	3 421 516	2 836 414	(40 695)	2 795 719
Outros ativos financeiros - não corrente:						
Obrigações do tesouro	548 434	-	548 434	-	-	-
Outros ativos financeiros	187 903	(117 211)	70 692	179 428	(58 844)	120 584
Instrumentos financeiros derivados (Nota 38)	41 090	-	41 090	-	-	-
	777 427	(117 211)	660 216	179 428	(58 844)	120 584
	4 236 092	(154 360)	4 081 732	3 015 842	(99 539)	2 916 303
Outros ativos financeiros - corrente:						
Outros - Partes relacionadas (Notas 36 e 37.2)	-	-	-	650 000	-	650 000
Instrumentos financeiros derivados (Nota 38)	-	-	-	1 948 961	-	1 948 961
	-	-	-	2 598 961	-	2 598 961

Os movimentos ocorridos, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, nas perdas acumuladas por imparidade são conforme se segue:

Valores em Euros	31/12/2016	31/12/2015
Saldo inicial	99 539	98 862
Variação de perímetro	4 075	-
Aumentos	54 292	-
Ajustamento cambial	(3 546)	677
Saldo final	154 360	99 539

17_ Inventários

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os inventários, líquidos de perdas acumuladas por imparidade, apresentam a seguinte composição:

Valores em Euros	31/12/2016			31/12/2015		
	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia líquida	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia líquida
Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	77 165 893	(9 665 106)	67 500 787	78 370 312	(9 761 052)	68 609 260
Produtos e trabalhos em curso	2 264 216	-	2 264 216	1 755 363	-	1 755 363
Produtos acabados e intermédios	27 018 381	(4 690 877)	22 327 504	24 762 318	(4 279 311)	20 483 007
Mercadorias	6 431 475	(142 608)	6 288 867	6 008 504	(493 158)	5 515 346
Adiantamento por conta de compras	176 941	-	176 941	1 001	-	1 001
	113 056 906	(14 498 591)	98 558 315	110 897 498	(14 533 521)	96 363 977

Os movimentos ocorridos, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, nas perdas acumuladas por imparidades em inventários são conforme se segue:

Valores em Euros	31/12/2016	31/12/2015
Saldo inicial	14 533 521	11 705 806
Variação de perímetro	316 008	890 363
Aumentos	913 644	2 340 373
Reposições	(1 032 805)	(664 524)
Utilizações	(8 746)	(10 610)
Ajustamento cambial	(223 031)	272 113
Saldo final	14 498 591	14 533 521

Os aumentos e reposições, no montante líquido de Euros 119.161 (reposição) e Euros 1.675.849 (aumento) em 31 de dezembro de 2016 e 2015 respetivamente, foram reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica "Imparidade de inventários ((perdas)/ reversões)".

18_

Ativos financeiros

18.1_ Categorias de ativos financeiros

As categorias de ativos financeiros, líquidas de perdas acumuladas por imparidade, em 31 de dezembro de 2016 e 2015 são detalhadas conforme se segue:

Valores em Euros	31/12/2016			31/12/2015		
	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia escriturada líquida	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia escriturada líquida
Disponibilidades (Nota 4):						
Numerário	573 338	-	573 338	259 852	-	259 852
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	115 563 583	-	115 563 583	25 558 973	-	25 558 973
Outras aplicações de tesouraria	-	-	-	107 701 297	-	107 701 297
	116 136 921	-	116 136 921	133 520 122	-	133 520 122
Ativos financeiros ao custo:						
Clientes (Nota 18.2)	83 981 362	(27 439 533)	56 541 829	90 827 913	(26 246 509)	64 581 404
Créditos a receber - corrente (Nota 18.3)	25 594 826	(6 262 258)	19 332 568	19 069 274	(8 315 799)	10 753 475
Créditos a receber - não corrente (Nota 18.3)	4 551 346	(1 855 975)	2 695 371	5 717 095	(1 855 975)	3 861 120
	114 127 534	(35 557 766)	78 569 768	115 614 282	(36 418 283)	79 195 999
	230 264 455	(35 557 766)	194 706 689	249 134 404	(36 418 283)	212 716 121

18.2_ Ativos financeiros - clientes

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica "Clientes", líquida de perdas acumuladas por imparidade, apresenta a seguinte composição:

Valores em Euros	31/12/2016			31/12/2015		
	Quantia bruta	Imparidade acumulada (Nota 18.4)	Quantia escriturada líquida	Quantia bruta	Imparidade acumulada (Nota 18.4)	Quantia escriturada líquida
Clientes	83 717 018	(27 439 533)	56 277 485	90 691 552	(26 246 509)	64 445 043
Clientes - Partes relacionadas (Nota 36)	264 344	-	264 344	136 362	-	136 362
	83 981 362	(27 439 533)	56 541 829	90 827 913	(26 246 509)	64 581 404

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a antiguidade do saldo da rubrica “Clientes”, líquida de perdas acumuladas por imparidade, é detalhada conforme se segue:

Valores em Euros	31/12/2016			31/12/2015		
	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia escriturada líquida	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia escriturada líquida
Não vencido	37 979 755	(212 159)	37 767 596	39 274 616	-	39 274 616
Vencido:						
0-90 dias	15 252 670	(110 962)	15 141 708	21 069 939	(275 416)	20 794 523
90-180 dias	2 150 424	(286 176)	1 864 248	1 637 007	(175 319)	1 461 688
180-360 dias	1 157 084	(614 380)	542 704	1 829 165	(679 805)	1 149 360
> 360 dias	27 441 429	(26 215 856)	1 225 573	27 017 186	(25 115 969)	1 901 217
	83 981 362	(27 439 533)	56 541 829	90 827 913	(26 246 509)	64 581 404

18.3_ Ativos financeiros – outros créditos a receber

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica “Outros créditos a receber - corrente”, líquida de perdas acumuladas por imparidade apresenta a seguinte composição:

Valores em Euros	31/12/2016			31/12/2015		
	Quantia bruta	Imparidade acumulada (Nota 18.4)	Quantia escriturada líquida	Quantia bruta	Imparidade acumulada (Nota 18.4)	Quantia escriturada líquida
Outros devedores						
Adiantamentos a fornecedores	1 859 925	-	1 859 925	1 408 335	-	1 408 335
Partes relacionadas - outras operações (Nota 36)	4 344 111	-	4 344 111	3 603 622	(1 994 310)	1 609 312
Outros	17 848 478	(6 262 258)	11 586 220	12 829 452	(6 321 489)	6 507 963
	24 052 514	(6 262 258)	17 790 256	17 841 408	(8 315 799)	9 525 609
Devedores por acréscimos de rendimentos						
Juros a receber	531 677	-	531 677	764 505	-	764 505
Partes relacionadas (Nota 36)	401 723	-	401 723	-	-	-
Outros	608 912	-	608 912	463 361	-	463 361
	1 542 312	-	1 542 312	1 227 866	-	1 227 866
	25 594 826	(6 262 258)	19 332 568	19 069 274	(8 315 799)	10 753 475

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica “Outros créditos a receber - não corrente”, líquida de perdas acumuladas por imparidade apresenta a seguinte composição:

Valores em Euros	31/12/2016			31/12/2015		
	Quantia bruta	Imparidade acumulada (Nota 18.4)	Quantia escriturada líquida	Quantia bruta	Imparidade acumulada (Nota 18.4)	Quantia escriturada líquida
Outros devedores						
Cauções prestadas a favor de terceiros	1 782 863	-	1 782 863	1 952 249	-	1 952 249
Outros	2 768 483	(1 855 975)	912 508	3 764 846	(1 855 975)	1 908 871
	4 551 346	(1 855 975)	2 695 371	5 717 095	(1 855 975)	3 861 120

18.4_ Imparidade de dívidas a receber

Os movimentos ocorridos nas perdas acumuladas por imparidade de dívidas a receber, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, são conforme se segue:

31/12/2016					
Valores em Euros	Outros Devedores Não correntes (Nota 18.3)	Clientes (Nota 18.2)	Partes relacionadas (Nota 18.3)	Outros Devedores correntes (Nota 18.3)	Total
Saldo inicial	1 855 975	26 246 509	1 994 310	6 321 489	36 418 283
Variação de perímetro	-	1 542 974	-	-	1 542 974
Aumentos	-	1 937 101	235 000	41 649	2 213 750
Reposições	-	(1 754 552)	(2 229 310)	(47 613)	(4 031 475)
Utilizações	-	(327 816)	-	(43 971)	(371 787)
Ajustamento cambial	-	(204 683)	-	(9 296)	(213 979)
Saldo final	1 855 975	27 439 533	-	6 262 258	35 557 766

31/12/2015					
Valores em Euros	Outros Devedores Não correntes (Nota 18.3)	Clientes (Nota 18.2)	Partes relacionadas (Nota 18.3)	Outros Devedores correntes (Nota 18.3)	Total
Saldo inicial	1 855 975	26 258 584	1 294 310	6 199 804	35 608 673
Variação de perímetro	-	235 137	-	-	235 137
Aumentos	-	1 436 242	700 000	116 554	2 252 796
Reposições	-	(1 574 502)	-	-	(1 574 502)
Utilizações	-	(3 231)	-	-	(3 231)
Ajustamento cambial	-	(105 721)	-	5 131	(100 590)
Saldo final	1 855 975	26 246 509	1 994 310	6 321 489	36 418 283

Os aumentos e reposições, no montante de Euros 2.213.750 (Euros 2.252.796 em 2015) e Euros 4.031.475 (Euros 1.574.502 em 2015), respetivamente, foram reconhecidos pelo líquido na demonstração dos resultados na rubrica "Imparidade de dívidas a receber ((perdas)/ reversões)".

19_

Ativos não correntes detidos para venda

Em 30 de junho de 2011 a Secil adquiriu a totalidade do capital social da sociedade Uniconcreto – Betão Pronto, S.A. (anteriormente designada por Lafarge Betões, S.A.) e das suas subsidiárias Eurobetão – Betão Pronto, S.A. (incorporada por fusão na Unibetão, em 2014) e Lusoínertes, S.A. (anteriormente designada por Lafarge Agregados Unipessoal, Lda.). Estas sociedades operam no mercado de betões e agregados e detinham à data da compra vinte e seis centrais de betão e quatro explorações de agregados.

No âmbito desta compra, a decisão de alienar os ativos e passivos, apresentados como ativos não correntes detidos para venda, decorre da imposição colocada por parte da Autoridade da Concorrência, bem como da posterior avaliação interna efetuada pelo Grupo.

No período findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015 os ativos e passivos diretamente associados a ativos não correntes detidos para venda detalham-se como se segue:

Valores em Euros	31/12/2016	31/12/2015
ATIVO		
Ativos fixos tangíveis	1 036 774	1 064 047
	1 036 774	1 064 047
Valores em Euros	31/12/2016	31/12/2015
PASSIVO		
Passivos por impostos diferidos	71 229	77 977
	71 229	77 977
	965 545	986 070

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os ativos apresentados como não correntes detidos para venda correspondem às centrais de betão cuja imposição de venda foi colocada pela Autoridade da Concorrência.

20_ Capital próprio

20.1_ Capital subscrito, ações próprias e outros instrumentos de capital próprio

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o capital social da Secil, encontra-se totalmente realizado, sendo representado por 52.920.000 ações com o valor nominal de Euros 5.

As pessoas coletivas que detêm posições relevantes no capital social da sociedade em 31 de dezembro de 2016 e 2015 detalham-se conforme se segue:

Nome	Nº ações		% do capital detida	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Semapa, S.G.P.S., S.A.	48 734 540	48 734 540	92,09%	92,09%
Longapar, S.G.P.S., S.A.	1 000	1 000	0,00%	0,00%
Ações próprias	4 184 460	4 184 460	7,91%	7,91%
	52 920 000	52 920 000	100,00%	100,00%

As ações próprias evidenciadas nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo em 31 de dezembro de 2016 e 2015 são detidas pelas seguintes sociedades:

Ações próprias	31/12/2016	31/12/2015
Secil - Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.	3 818 360	3 818 360
Hewbol, S.G.P.S., S.A.	366 100	366 100
	4 184 460	4 184 460

A sociedade Hewbol, S.G.P.S, Lda. é uma empresa subsidiária do Grupo Secil pelo que as 366.100 ações por si detidas encontram-se evidenciadas como ações próprias nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

No corrente exercício a acionista Semapa – Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A. realizou prestações acessórias pecuniárias no montante de Euros 140.000.000. Estas prestações de capital não podem ser re-embolsadas se após essa operação os capitais próprios se tornarem inferiores à soma do capital social e da reserva legal.

20.2_ Reservas legais

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica “Reserva legais” ascende a Euros 40.680.725.

A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital.

Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da sociedade poderá contudo, ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

20.3_ Outras reservas

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica "Outras reservas" decompõe-se como se segue:

Ações próprias	31/12/2016	31/12/2015
Saldo inicial	54 519 442	95 675 899
Transferência de outras reservas para resultados transitados	(13 207 199)	(41 156 457)
Saldo final	41 312 243	54 519 442

Por deliberação da Assembleia Geral da Secil, realizada em 13 de abril de 2016, procedeu-se à transferência do montante de Euros 13.207.199 para a rubrica de "Resultados transitados" para cobertura de perdas acumuladas.

20.4_ Excedente de revalorização

O movimento do excedente de revalorização nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 foi conforme se segue:

Ações próprias	31/12/2016	31/12/2015
Saldo inicial	14 050 127	14 080 833
Excedente realizado no período	(25 566)	(35 376)
Imposto diferido no período	3 375	4 670
Saldo final	14 027 936	14 050 127

O montante de Euros 14.027.936 não se encontra disponível para distribuir aos acionistas do Grupo.

20.5_ Outras variações no capital próprio

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica "Outras variações no capital próprio" apresenta a seguinte composição:

Ações próprias	31/12/2016	31/12/2015
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras	(71 068 621)	(114 899 872)
Desvios e alterações de pressupostos em estudos actuariais	1 107 183	903 816
Impostos diferidos - desvios e alterações de pressupostos em estudos actuariais	(451 589)	(399 923)
Subsídios ao investimento	942 780	793 827
Impostos diferidos - subsídios ao investimento	(244 728)	(206 998)
Subsídios por licenças de emissão de gases com efeito de estufa	5 373 869	7 546 689
Impostos diferidos - subsídios por licenças de emissão de gases com efeito de estufa	(1 402 190)	(2 018 279)
Reserva de justo valor de derivados de cobertura	1 780 670	17 843
Impostos diferidos - reserva de justo valor de derivados de cobertura	(335 081)	(4 015)
Justo valor em associadas	105 165	27 846
Transações de capital próprio (Nota 8)	(3 553 141)	-
	(67 745 683)	(108 239 066)

20.5.1_ Diferenças de conversão de demonstrações financeiras

O montante de Euros 71.068.621, respeita ao valor apropriado pelos detentores do capital da empresa-mãe das diferenças cambiais resultantes da conversão das demonstrações financeiras das sociedades, goodwill e empréstimos que qualificam como extensões do investimento líquido, essencialmente na Tunísia, Brasil, Líbano e Angola, sendo o movimento nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 detalhado como se segue:

Valores em Euros	31 de Dezembro de 2016			
	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Société des Ciments de Gabès e subsidiárias:				
Conversão das demonstrações financeiras	(57 719 836)	-	(5 592 308)	(63 312 144)
Conversão do goodwill (Nota 9)	(26 247 720)	-	(2 562 556)	(28 810 276)
Secil Angola, S.A.R.L.:				
Conversão das demonstrações financeiras	1 945 004	185 767	-	2 130 771
Extensão do investimento líquido	7 962 520	1 432 879	-	9 395 399
Conversão do goodwill	(21 517)	-	-	(21 517)
Secil - Companhia de Cimentos do Lobito, S.A.:				
Conversão das demonstrações financeiras	(2 603 061)	-	(286 351)	(2 889 412)
Ciment de Sibline, SAL:				
Conversão das demonstrações financeiras	7 645 336	1 965 971	-	9 611 307
Conversão do goodwill (Nota 9)	2 255 765	398 452	-	2 654 217
I3 Participações e Serviços, Ltda.				
Conversão das demonstrações financeiras	(76 591)	5 279	-	(71 312)
Supremo Cimentos, S.A.				
Conversão das demonstrações financeiras	(42 737 817)	37 496 942	-	(5 240 875)
Conversão do goodwill (Nota 9)	(11 594 901)	12 015 583	-	420 682
Secil Brasil Participações S/A				
Conversão das demonstrações financeiras	11 723 792	-	(6 859 088)	4 864 704
Conversão do goodwill (Nota 9)	(5 410 590)	5 606 896	-	196 306
Sociedade de Inertes, Lda.				
Conversão das demonstrações financeiras	(20 256)	23 792	-	3 536
	(114 899 872)	59 131 561	(15 300 303)	(71 068 614)

31 de Dezembro de 2015				
Valores em Euros	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Société des Ciments de Gabès e subsidiárias:				
Conversão das demonstrações financeiras	(58 996 767)	1 276 931	-	(57 719 836)
Conversão do goodwill (Nota 9)	(26 739 987)	492 267	-	(26 247 720)
Secil Angola, S.A.R.L.:				
Conversão das demonstrações financeiras	1 786 175	158 829	-	1 945 004
Extensão do investimento líquido	3 453 749	4 508 771	-	7 962 520
Conversão do goodwill	(21 517)	-	-	(21 517)
Secil - Companhia de Cimentos do Lobito, S.A.:				
Conversão das demonstrações financeiras	(1 413 216)	-	(1 189 845)	(2 603 061)
Ciment de Sibline, SAL:				
Conversão das demonstrações financeiras	(887 539)	8 532 875	-	7 645 336
Conversão do goodwill (Nota 9)	780 558	1 475 207	-	2 255 765
I3 Participações e Serviços, Ltda.				
Conversão das demonstrações financeiras	(38 460)	-	(38 131)	(76 591)
Supremo Cimentos, S.A.				
Conversão das demonstrações financeiras	(7 687 121)	-	(35 050 696)	(42 737 817)
Conversão do goodwill (Nota 9)	-	-	(11 594 901)	(11 594 901)
Secil Brasil Participações S/A				
Conversão das demonstrações financeiras	(728 292)	12 452 084	-	11 723 792
Conversão do goodwill (Nota 9)	-	-	(5 410 590)	(5 410 590)
Sociedade de Inertes, Lda.				
Conversão das demonstrações financeiras	(6 838)	-	(13 418)	(20 256)
	(90 499 255)	28 896 964	(53 297 581)	(114 899 872)

20.5.2_ Desvios e alterações de pressupostos atuariais

O movimento dos desvios e alterações de pressupostos atuariais nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, repartido entre Grupo e interesses que não controlam, decompõe-se como segue:

Valores em Euros	31/12/2016			31/12/2015		
	Detentores do capital da empresa-mãe	Interesses que não controlam	Total	Detentores do capital da empresa-mãe	Interesses que não controlam	Total
Saldo inicial	903 816	301 050	1 204 866	4 243 449	311 072	4 554 521
Movimento no período (Nota 22.2)	203 367	458	203 825	(3 339 633)	(10 022)	(3 349 655)
Saldo final	1 107 183	301 508	1 408 691	903 816	301 050	1 204 866

20.5.3_ Subsídios do governo

Subsídios ao investimento

Os movimentos ocorridos nos subsídios ao investimento nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 são conforme se segue:

Ações próprias	31/12/2016	31/12/2015
Saldo inicial	822 960	1 027 113
Ajustamento cambial	(558)	90
Subsídios recebidos no período	2 666 432	10 056
Subsídios reconhecidos nos resultados (Nota 31)	(2 526 308)	(214 299)
Saldo final	962 526	822 960

Subsídios ao investimento repartidos em:		
Detentores do capital da empresa-mãe	942 780	793 827
Interesses que não controlam	19 746	29 133
	962 526	822 960

Subsídios por licenças de emissão de gases com efeitos de estufa

Os movimentos dos subsídios relativos a licenças de emissão de gases com efeito de estufa nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 são conforme se segue:

Ações próprias	31/12/2016	31/12/2015
Saldo inicial	7 546 690	5 706 200
Licenças atribuídas no período (Nota 13)	10 928 249	14 959 414
Subsídio reconhecido nos resultados do período (Nota 31)	(8 603 070)	(11 734 924)
Licenças alienadas no período	(4 498 000)	(1 384 000)
Saldo final	5 373 869	7 546 690

20.5.4_ Reserva de justo valor de derivados de cobertura

Os movimentos ocorridos na reserva de justo valor de derivados de cobertura (Nota 38) nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 são conforme se segue:

Ações próprias	31/12/2016	31/12/2015
Saldo inicial	17 843	(658 857)
Aumentos de justo valor (Nota 38)	1 762 827	676 700
Saldo final	1 780 670	17 843

20.6_ Aplicação do resultado do período anterior

Por deliberação da Assembleia Geral da Secil realizada em 13 de abril de 2016, o resultado líquido negativo no montante de Euros 13.207.199, do período findo em 31 de dezembro de 2015, foi transferido para a rubrica de "Resultados transitados".

21_ Provisões

No decurso dos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, realizaram-se os seguintes movimentos nas rubricas de provisões:

Valores em Euros	Recuperação ambiental	Outras	Total
Saldo em 1 de Janeiro de 2015	7 179 748	20 488 904	27 668 652
Variação de perímetro	7 506	1 151 134	1 158 640
Aumentos	419	3 828 054	3 828 473
Desconto financeiro (Nota 34)	289 714	-	289 714
Utilizações	(174 155)	(1 645 799)	(1 819 954)
Reposições	(157 298)	(918 935)	(1 076 233)
Ajustamento cambial	(1 431)	163 553	162 122
Transferências	-	(423 691)	(423 691)
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	7 144 503	22 643 220	29 787 723
Aumentos	516	8 552 020	8 552 536
Desconto financeiro (Nota 34)	289 488	-	289 488
Utilizações	(19 814)	3 445 618	3 425 804
Reposições	(157 298)	(11 674 274)	(11 831 572)
Ajustamento cambial	1 595	364 490	366 085
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	7 258 990	23 331 074	30 590 064

A redução, no montante de Euros 3.279.036 (aumento de Euros 2.752.240 em 2015), registado na demonstração dos resultados na rubrica "Provisões", inclui:

(i) o aumento de Euros 8.552.536 (Euros 3.828.473 em 2015) registado na rubrica "Outras";

(ii) o total das reposições de Euros 11.831.572 (Euros 1.076.233 em 2015).

22_

Benefícios a empregados

Conforme referido nas Notas 3.15 e 3.16 o Grupo atribui aos seus trabalhadores e seus familiares diversos benefícios pós emprego e outros benefícios a longo prazo.

A evolução das responsabilidades assumidas, refletidas no balanço consolidado em 31 de dezembro de 2016 e 2015, são conforme se segue:

31 de dezembro de 2016								
Acréscimo/ (redução) de responsabilidades								
Resultados do período								
Valores em Euros	Saldo inicial	Gastos com o pessoal (Nota 30)	(Rendimentos) / Gastos financeiros	Outras variações no capital próprio	Variação cambial	Pagamentos efetuados	Prémios pagos / resgates	Saldo final
Benefícios pós-emprego - contribuição definida								
Contribuições efetuadas	-	1 179 782	-	-	-	(1 179 782)	-	-
Conta "Reserva"	(704 608)	-	(10 990)	-	-	59 111	-	(656 487)
	(704 608)	1 179 782	(10 990)	-	-	(1 120 671)	-	(656 487)
Benefícios pós-emprego - benefícios definidos								
Responsabilidades por pensões a cargo do Grupo	5 214 994	96 643	-	24 933	-	(733 380)	-	4 603 190
Insuficiência/ (excesso) dos fundos	(1 763 667)	(22 338)	-	(220 780)	(4 683)	-	(35 201)	(2 046 669)
Responsabilidades por subsídios de reforma	47 507	6 574	-	(6 515)	(3 855)	-	-	43 711
Responsabilidades por assistência na doença	74 989	989	-	(1 463)	-	(2 630)	-	71 885
	3 573 823	81 868	-	(203 825)	(8 538)	(736 010)	(35 201)	2 672 117
Benefícios a longo prazo								
Responsabilidades por prémios de antiguidade	439 870	47 940	-	-	-	(164 238)	-	323 572
Responsabilidades por subsídios por morte	62 053	(5 601)	-	-	-	-	-	56 452
	501 923	42 339	-	-	-	(164 238)	-	380 024
	3 371 138	1 303 989	(10 990)	(203 825)	(8 538)	(2 020 919)	(35 201)	2 395 654

31 de dezembro de 2015

Acréscimo/ (redução) de responsabilidades

Resultados do período

Valores em Euros	Saldo inicial	Gastos com o pessoal (Nota 30)	(Rendimentos) / Gastos financeiros	Outras variações no capital próprio	Variação cambial	Pagamentos efetuados	Prémios pagos / resgates	Saldo final
Benefícios pós-emprego - contribuição definida								
Contribuições efetuadas	-	1 141 434	-	-	-	(1 141 434)	-	-
Conta "Reserva"	(795 095)	(1 358)	(43 198)	-	-	135 043	-	(704 608)
	(795 095)	1 140 076	(43 198)	-	-	(1 006 391)	-	(704 608)
Benefícios pós-emprego - benefícios definidos								
Responsabilidades por pensões a cargo do Grupo	5 729 363	185 148	-	106 532	-	(806 049)	-	5 214 994
Insuficiência/ (excesso) dos fundos	(4 818 953)	(157 036)	-	3 258 398	347	-	(46 423)	(1 763 667)
Responsabilidades por morte e subsídios de reforma	415 703	(250 289)	-	(22 062)	(22 597)	(73 248)	-	47 507
Responsabilidades por assistência na doença	69 288	1 534	-	6 787	-	(2 620)	-	74 989
	1 395 401	(220 643)	-	3 349 655	(22 250)	(881 917)	(46 423)	3 573 823
Benefícios a longo prazo								
Responsabilidades por prémios de antiguidade	497 822	87 912	-	-	-	(145 864)	-	439 870
Responsabilidades por subsídios por morte	54 034	8 019	-	-	-	-	-	62 053
	551 856	95 931	-	-	-	(145 864)	-	501 923
	1 152 162	1 015 364	(43 198)	3 349 655	(22 250)	(2 034 172)	(46 423)	3 371 138

Em 2010, foi alterado o contrato constitutivo do Fundo de Pensões Secil, que passou a designar-se por Fundo de Pensões do Grupo Secil, substituindo integralmente o anterior contrato e produzindo efeitos a 1 de janeiro desse mesmo ano.

São associadas do Fundo, a Secil e as suas subsidiárias:

(i) CMP – Cimentos Maceira e Pataias, S.A. e Unibetão – Industrias de Betão Preparado, S.A., que integraram (e extinguiram simultaneamente) os seus Fundos de Pensões no Fundo de Pensões do Grupo Secil;

(ii) Cimentos Madeira, Lda., que integrou (e extinguiu simultaneamente) a sua apólice de seguro no Fundo de Pensões do Grupo Secil;

(iii) Britobetão – Central de Betão, Lda., Secil Britas,

S.A, Beto Madeira, S.A. e Brimade, S.A..

A Cimentos Madeira alterou, com efeitos a 1 de janeiro de 2012, para contribuição definida o plano de benefícios definidos que assegurava diretamente aos seus empregados a título de complemento de reforma por velhice, invalidez, reforma antecipada e pensões de sobrevivência.

O património líquido positivo resultante da transição dos trabalhadores no ativo da Cimentos Madeira do plano de benefício definido para o plano de contribuição definida, após a transferência das responsabilidades por serviços passados financiadas com referência a 31 de dezembro de 2011 e garantindo o financiamento das responsabilidades com reformados e pensionista a cargo do Plano de Pensões de Benefício Definido foi transferido para a Conta Reserva da respetiva subsidiária e afeto ao Plano de Contribuição Definida.

O Fundo de Pensões do Grupo Secil é o suporte financeiro para o pagamento dos benefícios previstos nos Planos de Pensões de cada associada (agora geridos conjuntamente) que se encontram descritos nas Notas 22.1 e 22.2.

22.1_ Benefícios pós-emprego – Planos de contribuição definida

Os Planos de Pensões de Contribuição Definida geridos pelo Fundo de Pensões do Grupo Secil são financiados pelas associadas e pelos participantes contribuintes e são os seguintes:

(i) Planos Secil e CMP, incluem todos os trabalhadores que à data de 31 de dezembro de 2009 tinham um contrato de trabalho sem termo (e que se encontravam abrangidos pelo plano de benefícios definidos em vigor nas empresas) e que tenham optado pela transição para estes Planos e todos os trabalhadores admitidos ao abrigo de um contrato sem termo, a partir de 1 de janeiro de 2010, sendo também aplicável aos membros dos órgãos de administração;

(ii) Planos Unibetão e Britobetão, incluem todos os trabalhadores que à data de 31 de dezembro de 2009 tinham um contrato de trabalho sem termo, celebrado ao abrigo do CCT celebrado entre a APEB e a FETESE e todos os trabalhadores admitidos ao abrigo de um contrato sem termo, a partir de 1 de janeiro de 2010, com exceção dos trabalhadores da Unibetão que estejam abrangidos pelo CCT celebrado entre a APEB e a FEVICCOM, os quais continuam a beneficiar do Plano de benefício definido, sendo também aplicável aos membros dos órgãos de administração;

(iii) Plano Beto Madeira inclui todos os trabalhadores que à data de 31 de dezembro de 2010 tinham um contrato de trabalho sem termo e estavam abrangidos pelo CCT celebrado entre a APEB – Associação Portuguesa das Empresas de Betão Pronto e a FETESE – Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores de Serviços e outros;

(iv) Plano Secil Britas, inclui todos os trabalhadores que à data de 31 de dezembro de 2009 tinham um contrato de trabalho sem termo e a todos os trabalhadores admitidos ao abrigo de um contrato sem termo, a partir de 1 de janeiro de 2010, sendo também aplicável aos membros dos órgãos de administração;

(v) Plano Cimentos Madeira inclui todos os trabalhadores que à data de 1 de janeiro de 2012 tinham um contrato de trabalho sem termo (e que se encontravam abrangidos pelo plano de benefícios definidos em vigor na empresa) e todos os empregados admitidos ao abrigo de um contrato sem termo, a partir dessa data, sendo também aplicável aos membros dos órgãos de administração;

(vi) Plano Brimade inclui todos os trabalhadores que tinham à data de 1 de julho de 2012 um contrato de trabalho sem termo e todos os trabalhadores que venham a ser admitidos ao serviço após essa data.

22.2_ Benefícios pós-emprego – Planos de benefícios definidos

Os gastos suportados com os planos de benefícios definidos, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, são os seguintes:

31 de Dezembro de 2016				
Valores em Euros	Serviços correntes	Custo dos juros	Retorno esperado dos ativos do plano	Total de gastos com o pessoal (Nota 30)
Responsabilidades por pensões a cargo do Grupo	-	96 643	-	96 643
Responsabilidades por pensões com fundo autónomo	10 489	434 404	(467 231)	(22 338)
Responsabilidades por subsídios de reforma	3 202	3 372	-	6 574
Responsabilidades por assistência na doença	-	989	-	989
	13 691	535 408	(467 231)	81 868

31 de Dezembro de 2015					
Valores em Euros	Serviços correntes	Custo dos juros	Retorno esperado dos ativos do plano	Outros	Total de gastos com o pessoal (Nota 30)
Responsabilidades por pensões a cargo do Grupo	-	185 148	-	-	185 148
Responsabilidades por pensões com fundo autónomo	10 255	726 887	(894 178)	-	(157 036)
Responsabilidades por morte e subsídios de reforma	3 607	4 620	-	(258 516)	(250 289)
Responsabilidades por assistência na doença	-	1 534	-	-	1 534
	13 862	918 189	(894 178)	(258 516)	(220 643)

O montante de Euros 258.516, registado no período findo em 31 de dezembro de 2015, refere-se à extinção do plano de benefícios definidos – subsídios de reforma da subsidiária Secil - Companhia de Cimento do Lobito, S.A..

Os ganhos e perdas reconhecidos diretamente nos capitais próprios nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, são como segue:

31 de Dezembro de 2016					
Ganhos e perdas atuariais					
Valores em Euros	Outros desvios	Ativos plano est. vs real	Total (Nota 20.5.2)	Imposto diferido	Valor líquido
Responsabilidades por pensões a cargo do Grupo	(24 933)	-	(24 933)	7 069	(17 864)
Responsabilidades por pensões com fundo autónomo	(96 835)	317 615	220 780	(57 171)	163 609
Responsabilidades por subsídios de reforma	6 515	-	6 515	(1 339)	5 176
Responsabilidades por assistência na doença	1 463	-	1 463	(316)	1 147
	(113 790)	317 615	203 825	(51 757)	152 068

31 de Dezembro de 2015					
Ganhos e perdas atuariais					
Valores em Euros	Outros desvios	Ativos plano est. vs real	Total (Nota 20.5.2)	Imposto diferido	Valor líquido
Responsabilidades por pensões a cargo do Grupo	(106 532)	-	(106 532)	29 228	(77 304)
Responsabilidades por pensões com fundo autónomo	(2 326 800)	(931 598)	(3 258 398)	844 191	(2 414 207)
Responsabilidades por subsídios de reforma	22 062	-	22 062	(5 263)	16 799
Responsabilidades por assistência na doença	(6 787)	-	(6 787)	1 465	(5 322)
	(2 418 057)	(931 598)	(3 349 655)	869 621	(2 480 034)

O montante negativo de Euros 3.349.655, registado no período findo em 31 de dezembro de 2015 como perdas atuariais, reflete a alteração dos pressupostos atuariais ocorrida no período, nomeadamente a redução da taxa de juro técnica (Nota 22.2.2).

Os gastos apresentados correspondem aos planos de benefícios definidos existentes no universo de empresas que constituem o Grupo os quais seguidamente se descrevem.

22.2.1_ Caracterização dos planos de benefícios definidos

Planos de benefícios definidos com fundos geridos por terceiras entidades

Responsabilidades por complementos de pensões de reforma e sobrevivência e subsídio de reforma

A Secil e as suas subsidiárias:

(i) CMP- Cimentos Maceira e Pataias, S.A.;

(ii) Unibetão- Industrias de Betão Preparado, S.A.;

(iii) Cimentos Madeira, Lda.;

(iv) Betomadeira – Betões e Britas da Madeira, S.A.;

(v) Societé des Ciments de Gabès;

assumiram o compromisso de pagar aos seus empregados prestações pecuniárias a título de complementos de reforma por velhice, invalidez, reforma antecipada, pensões de sobrevivência ou subsídios de reforma.

As responsabilidades derivadas destes planos são asseguradas por fundos autónomos, administrados por terceiros ou cobertas por apólices de seguro.

Estes planos são avaliados semestralmente, às datas dos fechos intercalar e anuais das demonstrações financeiras, por entidades especializadas e independentes, utilizando o método de crédito da unidade projetada.

Planos de benefícios definidos a cargo do Grupo

Responsabilidades por complementos de pensões de reforma e sobrevivência

As responsabilidades decorrentes dos reformados da Secil, à data de constituição do Fundo de Pensões, 31 de dezembro de 1987, são asseguradas diretamente pela Secil. De igual forma, as responsabilidades assumidas pela subsidiária Secil Martingança, S.A. são asseguradas diretamente pela empresa.

Em 26 de junho de 2012, as responsabilidades a cargo da Cimentos Madeira, Lda. e Beto Madeira-Betões e Britas da Madeira, S.A. relativas a todos os reformados e pensionistas que se encontravam a receber uma pensão, foram transferidas para o Plano de Pensões de Benefícios Definidos da Cimentos Madeira o qual integrou o Fundo de Pensões do Grupo Secil.

Estes planos são igualmente avaliados semestralmente, por entidades independentes, utilizando o método de cálculo dos capitais de cobertura

correspondentes aos prémios únicos das rendas vitalícias imediatas, na avaliação das responsabilidades com atuais pensionistas e o método de crédito da unidade projetada, na avaliação das responsabilidades com ativos.

Responsabilidades por assistência na doença

A subsidiária Cimentos Madeira, Lda. mantém com os seus reformados regimes de assistência na doença, de natureza supletiva relativamente aos serviços oficiais de saúde, através de um seguro contratado.

Responsabilidades por benefícios por subsídio de reforma

A subsidiária do Grupo Societé des Ciments de Gabès (Tunísia) assumiu com os seus trabalhadores a responsabilidade pelo pagamento de um subsídio de reforma por velhice e por invalidez com base no Acordo Coletivo de Trabalho, artigo 52, que representa: (i) 2 meses do último salário, se o trabalhador tem menos de 30 anos ao serviço da empresa e (ii) 3 meses do último salário, se o trabalhador tem 30 anos ou mais ao serviço da empresa.

22.2.2_ Responsabilidades e movimentos ocorridos no período comparativamente com o período anterior

Pressupostos utilizados na avaliação das responsabilidades

Os estudos atuariais efetuados por entidades independentes, com referência a 31 de dezembro de 2016 e 2015, para efeitos de apuramento nessas datas das responsabilidades por serviços passados, tiveram por base os seguintes pressupostos:

	31/12/2016	31/12/2015
Fórmula de Benefícios da Segurança Social	Decreto-Lei nº 187/2007 de 10 de Maio	Decreto-Lei nº 187/2007 de 10 de Maio
Tabelas de invalidez	EKV 80	EKV 80
Tabelas de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Taxa de crescimento salarial	1,00%	1,00%
Taxa de juro técnica	2,00%	2,00%
Taxa de crescimento das pensões	0,45%	0,45%
Taxa de crescimento das despesas de saúde	n/a	n/a

Responsabilidades por serviços passados com planos de benefícios de reforma e sobrevivência

De acordo com os estudos atuariais reportados a 31 de dezembro de 2016 e 2015, o valor presente da obrigação correspondente a planos de reforma, bem como os valores de mercado dos fundos/ apólices de seguro a eles afetos são como se segue:

Valores em Euros	31/12/2016				31/12/2015			
	Fundo autónomo	Apólice de Seguro	Assumido pelo Grupo	Total	Fundo autónomo	Apólice de Seguro	Assumido pelo Grupo	Total
Responsabilidades por serviços passados								
- Ativos	47 043	220 905	-	267 948	105 590	261 049	-	366 639
- Aposentados	20 288 984	-	4 603 190	24 892 174	21 983 847	-	5 214 994	27 198 841
Valor de mercado dos fundos	(22 430 526)	(173 075)	-	(22 603 601)	(23 907 221)	(206 932)	-	(24 114 153)
Insuficiência / (excesso)	(2 094 499)	47 830	4 603 190	2 556 521	(1 817 784)	54 117	5 214 994	3 451 327

No decurso dos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a evolução das responsabilidades do Grupo apresenta a seguinte evolução:

Valores em Euros	31/12/2016				31/12/2015			
	Fundo autónomo	Apólice de Seguro	Assumido pelo Grupo	Total	Fundo autónomo	Apólice de Seguro	Assumido pelo Grupo	Total
Responsabilidades no início do período	22 089 437	261 049	5 214 994	27 565 480	21 499 197	258 680	5 729 363	27 487 240
Variação cambial	-	(22 379)	-	(22 379)	-	4 408	-	4 408
Valores registados nos resultados do período:								
Serviços correntes	2 835	7 654	-	10 489	1 836	8 419	-	10 255
Custo dos juros	418 243	16 161	96 643	531 047	708 883	18 004	185 148	912 035
Retorno esperado dos ativos do plano	(454 601)	(12 630)	-	(467 231)	(878 830)	(15 348)	-	(894 178)
Valores registados nos capitais próprios:								
Ganhos e perdas atuariais	98 190	(1 355)	24 933	121 768	2 289 688	37 112	106 532	2 433 332
Retorno estimado dos fundos de pensões	454 601	12 630	-	467 231	878 830	15 348	-	894 178
Reformas processadas	-	(40 225)	-	(40 225)	-	(65 574)	-	(65 574)
Pensões pagas no período	(2 272 678)	-	(733 380)	(3 006 058)	(2 410 167)	-	(806 049)	(3 216 216)
Responsabilidades no fim do período	20 336 027	220 905	4 603 190	25 160 122	22 089 437	261 049	5 214 994	27 565 480

No decurso dos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a evolução do património dos fundos/ apólices de seguro é conforme se segue:

Valores em Euros	31/12/2016		31/12/2015	
	Fundo autónomo	Capital seguro	Fundo autónomo	Capital seguro
Saldo inicial	23 907 221	206 932	26 354 855	221 975
Variação cambial	-	(17 696)	-	4 061
Dotação efectuada no período/ Prémio seguro pago	-	35 201	-	46 423
Rendimento dos fundos no período	795 983	(11 137)	(37 467)	47
Pensões pagas	(2 272 678)	-	(2 410 167)	-
Reformas processadas	-	(40 225)	-	(65 574)
Saldo final	22 430 526	173 075	23 907 221	206 932

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a composição do fundo é conforme se segue:

Valores em Euros	31/12/2016	31/12/2015
Ações	2 947 236	3 545 441
Obrigações dívida privada	9 412 193	10 691 309
Obrigações dívida pública	8 188 280	8 484 672
Imobiliário	138 050	141 053
Liquidez	1 744 767	1 044 746
	22 430 526	23 907 221

Responsabilidades por serviços passados com outros benefícios pós emprego

De acordo com os estudos atuariais efetuados por entidades independentes, com referência a 31 de dezembro de 2016 e 2015, o valor atual das responsabilidades com outros benefícios de reforma é o seguinte:

Valores em Euros	31/12/2016			31/12/2015		
	Assistência na doença	Subsídio de reforma	Total	Assistência na doença	Subsídio de reforma	Total
Responsabilidades por serviços passados						
- Ativos	-	43 711	43 711	-	47 507	47 507
- Aposentados	71 885	-	71 885	74 989	-	74 989
	71 885	43 711	115 596	74 989	47 507	122 496

No decurso dos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a evolução das responsabilidades do Grupo com outros benefícios de reforma apresenta a seguinte evolução:

Valores em Euros	31/12/2016			31/12/2015		
	Assistência na doença	Subsídio de reforma	Total	Assistência na doença	Subsídio de reforma	Total
Responsabilidades no início do período	74 989	47 507	122 496	69 288	415 703	484 991
Variação cambial	-	(3 855)	(3 855)	-	(22 597)	(22 597)
Valores registados nos resultados do período:						
Serviços correntes	-	3 202	3 202	-	3 607	3 607
Custo dos juros	989	3 372	4 361	1 534	4 620	6 154
Alterações no plano	-	-	-	-	(258 516)	(258 516)
Valores registados nos capitais próprios	(1 463)	(6 515)	(7 978)	6 787	(22 062)	(15 275)
Benefícios pagos no período	(2 630)	-	(2 630)	(2 620)	(73 248)	(75 868)
Responsabilidades no fim do período	71 885	43 711	115 596	74 989	47 507	122 496

22.3_ Benefícios a longo prazo

Responsabilidades por prémios de antiguidade

A Secil e a subsidiária CMP – Cimentos Maceira e Pataias, S.A., assumiram com os seus trabalhadores a responsabilidade pelo pagamento de prémios àqueles que atingem 25 anos de antiguidade nas referidas empresas, os quais são pagos no ano em que o trabalhador perfaz aquele número de anos ao serviço da Empresa.

Responsabilidades por subsídio por morte

A Secil e a subsidiária CMP – Cimentos Maceira e Pataias, S.A., assumiram com os seus trabalhadores a responsabilidade pelo pagamento de um subsídio por morte do trabalhador ativo, de igual valor a 1 mês do último salário auferido.

De acordo com os estudos atuariais efetuados por entidades independentes, com referência a 31 de dezembro de 2016 e 2015, o valor das responsabilidades com serviços passados com estes benefícios detalha-se como se segue:

Valores em Euros	31/12/2016	31/12/2015
Prémios de antiguidade	323 572	439 870
Subsídios por morte	56 452	62 053
	380 024	501 923

No decurso dos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a evolução das responsabilidades do Grupo com benefícios a longo prazo apresenta a seguinte evolução:

Valores em Euros	31/12/2016			31/12/2015		
	Prémios de antiguidade	Subsídio de morte	Total	Prémios de antiguidade	Subsídio de morte	Total
Responsabilidades no início do período	439 870	62 053	501 923	497 822	54 034	551 856
Serviços correntes	27 060	3 472	30 532	26 511	2 997	29 508
Custo dos juros	7 696	1 311	9 007	15 799	1 996	17 795
Ganhos e perdas atuariais	13 184	(10 384)	2 800	45 602	3 026	48 628
Benefícios pagos no período	(164 238)	-	(164 238)	(145 864)	-	(145 864)
Responsabilidades no fim do período	323 572	56 452	380 024	439 870	62 053	501 923

23_ Passivos financeiros

23.1_ Categorias de passivos financeiros

As categorias de passivos financeiros em 31 de dezembro de 2016 e 2015 são detalhadas conforme se segue:

Valores em Euros	31/12/2016			31/12/2015		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Passivos financeiros ao custo:						
Fornecedores	34 568 552	-	34 568 552	46 139 423	-	46 139 423
Financiamentos obtidos	126 207 690	412 833 093	539 040 783	79 067 673	516 420 094	595 487 767
Outras dívidas a pagar	79 827 371	-	79 827 371	110 764 984	10 481 458	121 246 442
	240 603 613	412 833 093	653 436 706	235 972 080	526 901 552	762 873 632

23.2_ Passivos financeiros - fornecedores

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a rubrica de fornecedores apresenta a seguinte composição:

Valores em Euros	31/12/2016	31/12/2015
Fornecedores c/c	27 068 476	34 786 352
Fornecedores c/c - partes relacionadas (Nota 36)	310 723	1 483 552
Faturas em receção e conferência	7 189 353	9 869 519
	34 568 552	46 139 423

23.3_ Passivos financeiros – financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 são detalhados conforme se segue:

Valores em Euros	31/12/2016			31/12/2015		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Empréstimos obrigacionistas:						
SBI 2007 - 2017	-	-	-	-	40 000 000	40 000 000
Secil 2007 - 2017	40 000 000	-	40 000 000	-	-	-
Secil 2015 - 2020	-	80 000 000	80 000 000	-	80 000 000	80 000 000
Secil 2015 - 2020	-	60 000 000	60 000 000	-	60 000 000	60 000 000
Secil 2016/2021	-	26 000 000	26 000 000	-	-	-
Secil 2016/2023	-	30 000 000	30 000 000	-	-	-
Empréstimos bancários	71 972 103	160 025 337	231 997 440	67 851 185	148 826 051	216 677 236
Papel Comercial	10 000 000	60 000 000	70 000 000	5 000 000	188 700 000	193 700 000
Descobertos bancários (Nota 4)	5 103 907	-	5 103 907	3 994 686	-	3 994 686
Outros empréstimos:						
Obtidos no âmbito do QREN	223 854	-	223 854	2 837 311	601 846	3 439 157
Locação financeira - rendas a pagar (Nota 11)	610 467	682 902	1 293 369	749 349	1 569 923	2 319 272
Comissões bancárias de empréstimos	(1 702 641)	(3 875 146)	(5 577 787)	(1 364 858)	(3 277 726)	(4 642 584)
	126 207 690	412 833 093	539 040 783	79 067 673	516 420 094	595 487 767

A subsidiária Secil Betões e Inertes, S.A., emitiu em 2007, um empréstimo obrigacionista pelo montante de Euros 40.000.000, o qual, no corrente exercício, foi transferido para a Secil em virtude da liquidação desta sociedade. Os juros são pagos semestral e postecipadamente. O re-embolso das obrigações far-se-á no final do 10º ano, ou seja, em 2017.

Em 2015, a Secil emitiu um empréstimo obrigacionista pelo montante de Euros 60.000.000, cujo re-embolso será feito ao par em 2020. Os juros são pagos semestral e postecipadamente.

Em 2015, a Secil emitiu um empréstimo obrigacionista no valor de Euros 80.000.000, com re-embolso integral ao par em junho de 2020. Poderá ser solicitado o re-embolso antecipado (Call Option) total, na 4ª, 6ª e 8ª datas de pagamento de juro. Os juros são pagos semestral e postecipadamente.

Em 2016, a Secil emitiu um empréstimo obrigacionista no valor de Euros 26.000.000, com re-embolso integral ao par em janeiro de 2021. Os juros são pagos anual e postecipadamente.

Em fevereiro 2016, a Secil emitiu um empréstimo obrigacionista no valor de Euros 30.000.000, com reembolso em sete prestações semestrais iguais e sucessivas a partir da 8ª data de pagamento de juros, inclusive, e sempre em data coincidente com a data e pagamento de juros, por redução do respetivo valor nominal. Poderá ser solicitado o re-embolso antecipado (Call Option) total, na 10ª ou 12ª datas de pagamento de juros, sendo que o preço de exercício corresponderá a 101% ou 100,5% do valor nominal de cada obrigação, consoante a Call Option seja exercida na 10ª ou 12ª datas de pagamento dos juros, respetivamente. Os juros são pagos semestral e postecipadamente.

A parcela classificada como não corrente em 31 de dezembro de 2016 e em 2015 tem o seguinte plano de re-embolso definido:

A parcela classificada como não corrente em 31 de dezembro de 2016 e em 2015 tem o seguinte plano de re-embolso definido:

Valores em Euros	31/12/2016	31/12/2015
1 a 2 anos	114 575 856	130 125 679
2 a 3 anos	36 771 352	167 708 079
3 a 4 anos	175 812 380	26 289 098
4 a 5 anos	52 635 274	159 740 352
Mais de 5 anos	33 038 231	32 556 886
	412 833 093	516 420 094

Créditos concedidos e não sacados

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os créditos bancários concedidos e não sacados ascendiam a Euros 295.948.432 e Euros 220.074.398, respetivamente.

Financial Covenants

Existem contratos de financiamento que obrigam ao cumprimento de alguns rácios financeiros.

23.4_ Passivos financeiros – outras dívidas a pagar

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as outras dívidas a pagar detalham-se como se segue:

Valores em Euros	31/12/2016	31/12/2015		
	Corrente	Corrente	Não corrente	Total
Acionistas / Sócios (Nota 36)	4 629 400	3 720 182	-	3 720 182
Fornecedores de imobilizado c/c	17 142 133	3 736 876	-	3 736 876
Fornecedores de imobilizado c/c - partes relacionadas (Nota 36)	43 516	43 516	-	43 516
Outros credores - Obrigação por aquisição de investimentos	19 263 562	34 955 848	10 481 458	45 437 306
Outros credores - partes relacionadas (Nota 36)	-	30 250 000	-	30 250 000
Outros credores	3 696 593	4 109 218	-	4 109 218
Credores por acréscimos de gastos	35 052 167	33 949 344	-	33 949 344
	79 827 371	110 764 984	10 481 458	121 246 442

A rubrica “Obrigação por aquisição de investimentos” refere-se ao pagamento diferido da aquisição de controlo do Grupo Supremo Cimentos, S.A. pela subsidiária Secil Brasil Participações S/A em julho de 2015, repartido em Euros 12.956.637 de capital (Nota 37.2) e Euros 6.306.925 de juros.

A rubrica “Credores por acréscimos de gastos” em 31 de dezembro de 2016 e 2015 detalha-se conforme se segue:

Valores em Euros	31/12/2016	31/12/2015
Seguros	2 696	112 843
Custos com o pessoal	11 610 400	11 020 971
Juros a pagar	5 915 609	4 583 715
Periodificação de gastos com energia	8 684 714	10 301 502
Serviços de transporte	490 024	809 553
Partes relacionadas (Nota 36)	96 920	454 917
Serviços bancários	475 123	189 851
Descontos comerciais	13 969	552 944
Consultoria	1 826 588	1 521 309
Outros	5 936 124	4 401 739
	35 052 167	33 949 344

24_

Adiantamentos de clientes

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a rubrica "Adiantamentos de clientes" ascende a Euros 2.160.798 e Euros 2.100.727, respetivamente.

Valores em Euros	Passivo	
	31/12/2016	31/12/2015
Adiantamentos de clientes	2 160 791	2 100 727
	2 160 791	2 100 727

25_ Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a rubrica “Estado e outros entes públicos” detalha-se conforme se segue:

Valores em Euros	Ativo		Passivo	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Imposto sobre o rendimento	2 722 503	3 719 827	21 142 372	25 855 272
Retenções de imposto sobre o rendimento	1 584 649	114 401	2 602 254	1 212 113
Imposto sobre o valor acrescentado e similares	1 232 198	1 940 590	2 522 483	2 717 652
PIS e COFINS sobre ativos fixos	18 509 519	-	-	-
ICMS - Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços:				
Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense (PRODEC)	-	-	3 457 328	2 976 575
Programa Paraná Competitivo	5 308 372	5 268 171	7 837 913	1 268 048
ICMS - Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços	389 480	227 716	632 292	424 696
Contribuição para a Segurança Social	-	-	1 885 101	1 725 523
Restantes Impostos	168 818	227 569	801 614	588 165
	29 915 539	11 498 274	40 881 357	36 768 044

O Imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços (ICMS), apresentado em 31 de dezembro de 2016 e 2015 na rubrica “Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense (PRODEC)”, no montante de Euros 3.457.328 e Euros 2.976.575, respetivamente refere-se a um benefício fiscal atribuído à subsidiária Supremo Cimentos S.A., que consiste no diferimento, por um período de 48 meses, do prazo de pagamento do ICMS devido sobre a receita de vendas, cujo pagamento se iniciou em 10 de abril de 2014. Os montantes apresentados encontram-se descontados para o seu valor presente à data de balanço.

O Programa Paraná Competitivo, concedido pelo Governo do Estado do Paraná à subsidiária Margem – Companhia de Mineração, refere-se a um incentivo fiscal que tem os seguintes benefícios:

- a) parcelamento do ICMS incremental;
- b) diferimento do pagamento do ICMS da energia elétrica e do gás natural por um período de 96 meses, com início em agosto de 2015;

c) parcelamento, até o vencimento, do ICMS declarado, no caso de recuperação judicial;

d) concessão de crédito presumido em razão da realização de obra de infraestrutura em território paranaense.

O montante de Euros 18.509.519, apresentado na rubrica “PIS e COFINS sobre ativos fixos”, refere-se à estimativa de crédito de PIS e COFINS das subsidiárias Supremo Cimentos, S.A. e Margem Companhia de Mineração, sobre itens específicos dos ativos fixos, conforme previsto na Lei 10.673/2002 (PIS) e Lei 10.833/2003 (COFINS) o qual está a ser recuperado na mesma cadência da depreciação dos respetivos ativos. Em 31 de dezembro de 2015, a estimativa de crédito de PIS e COFINS ascendeu a Euros 16.222.489 e encontrava-se divulgada na rubrica de “Ativos fixos tangíveis”.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a rubrica “Imposto sobre o rendimento” tem a seguinte decomposição:

Valores em Euros	Ativo		Passivo	
	Saldo Devedor	Saldo Credor	Líquido	Saldo Líquido
Imposto sobre o rendimento do período (Nota 15)	(1 239 383)	4 740 702	5 980 085	6 005 461
Ajustamento cambial	24 768	215 541	190 773	68 905
Pagamentos por conta	2 356 637	(185 097)	(2 541 734)	(2 742 254)
Retenções na fonte a recuperar	1 077 751	(32 786)	(1 110 537)	(2 035 914)
IRC de períodos anteriores	502 730	126 982	(375 748)	23 418
Liquidações adicionais	-	16 277 030	16 277 030	20 815 829
	2 722 503	21 142 372	18 419 869	22 135 445

Diferimentos ativos e passivos

O saldo da rubrica “Diferimentos ativos e passivos”, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, detalha-se conforme se segue:

Valores em Euros	Ativo		Passivo	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Seguros	96 405	183 688	-	-
Rendas e alugueres	146 156	221 749	-	-
Tratamento de resíduos	-	-	420 079	342 661
Outros	529 605	413 382	71 410	11 913
	772 166	818 819	491 489	354 574

Vendas e serviços prestados

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a rubrica "Vendas e serviços prestados" apresenta a seguinte composição:

Valores em Euros	31/12/2016	31/12/2015
Vendas	441 772 810	452 569 525
Serviços prestados	30 727 673	27 021 227
Descontos de pronto pagamento concedidos	(970 857)	(918 514)
	471 529 626	478 672 238

28_

Resultado apropriado de empresas associadas

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o Grupo apropriou-se de resultados em empresas associadas conforme se segue:

Valores em Euros	31/12/2016	31/12/2015
Setefrete, SGPS, S.A.	1 190 957	1 159 706
J.M.J. Henriques, Lda.	(1 693)	(1 717)
Ave-Gestão Ambiental e Valorização Energética, S.A.	190 798	106 098
Supremo Cimentos, S.A. (a)	-	(1 664 480)
NSOSPE - Empreendimentos e Participações, S.A. (a)	-	(2 015 395)
	1 380 062	(2 415 788)
Outros ganhos / (perdas) em participações financeiras		
Aquisição Supremo - Ajuste ao preço	1 687 028	-
	3 067 090	(2 415 788)

(a) - Resultados apropriados pelo método de equivalência patrimonial (MEP) até à data de obtenção do controlo destas entidades.

Adicionalmente, nesta rubrica foi reconhecido no corrente exercício o montante de Euros 1.687.028 a título de acerto ao preço de venda inicialmente acordado, no âmbito das cláusulas previstas nos contratos de compra e venda de ações e outras avenças, celebrados entre o Grupo Secil e os anteriores acionistas da Supremo Cimentos, S.A. e suas subsidiárias.

29_

Fornecimentos e serviços externos

A rubrica "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é detalhada conforme se segue:

Valores em Euros	31/12/2016	31/12/2015
Subcontratos	291 617	171 633
Serviços especializados	57 242 576	52 070 507
Materiais	761 401	633 737
Energia e fluidos	50 571 919	53 495 847
Deslocações, estadas e transportes	45 100 313	45 480 319
Serviços diversos	22 491 169	22 375 461
	176 458 995	174 227 504

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica “Gastos com o pessoal” decompõe-se como se segue:

Valores em Euros	31/12/2016	31/12/2015
Remunerações dos Órgãos Sociais	4 168 531	3 973 304
Remunerações do pessoal	55 163 803	48 960 150
Benefícios pós-emprego:		
Contribuição definida (Nota 22)	1 179 782	1 140 076
Benefícios definidos (Nota 22)	81 868	(220 643)
Outros benefícios a longo prazo (Nota 22)	42 339	95 931
Indemnizações	503 249	208 767
Outros gastos com pessoal	21 336 771	18 092 752
	82 476 343	72 250 337

A rubrica “Remunerações dos membros dos órgãos sociais”, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 decompõe-se como se segue:

Valores em Euros	31/12/2016	31/12/2015
Conselho de Administração da Secil	3 023 599	2 949 827
Outros membros de órgãos sociais de subsidiárias	1 144 932	1 023 477
	4 168 531	3 973 304

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o número de colaboradores ao serviço das diversas empresas do Grupo, repartidos por segmento de geográfico, detalha-se conforme se segue:

Valores em Euros	31/12/2016	31/12/2015
Portugal	980	946
Libano	496	499
Tunísia	351	373
Angola	178	211
Brasil	610	618
	2 615	2 647

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica “Outros rendimentos e ganhos” decompõe-se como se segue:

Valores em Euros	31/12/2016	31/12/2015
Licenças de emissão de gases com efeitos de estufa atribuídas a título gratuito (Nota 20.5.3)	8 603 070	11 734 924
Subsídios ao investimento (Nota 20.5.3)	2 526 308	214 299
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	1 715 780	1 305 704
Rendimentos suplementares - partes relacionadas (Nota 36)	72 029	110 255
Rendimentos suplementares - outros	827 069	2 568 363
Alienação de licenças de emissão (Nota 13)	3 575 000	1 602 000
Diferenças de câmbio favoráveis	3 752 401	3 831 740
Proveitos com tratamento de resíduos	638 391	468 897
Ganhos na alienação de interesses em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos (Nota 14)	-	1 764 019
Outros rendimentos e ganhos - partes relacionadas (Nota 36)	338 289	52 301
Rendimentos e ganhos nos ativos financeiros	1 010 320	344 158
Outros	10 408 960	11 374 674
	33 467 617	35 371 334

As diferenças de câmbio favoráveis registadas no período findo 31 de dezembro de 2016 e 2015 referem-se essencialmente às variações entre o câmbio da data da compra de bens e serviços e a data da respetiva liquidação financeira do passivo relacionado, assim como à atualização cambial de ativos e passivos intragrupo em moeda estrangeira.

A rubrica “Ganhos na alienação de interesses em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos” inclui essencialmente o montante de Euros 1.764.019 em 31 de dezembro de 2015, relativo à diluição da participação financeira detida na subsidiária Secil Brasil Participações S/A até à obtenção do controlo desta entidade.

A decomposição da rubrica “Outros gastos e perdas” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é conforme se segue:

Valores em Euros	31/12/2016	31/12/2015
Gastos e perdas em ativos não financeiros	1 047 101	532 445
Donativos	759 056	790 758
Impostos indiretos	2 652 914	2 327 545
Diferenças cambiais desfavoráveis	4 343 035	4 501 121
Despesas bancárias	1 113 397	1 890 261
Gastos e perdas em investimentos financeiros	7 848	71 181
Outros gastos operacionais	2 842 372	2 262 855
	12 765 723	12 376 166

As diferenças de câmbio desfavoráveis registadas no período findo 31 de dezembro de 2016 e 2015 referem-se essencialmente às variações entre o câmbio da data da compra de bens e serviços e a data da respetiva liquidação financeira do passivo relacionado, assim como à atualização cambial de ativos e passivos intragrupo em moeda estrangeira.

Adicionalmente, a rubrica de diferenças de câmbio desfavoráveis inclui ainda o montante de Euros 569.918 relativo ao justo valor dos derivados de negociação (Nota 38).

33_

Gastos/ reversões de depreciações, amortizações e imparidades

A decomposição da rubrica “Gastos/ reversões de depreciações, amortizações e imparidades” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é conforme se segue:

Valores em Euros	31/12/2016	31/12/2015
Ativos fixos tangíveis (Nota 10)	46 214 369	42 333 108
Propriedades de investimento (Nota 12)	18 791	18 791
Ativos intangíveis (Nota 13)	11 013 791	11 767 448
Goodwill (Nota 9)	7 653 980	-
Ativos não correntes detidos para venda	27 273	50 006
PIS e COFINS sobre depreciações	(1 628 617)	(722 507)
Gastos/(reversões) de depreciações e de amortizações	63 299 587	53 446 846
Activos fixos tangíveis (Nota 10)	7 131 901	1 400 097
(Reversão)/ Reforço de imparidades em ativos fixos intangíveis (Nota 13)	2 702 406	-
(Reversão)/ Imparidades goodwill (Nota 9)	5 762 660	-
Imparidade de ativos depreciables / amortizáveis (perdas/ (reversões))	15 596 967	1 400 097

Resultados financeiros líquidos

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os resultados financeiros líquidos decompõem-se como se segue:

Valores em Euros	31/12/2016	31/12/2015
Juros e rendimentos similares obtidos:		
Outros juros obtidos	3 130 034	3 906 493
Outros juros obtidos - partes relacionadas (Nota 36)	1 151	227 167
Outros proveitos e ganhos financeiros	-	100 755
	3 131 185	4 234 415
Juros e gastos similares suportados:		
Juros suportados com outros empréstimos obtidos	(43 036 963)	(29 465 712)
Juros suportados - partes relacionadas (Nota 36)	(5 144)	(5 144)
Diferenças de câmbio favoráveis/ (desfavoráveis) em financiamentos obtidos	4 851 854	(5 300 394)
Ganhos/ (perdas) com instrumentos financeiros	-	-
Juros incorridos	(1 584 159)	(1 482 690)
Variação justo valor (Nota 38)	(1 152 528)	(2 296 634)
Componente ineficaz do instrumento financeiro (Nota 38)	154 115	-
Atualização da provisão para recuperação paisagística (Nota 21)	(289 488)	(289 714)
Outros custos e gastos financeiros - partes relacionadas (Nota 36)	(1 257 266)	(2 012 712)
Outros custos e gastos financeiros	(576 408)	(363 885)
	(42 895 987)	(41 216 885)

A rubrica "Diferenças de câmbio favoráveis/ (desfavoráveis) em financiamentos obtidos" resulta essencialmente da atualização cambial dos financiamentos contratados em dólar pelas subsidiárias Supremo Cimentos, S.A. e Margem Companhia de Mineração.

O resultado por ação, dos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, é determinado conforme se segue:

Valores em Euros	31/12/2016	31/12/2015
Resultado atribuível aos detentores de capital da empresa-mãe	(22 274 750)	(13 207 199)
Número médio ponderado de ações	48 735 540	48 735 540
Resultado básico por ação	(0,457)	(0,271)
Resultado diluído por ação	(0,457)	(0,271)

Não existem instrumentos financeiros convertíveis sobre as ações da Secil, pelo que não existe diluição dos resultados.

O número médio ponderado de ações encontra-se deduzido do número de ações próprias de 4.184.460 detidas pela Secil e pela sua subsidiária Hewbol S.G.P.S., Lda. (Nota 20.1).

36_

Partes relacionadas

No decurso dos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 foram efetuadas as seguintes transações com partes relacionadas:

31/12/2016						
Valores em Euros	Aquisição de bens e serviços	Juros suportados (Nota 34)	Outros custos e gastos financeiros (Nota 34)	Vendas e serviços prestados	Outros rendimentos e ganhos (Nota 31)	Juros obtidos (Nota 34)
Acionistas						
Semapa, S.G.P.S., S.A.	(3 878 148)	-	(1 257 266)	-	-	-
Outras partes relacionadas						
Grupo Navigator	-	-		344 785	301 000	-
Seribo, S.A.	-	(4 810)	-	-	-	-
Eng.Silva Dias	-	(334)	-	-	-	-
Empresas associadas e empreendimentos conjuntos						
Secil Prebetão - Pré-Fabricados de Betão, S.A.	(10 661)	-	-	178 397	21 866	1 151
Setefrete - Soc. Tráfego Cargas, S.A.	(2 856 638)	-	-	-	24 086	-
Ave-Gestão Ambiental e Valorização Energética,S.A.	(3 549 893)	-	-	57 716	63 366	-
MC - Materiaux de Construction	-	-	-	9 083	-	-
	(10 295 340)	(5 144)	(1 257 266)	589 981	410 318	1 151

31/12/2015						
Valores em Euros	Aquisição de bens e serviços	Juros suportados (Nota 34)	Outros custos e gastos financeiros (Nota 34)	Vendas e serviços prestados	Outros rendimentos e ganhos (Nota 31)	Juros obtidos (Nota 34)
Acionistas						
Semapa, S.G.P.S., S.A.	(2 970 841)	-	(2 012 712)	-	-	226 811
Outras partes relacionadas						
Seribo, S.A.	-	(4 810)	-	-	-	-
Eng.Silva Dias	-	(334)	-	-	-	-
Empresas associadas e empreendimentos conjuntos						
J.M.J. Henriques, Lda.	-	-	-	-	1 800	-
Inertogrande	-	-	-	-	1 800	-
Secil Prebetão - Pré-Fabricados de Betão, S.A.	(26 349)	-	-	399 250	54 000	356
Setefrete - Soc. Tráfego Cargas, S.A.	(2 820 022)	-	-	-	31 330	-
Ave-Gestão Ambiental e Valorização Energética,S.A.	(4 755 060)	-	-	39 379	73 626	-
	(10 572 272)	(5 144)	(2 012 712)	438 629	162 556	227 167

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 as empresas do Grupo apresentam os seguintes saldos com partes relacionadas:

31 de dezembro de 2016							
Valores em Euros	Ativo			Passivo			
	Clientes (Nota 18.2)	Outras operações (Nota 18.3)	Acréscimos rendimentos (Nota 18.3)	Acionistas / sócios correntes (Nota 23.4)	Fornecedores (Nota 23.2)	Fornecedores imobilizado (Nota 23.4)	Acréscimos de gastos (Nota 23.4)
Acionistas							
Longapar - S.G.P.S., S.A.	-	-	-	1 160	-	-	-
Semapa, SGPS, S.A.	-	243	401 723	-	452 053	-	-
Semapa, SGPS, S.A. - RETGS	-	3 860 120	-	1 143 848	-	-	-
Outras partes relacionadas							
Cotif Sicar	-	-	-	89 255	-	-	-
Pedro Soveral	-	-	-	-	-	-	-
Grupo Navigator	251 571	334	-	-	-	-	-
Seribo, S.A.	-	-	-	185 759	-	43 516	90 632
Eng.Silva Dias	-	-	-	12 893	-	-	6 288
Outros accionistas de subsidiárias e outras partes relacionadas	-	-	-	3 196 485	-	-	-
Empresas Associadas e empreendimentos conjuntos							
J.M.J. Henriques, Lda.	-	123 701	-	-	-	-	-
Inertogrande - Central de Betão, Lda	-	214 669	-	-	2 091	-	-
Setefrete - Soc. Tráfego Cargas, S.A.	-	-	-	-	3 423	-	-
Ave-Gestão Ambiental e Valorização Energética, S.A.	3 690	145 044	-	-	(146 844)	-	-
MC - Materiaux de Construction	9 083	-	-	-	-	-	-
	264 344	4 344 111	401 723	4 629 400	310 723	43 516	96 920

Em 31 de dezembro de 2016, os montantes a receber e a pagar no âmbito do Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS) decompõem-se como se segue:

1 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016			
Valores em Euros	Outras Operações	Acionistas / sócios	Total
Imposto sobre o rendimento do período (Nota 15.1)	(490 022)	369 411	(859 433)
Pagamentos por conta	86 387	(176 450)	262 837
Retenções na fonte a recuperar	2 240 606	(13 499)	2 254 105
IRC de exercícios anteriores	2 023 149	964 386	1 058 763
	3 860 120	1 143 848	2 716 272

31 de dezembro de 2015

Valores em Euros	Ativo			Passivo				
	Outros ativos financeiros (Nota 16)	Clientes (Nota 18.2)	Outras operações (Nota 18.3)	Acionistas / sócios correntes (Nota 23.4)	Fornecedores (Nota 23.2)	Fornecedores imobilizado (Nota 23.4)	Outros credores (Nota 23.4)	Acréscimos de gastos (Nota 23.4)
Acionistas								
Longapar - S.G.P.S., S.A.	-	-	-	1 160	-	-	-	-
Semapa, SGPS, S.A.	650 000	-	243	-	439 281	-	30 250 000	361 399
Semapa, SGPS, S.A. - RETGS	-	-	1 086 887	646 469	146 580	-	-	-
Outras partes relacionadas								
Cotif Sicar	-	-	-	182 002	-	-	-	-
Seribo, S.A.	-	-	-	185 759	-	43 516	-	85 822
Eng.Silva Dias	-	-	-	12 893	-	-	-	5 955
Outros accionistas de subsidiárias e outras partes relacionadas	-	-	1 994 310	2 691 899	-	-	-	-
Empresas Associadas e empreendimentos conjuntos								
J.M.J. Henriques, Lda.	-	-	121 275	-	-	-	-	-
Inertogrande - Central de Betão, Lda.	-	-	211 295	-	-	-	-	-
Secil Unicon - S.G.P.S., Lda.	-	-	27 723	-	-	-	-	-
Secil Prebetão - Pré-Fabricados de Betão, S.A.	-	132 672	60 089	-	8 095	-	-	1 741
Setefrete - Soc. Tráfego Cargas, S.A.	-	-	-	-	300 942	-	-	-
Ave-Gestão Ambiental e Valorização Energética, S.A.	-	3 690	101 800	-	588 654	-	-	-
	650 000	136 362	3 603 622	3 720 182	1 483 552	43 516	30 250 000	454 917

O saldo da rubrica “Outras operações” líquido de imparidades ascende a Euros 4.344.111 e 1.609.312 em 31 de dezembro de 2016 e 2015, respetivamente.

37_ Riscos financeiros

37.1_ Risco cambial

A exposição do Grupo ao risco de taxa de câmbio a 31 de dezembro de 2016 e 2015, com base nos valores de balanço dos ativos e passivos financeiros, convertidos para Euros tendo por base as taxas de câmbio a essa data, apresenta-se como se segue:

Valores em Euros	31 de dezembro de 2016						
	Dólar americano	000' Libra libanesa	Dinar tunisino	Kwanza angolano	Metical moçambicano	Real brasileiro	Total
Ativos financeiros							
Outros ativos financeiros - não correntes e correntes	558 758	174 537	2 989 519	-	670	3 755 091	7 478 575
Clientes	225 009	16 879 513	9 426 956	203 027	-	5 337 535	32 072 040
Caixa e depósitos bancários	65 790 389	13 449 099	3 899 355	1 196 942	22 239	6 565 235	90 923 259
Total de ativos financeiros	66 574 156	30 503 149	16 315 830	1 399 969	22 909	15 657 861	130 473 874
Passivos financeiros							
Financiamentos obtidos - não correntes e correntes	(22 269 982)	(7 029 784)	(25 256 489)	(9 756 959)	-	(135 859 592)	(200 172 806)
Outros passivos financeiros - não correntes e correntes	(86 165)	(11 324 567)	(4 756 584)	(697 780)	(13 515)	(37 882 656)	(54 761 267)
Fornecedores	(48 060)	(6 384 407)	(6 231 696)	(34 253)	-	(4 437 990)	(17 136 406)
Total de passivos financeiros	(22 404 207)	(24 738 758)	(36 244 769)	(10 488 992)	(13 515)	(178 180 238)	(272 070 479)
Posição financeira líquida de balanço	44 169 949	5 764 391	(19 928 939)	(9 089 023)	9 394	(162 522 377)	(141 596 605)

Valores em Euros	31 de dezembro de 2015						
	Dólar americano	000' Libra libanesa	Dinar tunisino	Kwanza angolano	Metical moçambicano	Real brasileiro	Total
Ativos financeiros							
Outros ativos financeiros - não correntes e correntes	655 858	47 224	3 536 680	(2 522)	986	4 993 251	9 231 477
Clientes	1 911 416	16 674 099	10 127 812	1 350 116	-	2 760 444	32 823 887
Caixa e depósitos bancários	68 201 136	15 351 768	8 498 324	5 728 799	22 991	11 305 022	109 108 040
Total de ativos financeiros	70 768 410	32 073 091	22 162 816	7 076 393	23 977	19 058 717	151 163 404
Passivos financeiros							
Financiamentos obtidos - não correntes e correntes	(10 343 545)	(6 821 793)	(28 228 018)	(9 692 800)	-	(126 693 091)	(181 779 247)
Outros passivos financeiros - não correntes e correntes	(80 282)	(11 775 951)	(5 674 097)	(606 959)	(7 972)	(54 635 500)	(72 780 761)
Fornecedores	(1 121 819)	(5 395 385)	(7 079 513)	(2 425 426)	-	(4 871 662)	(20 893 805)
Total de passivos financeiros	(11 545 646)	(23 993 129)	(40 981 628)	(12 725 185)	(7 972)	(186 200 253)	(275 453 814)
Posição financeira líquida de balanço	59 222 764	8 079 962	(18 818 812)	(5 648 792)	16 005	(167 141 536)	(124 290 410)

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os impactos decorrentes de uma eventual variação positiva ou negativa de 5% de todas as taxas de câmbio spot com referência ao Euro, é conforme se segue:

Valores em Euros	31/12/2016		31/12/2015	
	Aumento 5%	Redução 5%	Aumento 5%	Redução 5%
Capitais próprios	6 537 112	(7 225 229)	6 620 417	(7 317 303)
Resultado do período	205 583	(227 224)	(701 826)	775 702
	6 742 695	(7 452 453)	5 918 591	(6 541 601)

37.2_ Risco de taxa de juro

O Grupo, na sua gestão da exposição à variação das taxas de juro, realizou cobertura de fluxos de caixa. Estas operações são registadas no balanço pelo seu justo valor e, na medida em que sejam consideradas coberturas eficazes, as variações no justo valor são inicialmente registadas por contrapartida de capitais próprios e posteriormente reclassificadas para resultados financeiros para a rubrica de “Ganhos/perdas com instrumentos financeiros” (Nota 38) na data da sua liquidação.

Se as operações de cobertura apresentarem ineficácia, esta é registada diretamente em resultados. Desta forma e em termos líquidos, os custos associados aos financiamentos cobertos

são periodificados à taxa inerente à operação de cobertura contratada.

Quando um instrumento de cobertura expira ou é vendido, ou quando a cobertura deixa de cumprir os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, as variações de justo valor do derivado acumuladas em reservas são reconhecidas em resultados quando a operação coberta também afetar resultados.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o desenvolvimento dos ativos e passivos financeiros com exposição a risco de taxa de juro em função da data de refixação e da tipologia de taxa é apresentado como se segue:

	31 de dezembro de 2016						
Valores em Euros	Nota	Até 1 mês	1-3 meses	3-12 meses	1-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Ativos							
Não correntes							
Outros ativos financeiros	16	-	-	-	548 434	-	548 434
Correntes							
Caixa e depósitos bancários							
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	4	45 375 291	49 741 548	20 446 744	-	-	115 563 583
Total de ativos financeiros		45 375 291	49 741 548	20 446 744	548 434	-	116 112 017
Passivos							
Não correntes							
Financiamentos obtidos							
Empréstimo obrigacionista	23.3	-	-	-	187 428 570	8 571 430	196 000 000
Empréstimos bancários	23.3	133 243 770	20 355 092	6 426 475	-	-	160 025 337
Papel Comercial	23.3	20 000 000	-	40 000 000	-	-	60 000 000
Locações financeiras	11	682 902	-	-	-	-	682 902
Correntes							
Financiamentos obtidos							
Empréstimo obrigacionista	23.3	-	-	40 000 000	-	-	40 000 000
Empréstimos bancários	23.3	46 979 904	9 767 138	15 225 061	-	-	71 972 103
Papel Comercial		10 000 000	-	-	-	-	10 000 000
Descobertos bancários	23.3	5 103 907	-	-	-	-	5 103 907
Locações financeiras	11	610 467	-	-	-	-	610 467
Outras dívidas a pagar							
Outros credores - Obrigação por aquisição de investimentos	23.4	12 956 637	-	-	-	-	12 956 637
Total de passivos financeiros		229 577 587	30 122 230	101 651 536	187 428 570	8 571 430	557 351 353
Exposição líquida ao risco taxa de juro		(184 202 296)	19 619 318	(81 204 792)	(186 880 136)	(8 571 430)	(441 239 336)

31 de dezembro de 2015

Valores em Euros	Nota	Até 1 mês	1-3 meses	3-12 meses	1-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Ativos							
Não correntes							
Outros ativos financeiros	16	-	-	650 000	-	-	650 000
Correntes							
Caixa e depósitos bancários							
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	4	25 558 973	-	-	-	-	25 558 973
Aplicações de tesouraria	4	63 524 591	35 994 252	8 148 984	33 470	-	107 701 297
Total de ativos financeiros		89 083 564	35 994 252	8 798 984	33 470	-	133 910 270
Passivos							
Não correntes							
Financiamentos obtidos							
Empréstimo obrigacionista	23.3	-	-	140 000 000	40 000 000	-	180 000 000
Empréstimos bancários	23.3	104 541 381	6 318 586	35 971 141	1 994 943	-	148 826 051
Papel Comercial	23.3	173 700 000	-	15 000 000	-	-	188 700 000
Locações financeiras	11	1 569 923	-	-	-	-	1 569 923
Outras dívidas a pagar							
Outros credores - Obrigação por aquisição de investimentos	23.4	10 481 458	-	-	-	-	10 481 458
Correntes							
Financiamentos obtidos							
Empréstimos bancários	23.3	50 103 920	2 403 055	13 420 446	1 923 764	-	67 851 185
Papel Comercial		5 000 000	-	-	-	-	5 000 000
Descobertos bancários	23.3	3 994 686	-	-	-	-	3 994 686
Locações financeiras	11	707 399	-	41 950	-	-	749 349
Outras dívidas a pagar							
Outros credores - Obrigação por aquisição de investimentos	23.4	34 955 848	-	-	-	-	34 955 848
Total de passivos financeiros		385 054 615	8 721 641	204 433 537	43 918 707	-	642 128 500
Exposição líquida ao risco taxa de juro		(295 971 051)	27 272 611	(195 634 553)	(43 885 237)	-	(508 218 230)

O Grupo utiliza a técnica da análise de sensibilidade que mede as alterações estimadas nos resultados e capitais de um aumento ou diminuição imediata das taxas de juros de mercado, com todas as outras variáveis constantes. Esta análise é apenas para fins ilustrativos, já que na prática as diversas taxas de mercado aqui consideradas muito raramente se alteram em conjunto e no mesmo sentido. A análise de sensibilidade é baseada nos seguintes pressupostos:

(i) Alterações nas taxas de juro do mercado afetam rendimentos ou despesas de juros de instrumentos financeiros variáveis;

(ii) Alterações nas taxas de juro de mercado apenas afetam os rendimentos ou despesas de juros em relação a instrumentos financeiros com taxas de juro fixas se estes estiverem reconhecidos a justo valor;

(iii) Alterações nas taxas de juro de mercado afetam o justo valor de instrumentos financeiros derivados e outros ativos e passivos financeiros;

(iv) Alterações no justo valor de instrumentos financeiros derivados e outros ativos e passivos financeiros são estimados descontando os fluxos de caixa futuros, utilizando taxas de mercado do final do ano.

Sob estes pressupostos, um aumento ou uma diminuição de 0,50% nas taxas de juro, ao longo de um ano inteiro, para todos os empréstimos ou instrumentos financeiros derivados contratados pelo Grupo Secil a 31 de dezembro de 2016 e 2015 resultaria conforme se segue:

Valores em Euros	31/12/2016		31/12/2015	
	Aumento 0,5%	Redução 0,5%	Aumento 0,5%	Redução 0,5%
Capitais próprios	846 662	(321 799)	314 447	(315 384)
Resultado do período	(2 206 197)	2 206 197	(2 541 091)	2 541 091
	(1 359 535)	1 884 398	(2 226 644)	2 225 707

37.3_ Risco de crédito

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os saldos a receber de clientes apresentam a seguinte estrutura de antiguidade, considerando como referência a data de vencimento dos valores em aberto:

Valores em Euros	31/12/2016	31/12/2015
Valores não vencidos	37 979 755	39 274 616
Valores vencidos:		
De 1 a 90 dias	15 252 670	21 069 939
De 91 a 180 dias	2 145 724	1 637 007
De 181a 360 dias	1 143 049	1 827 853
De 361a 540 dias	628 721	1 668 658
De 541 a 720 dias	753 039	979 535
A mais de 721 dias	13 633 489	14 164 791
Em contencioso de cobrança	12 444 915	10 205 514
	46 001 607	51 553 297
Total de saldos de clientes	83 981 362	90 827 913
Imparidades	(27 439 533)	(26 246 509)
Saldo líquido de clientes (Nota 18.2)	56 541 829	64 581 404
Limite de seguro de crédito contratado	62 614 525	61 971 400

Os valores apresentados correspondem aos valores em aberto, face aos prazos de vencimento contratados. Apesar de existirem atrasos na liquidação de alguns valores face a esses prazos, tal não resulta na identificação de situações de imparidade para além das consideradas através das correspondentes perdas.

Estas são apuradas atendendo à informação regularmente reunida sobre o comportamento financeiro dos clientes do Grupo, que permite, em conjugação com a experiência reunida na análise da carteira e em conjugação com os sinistros de

crédito que se verifiquem, na parte não atribuível à seguradora, definir o valor das perdas a reconhecer no período. O facto de existirem garantias para uma parte significativa dos saldos em aberto e com antiguidade justifica o facto de não se ter registado qualquer perda por imparidade nesses saldos.

A qualidade de risco de crédito do Grupo, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, face a ativos financeiros (depósitos bancários, aplicações de tesouraria e Instrumentos financeiros derivados com justo valor positivo) cujas contrapartes sejam instituições financeiras, detalha-se como segue:

Valores em Euros	31/12/2016	31/12/2015
Rating:		
A-	-	1 189
BBB+	278 686	210 137
BBB	440 751	-
BBB-	14 529 643	-
BB+	1 169 625	9 560 758
BB	1 665 819	-
BB-	558 424	500 958
B+	-	32 342 798
B-	29 729 965	35 298 377
Sem rating	67 190 670	55 346 053
	115 563 583	133 260 270
Derivados	41 090	1 948 961
	115 604 673	135 209 231

A rubrica "Sem rating" diz, essencialmente, respeito a aplicações de tesouraria e depósitos bancários em instituições financeiras em Angola e Tunísia

relativamente aos quais não existe notação de rating com referência às datas apresentadas.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a análise de antiguidade dos saldos devedores que já se encontram vencidos, e respetivas perdas acumuladas por imparidade, é a seguinte:

Valores em Euros	31/12/2016		31/12/2015	
	Valor bruto	JV Garantias	Valor bruto	JV Garantias
Saldos devedores vencidos não considerados em imparidade:				
Vencidos há menos de 3 meses	15 141 708	3 755 642	20 794 523	3 057 261
Vencidos há mais de 3 meses	3 632 526	750 332	4 512 265	386 660
	18 774 234	4 505 974	25 306 788	3 443 921
Saldos devedores vencidos considerados em imparidade:				
Vencidos há menos de 3 meses	110 962	-	275 416	-
Vencidos há mais de 3 meses	27 116 411	-	25 971 093	-
	27 227 373	-	26 246 509	-
	46 001 607	4 505 974	51 553 297	3 443 921

A exposição máxima ao risco de crédito no balanço em 31 de dezembro de 2016 e 2015, detalha-se como se segue:

Valores em Euros	Nota	31/12/2016	31/12/2015
Ativos não correntes			
Outros créditos a receber	18	2 695 371	3 861 120
Outros investimentos e ativos financeiros	16	4 081 732	2 916 303
Ativos correntes			
Cientes	18	56 541 829	64 581 404
Outros créditos a receber	18	19 332 568	9 345 140
Outros ativos financeiros	16	-	2 598 961
Depósitos bancários e aplicações de tesouraria	4	115 563 583	133 260 270
Exposição ao risco de crédito fora de balanço			
Garantias e compromissos	41	129 886 086	122 571 157

37.4_ Risco de liquidez

O Grupo gere o risco de liquidez por três vias:

(i) garantindo que a sua dívida financeira tem uma componente elevada de médio e longo prazo com maturidades adequadas às características das indústrias onde exerce a sua atividade;

(ii) através da contratação com instituições financeiras de facilidades de crédito disponíveis a todo o momento, por um montante que garanta uma liquidez adequada;

(iii) acumulando montantes em caixa.

A previsão dos fluxos de caixa é realizada pelas entidades operacionais do Grupo e agregada pela Direção Financeira do Grupo Secil na preparação do orçamento anual. É da responsabilidade dessa Direção a monitorização das previsões de necessidades de liquidez do Grupo de forma a garantir a manutenção de um nível adequado de disponibilidades para responder às necessidades operacionais. Estas previsões têm em consideração os planos de financiamento do Grupo, o cumprimento de objetivos internos ao nível de rácios e, caso seja aplicável, o cumprimento de requisitos externos relacionados com as atividades operacionais e com as obrigações legais, fiscais e operacionais do Grupo.

A liquidez dos passivos financeiros contratados, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, originará os seguintes fluxos monetários não descontados, incluindo juros, tendo por base o período remanescente até à maturidade contratual à data do balanço:

Valores em Euros	31/12/2016				
	Nota	Até 1 ano	1-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Financiamentos obtidos					
Empréstimo obrigacionista					
Capital	23.3	40 000 000	187 428 570	8 571 430	236 000 000
Juros vincendos		7 293 870	17 283 523	1 214 583	25 791 976
Empréstimos bancários					
Capital	23.3	71 972 103	134 960 362	25 064 975	231 997 440
Juros vincendos		22 978 860	28 418 241	4 744 923	56 142 024
Outros Empréstimos (QREN)					
Juros vincendos	23.3	223 854	-	-	223 854
Papel Comercial					
Capital	23.3	10 000 000	60 000 000	-	70 000 000
Juros vincendos		652 000	223 288	-	875 288
Locações financeiras					
Capital	11.1	610 467	682 902	-	1 293 369
Juros vincendos	11.1	42 529	14 621	-	57 150
Descobertos bancários					
Capital	23.3	5 103 907	-	-	5 103 907
Juros vincendos		14 504	-	-	14 504
Outros passivos financeiros					
Instrumentos financeiros derivados (*)		1 932 318	(525 053)	-	1 407 265
Acionistas/ sócios	23.4	4 629 400			4 629 400
Fornecedores de imobilizado c/c	23.4	17 185 649	-	-	17 185 649
Outros credores					
Capital e juros	23.4	22 960 155	-		22 960 155
Juros vincendos		1 097 270	-		1 097 270
Credores por acréscimos de gastos	23.4	35 052 167	-	-	35 052 167
Fornecedores	23.2	34 568 552	-	-	34 568 552
		276 317 605	428 486 454	39 595 911	744 399 970

31/12/2015					
Valores em Euros	Nota	Até 1 ano	1-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Financiamentos obtidos					
Empréstimo obrigacionista					
Capital	23.3	-	180 000 000	-	180 000 000
Juros vincendos		5 846 980	17 890 426	-	23 737 406
Empréstimos bancários					
Capital	23.3	67 851 185	117 568 877	31 257 174	216 677 236
Juros vincendos		15 327 772	30 011 012	6 244 542	51 583 326
Outros Empréstimos (QREN)					
Juros vincendos	23.3	2 837 311	601 846	-	3 439 157
Papel Comercial					
Capital	23.3	5 000 000	188 700 000	-	193 700 000
Juros vincendos		2 853 271	4 135 699	-	6 988 970
Locações financeiras					
Capital	11.1	749 349	1 569 923	-	2 319 272
Juros vincendos	11.1	77 413	47 048	-	124 461
Descobertos bancários					
Capital	23.3	3 994 686	-	-	3 994 686
Juros vincendos		55 819	-	-	55 819
Outros passivos financeiros					
Instrumentos financeiros derivados (*)		1 544 825	1 526 598	-	3 071 423
Acionistas/ sócios	23.4	3 720 182			3 720 182
Fornecedores de imobilizado c/c	23.4	3 780 392	-	-	3 780 392
Outros credores					
Capital e juros	23.4	69 315 066	10 481 458	-	79 796 524
Juros vincendos		6 439 572	3 432 015	-	9 871 587
Credores por acréscimos de gastos	23.4	33 949 344	-	-	33 949 344
Fornecedores	23.2	46 139 423	-	-	46 139 423
		269 482 590	555 964 902	37 501 716	862 949 208

(*) - Valores não descontados

38_

Justo valor dos instrumentos financeiros derivados

Com o objetivo de minimizar os riscos de exposição a variações de taxa de câmbio e de taxas de juro dos empréstimos, o Grupo contratou um conjunto de instrumentos financeiros derivados.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados é registado: (i) quando positivo, no ativo na rubrica "Outros ativos financeiros" (Nota 16) e (ii) quando negativo, no passivo, na rubrica "Outros passivos financeiros".

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o justo valor dos instrumentos derivados de negociação, de cobertura de fluxos de caixa e cobertura de justo valor do Grupo, detalham-se conforme se segue:

Valores em Euros	Notional			31/12/2016			31/12/2015	
	Moeda	Montante	Maturidade	Positivos	Negativos	Líquido	Positivos	Negativos
Negociação								
Swap de taxa de câmbio e de juro (Nota 16)	USD	12 000 000	2016	-	-	-	1 948 961	-
Non-deliverable Forwards	BRL	12 083 068	2018	-	(238 053)	(238 053)	-	-
Non-deliverable Forwards	BRL	24 320 986	2018	-	(178 225)	(178 225)	-	-
Collar cambial	BRL	23 894 658	2018	-	(153 640)	(153 640)	-	-
				-	(569 918)	(569 918)	1 948 961	-
Cobertura de fluxos de caixa								
Swap de taxa de juro fixa	EUR	40 000 000	2017	-	(1 268 804)	(1 268 804)	-	(3 337 991)
Swap de taxa de juro fixa (Nota 16)	EUR	60 000 000	2020	41 090	-	41 090	-	-
Swap de taxa de juro fixa com mínimo 0%	EUR	80 000 000	2020	-	(193 335)	(193 335)	-	-
				41 090	(1 462 139)	(1 421 049)	-	(3 337 991)
Cobertura de justo valor								
Swap de taxa de câmbio e de juro	USD	8 500 000	2018	-	(3 539)	(3 539)	-	-
Swap de taxa de câmbio e de juro	USD	9 239 298	2019	-	(423 394)	(423 394)	-	-
				-	(426 933)	(426 933)	-	-
				41 090	(2 458 990)	(2 417 900)	1 948 961	(3 337 991)

O movimento ocorrido no justo valor dos instrumentos financeiros derivados, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, apresenta-se conforme se segue:

Valores em Euros	31/12/2016				31/12/2015	
	Negociação	Cobertura fluxos caixa	Cobertura justo valor	Total	Negociação	Cobertura fluxos caixa
Saldo inicial	1 948 961	(3 337 991)	-	(1 389 030)	-	(4 014 691)
Variação de perímetro	-	-	-	-	1 780 556	-
Ajustamento Cambial	200 348	-	(46 016)	154 332	(400 704)	-
Maturidade	(1 377 698)	-	-	(1 377 698)	-	-
Aumentos de justo valor em:						
Resultado líquido do período	-	-	-	-	569 109	-
Reserva de justo valor de derivados de cobertura	-	1 956 162	-	1 956 162	-	676 700
Diminuições de justo valor em:						
Resultado líquido do período	(1 341 529)	-	(380 917)	(1 722 446)	-	-
Reserva de justo valor de derivados de cobertura	-	(193 335)	-	(193 335)	-	-
Ineficácia instrumento financeiro (Nota 34)	-	154 115	-	154 115	-	-
Saldo final	(569 918)	(1 421 049)	(426 933)	(2 417 900)	1 948 961	(3 337 991)

Em resultado da sua estratégia de cobertura à exposição do risco de taxa de câmbio e taxa de juro, o Grupo reconheceu no período findo em 31 de dezembro de 2016 os seguintes impactos:

- (i) Euros 569.918 na rubrica de "Outros custos e perdas" em diferenças cambiais operacionais (Nota 32);
- (ii) Euros 1.152.528 na rubrica de "Juros e gastos similares suportados" em variação de justo valor de instrumentos financeiros (Nota 34);
- (iii) Euros 1.762.827 na rubrica de "Outras variações no capital próprio" em reservas de justo valor de cobertura divulgada na Nota 20.5.4.

Derivados de negociação

A Secil concedeu no corrente exercício mútuos à sua subsidiária Supremo Cimentos, S.A. no montante total de BRL 50.000.000, os quais vencem juros à taxa fixa. Para cobrir o risco de flutuação da taxa de câmbio, associado ao recebimento futuro do capital e juros decorrentes dos mútuos concedidos, contratou dois non-deliverable forwards e um collar cambial com maturidades em 26 outubro de 2018, não designados

como de cobertura de acordo com a NCRF 27.

Em 18 de setembro de 2016 venceu o contrato cross currency interest rate swap celebrado pela subsidiária Supremo Cimentos, S.A. com o objetivo de cobrir a exposição à taxa de câmbio de um financiamento externo no montante de USD 13.215.859. Este instrumento financeiro derivado permitiu à subsidiária a fixação do valor nominal do financiamento em BRL 30.000.000 e o pagamento de juros à taxa CDI acrescida de um spread, replicando integralmente o plano de amortização do referido financiamento em USD.

Derivado de cobertura de fluxos de caixa

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2009, o Grupo contratou um derivado de negociação, um interest rate swap (IRS) com valor nocional de Euros 40.000.000. Após a realização de testes de eficácia prospetivos e retrospectivos, o mesmo foi considerado como de cobertura de fluxos de caixa com efeitos a partir de 1 de julho de 2010. Até esta data, a variação do justo valor do derivado foi registada em resultados.

No corrente período, o Grupo contratou dois novos swaps de taxa de juro para cobrir os pagamentos

futuros de juros dos empréstimos obrigacionistas Secil 2016/2021 e Secil 2016/2023 (Nota 23.3) em que paga uma taxa fixa e recebe uma taxa variável.

Na realização dos testes de eficácia é utilizado o método de regressão linear que analisa a correlação estatística entre a variação do justo valor do swap e a variação do justo valor dos financiamentos atribuíveis a alterações da taxa de juro Euribor.

O justo valor positivo e negativo dos swaps de taxa de juro no montante de Euros 41.090 e Euros 1.462.139, respetivamente, encontra-se repartido pelas seguintes rubricas do capital próprio do Grupo:

Valores em Euros	31/12/2016	31/12/2015
Reserva de justo valor de derivados de cobertura (Nota 20.5.4)	1 780 670	17 843
Resultados transitados (a)	(3 355 834)	(3 355 834)
	(1 421 049)	(3 337 991)

(a) - Efeito acumulado no período em que o derivado foi classificado como de negociação

Para efeitos de registo de ineficácia é usado o dollar offset method recorrendo à abordagem do "derivado hipotético". O modelo consiste na definição de um derivado hipotético que replica as condições do instrumento coberto, e posteriormente, a comparação entre as variações ocorridas nos fluxos gerados pelo mesmo derivado hipotético e as variações incorridas nos fluxos gerados pelo instrumento de cobertura. Para o efeito, utilizou-se o rácio da alteração do justo valor do instrumento de cobertura, dividido pela alteração no justo valor do respetivo empréstimo obrigacionista a alterações na taxa de juro Euribor a 6 meses comparando com a taxa fixa de referência do instrumento de cobertura.

A componente ineficaz reconhecida na rubrica de "Juros e gastos similares suportados" ascendeu a Euros 154.115 (Nota 34) positivos no período findo em 31 de dezembro de 2016.

Derivado de cobertura de fluxos de justo valor

No corrente período, a subsidiária Supremo Cimentos, S.A., contratou dois novos empréstimos externos ao abrigo da Lei nº 4.131 com dois dos principais bancos brasileiros no montante de USD 8.500.000 e USD 9.239.298 e maturidades em 26 de novembro de 2018 e 22 de julho de 2019, respetivamente.

No mesmo momento, e em conformidade com essa mesma Lei e obrigações do Banco Central do Brasil, que determina a cobertura dos financiamentos mediante a celebração de instrumentos de cobertura perfeitos, os financiamentos foram integralmente cobertos através da contratação de dois swaps de câmbio e de taxa de juro que permitiram a fixação do valor nominal dos referidos financiamentos em BRL 27.542.550 e BRL 30.000.000, respetivamente e o pagamento de juros à taxa CDI acrescida de um spread.

39_

Dispêndios em matérias ambientais

O Grupo no âmbito do desenvolvimento da sua atividade incorre em diversos encargos de carácter ambiental, os quais, dependendo das suas características, estão a ser capitalizados ou reconhecidos como um gasto nos resultados operacionais do período.

Os dispêndios de carácter ambiental incorridos para preservar recursos ou para evitar ou reduzir danos futuros, e que se considera que permitem prolongar a vida ou aumentar a capacidade ou melhorar a segurança ou eficiência de outros ativos detidos pelo Grupo, são capitalizados.

Os dispêndios capitalizados e reconhecidos em gastos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, têm a seguinte discriminação:

Valores em Euros	31/12/2016			31/12/2015		
	Imputados a gastos	Capitalizados	Total	Imputados a gastos	Capitalizados	Total
Emissões para a atmosfera	938 971	398 618	1 337 589	881 423	285 376	1 166 799
Gestão das águas residuais	78 061	-	78 061	100 409	1 200	101 609
Gestão dos resíduos	1 424 120	217 670	1 641 790	1 467 621	155 492	1 623 113
Protecção dos solos e das águas subterrâneas	13 187	93 515	106 702	15 381	29 140	44 521
Protecção da natureza	542 376	-	542 376	781 827	9 775	791 602
Ruído e vibração	2 216	-	2 216	19 520	6 000	25 520
Outras actividades de protecção do ambiente	479 605	29 841	509 446	305 983	106 382	412 365
	3 478 536	739 644	4 218 180	3 572 164	593 365	4 165 529

Licenças de emissão de gases com efeito de estufa

No âmbito do Protocolo de Quioto, a União Europeia comprometeu-se a reduzir a emissão de gases com efeito de estufa. Neste contexto, foi emitida uma Diretiva Comunitária que prevê a comercialização das chamadas Licenças de emissão de gases com efeito de estufa, entretanto transposta para a legislação portuguesa e que é aplicável, desde de 1 de janeiro de 2005, entre outras, à indústria de cimento (Nota 13).

40_

Custos com auditoria e revisão legal de contas

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os dispêndios com serviços de revisão legal de contas ascenderam a Euros 308.760 e Euros 297.732, respetivamente.

41_

Compromissos assumidos pelo Grupo

41.1_ Garantias e outros compromissos financeiros

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as garantias prestadas pelo Grupo e outros compromissos financeiros decompõem-se como se segue:

Valores em Euros	31/12/2016	31/12/2015
Garantias prestadas		
IAPMEI (âmbito do QREN)	55 963	1 250 089
IAPMEI (âmbito do PEDIP)	209 305	209 914
APSS - Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra	2 593 639	2 593 639
APDL - Administração do Porto de Leixões	707 343	704 162
Direcção Geral de Alfândegas	800 000	800 000
Comissão de Coordenação e Desenv. Regional Centro	863 173	863 173
Comissão de Coordenação e Desenv. Regional Lisboa e Vale do Tejo	1 118 892	1 118 892
Comissão de Coordenação e Desenv. Regional Algarve	453 360	519 165
Comissão de Coordenação e Desenv. Regional Norte	236 403	236 403
Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais	-	274 595
CNE - Massa Insolvente	13 200 000	-
ICNF-Inst.da Conserv.Natur. e das Florestas, I.P.	406 540	406 540
Mercedes - Benz - Aluguer de Veículos, Unipessoal, Lda.	866 000	366 000
Outras	316 627	585 128
	21 827 245	9 927 700
Compromissos de compra com fornecedores	39 601 494	47 531 878
Livranças, avais e fianças	1 421 668	-
Hipotecas		
Terrenos, edifícios e equipamentos básicos de Sibline	67 035 679	65 111 579
Aval	-	-
Total das garantias e outros compromissos (Nota 37.3)	129 886 086	122 571 157

41.2. Outros compromissos assumidos

Investimento numa nova fábrica em Angola

Nos termos do Memorando de Entendimento celebrado entre o Governo de Angola e a Secil, em abril de 2004, foi constituída em 29 de novembro de 2005 a Secil - Companhia de Cimento do Lobito, S.A. detida em, aproximadamente, 51% pelo Grupo Secil e, indiretamente, em 49% pelo Estado angolano, a qual começou a operar a partir de 1 de janeiro de 2006, cessando assim o contrato de cessão de exploração da unidade fabril Encime do Lobito, celebrado entre o Estado Angolano e a Tecnosecil (atualmente denominada Secil Angola) em vigor desde setembro de 2000.

O capital social da Secil Lobito no montante de USD 21.274.285 foi realizado através da transferência dos ativos tangíveis e intangíveis da Secil Angola e da Encime U.E.E. respetivamente pelo Grupo Secil e Estado angolano, pelo valor resultante da avaliação independente efetuada em outubro de 2003 por uma empresa de auditoria internacional.

Nesse Memorando de Entendimento, estimou-se que, num horizonte de 36 meses contados desde a data de realização do respetivo capital social, a Secil Lobito iria instalar uma fábrica de cimento e clínquer no Lobito. Em 26 de outubro de 2007, o Conselho Ministros de Angola aprovou o Projeto de Investimento Privado denominado "Nova Fábrica de Cimento do Lobito", no montante de USD 91.539.000, contratualizado em 14 de dezembro de 2007, pela Secil Lobito e pela ANIP - Agência Nacional para o Investimento Privado, esta em representação do Estado angolano.

Adicionalmente, no exercício de 2008, foi adicionado ao investimento uma central de produção de energia elétrica no valor de USD 18.000.000.

Em outubro de 2015, a Secil Lobito adaptou o projeto de investimento à realidade do mercado de cimento em Angola, pelo que, entregou na U.T.I.P. – Unidade Técnica para o Investimento Privado, criada no âmbito da Nova Lei do Investimento Privado, e para merecer a sua aceitação, uma minuta de adenda ao acima referido Contrato de Investimento Privado aprovado em dezembro de 2007 pelo Conselho de Ministros de Angola. Esta adenda foi preparada no seguimento dos vários contactos mantidos com a então ANIP e compreende a revisão e atualização de determinadas matérias e condições das quais depende a efetiva viabilidade, realização e implementação do projeto de investimento. No início de 2016 foi enviada para a U.T.I.P a última versão revista do Projeto, que engloba o ajustamento deste às novas condições de mercado, assim como considera as recomendações emanadas pela UTIP no final de 2015.

Tem a Secil Lobito procurado conhecer durante 2016 a posição do Estado Angolano sobre a reativação e reformulação deste Projeto. Segundo a última informação prestada, este processo encontra-se em apreciação na Casa Civil do Presidente da República de Angola.

Depósito Caução

A subsidiária Ciminpart - Investimentos e Participações, S.G.P.S., S.A. vendeu em 2012 uma participação financeira minoritária. No âmbito deste processo, a Secil detém à data de 31 de dezembro de 2016 um penhor sobre um depósito bancário no montante de Euros 950.000.

Acontecimentos após a data do balanço

Alteração do período societário

Os acionistas da Secil aprovaram em 31 de dezembro de 2016 uma deliberação unânime por escrito, na qual deliberaram alterar, com efeitos a partir do exercício de 2017, o período anual de prestação de contas para o período que decorrer entre o dia 1 de julho de cada ano e o dia 30 de junho do ano subsequente, fazendo-o coincidir com o respetivo período de tributação.

Essa alteração foi aprovada em deliberação unânime por escrito por mera cautela, em virtude da necessidade de se obter esclarecimentos adicionais das autoridades competentes sobre a aplicação e modo de cumprimento pela Secil (e algumas das suas subsidiárias) da nova exigência legal de coincidência do período de tributação e do período societário introduzida pela Lei do Orçamento de Estado para 2017.

Razão pela qual, nessa mesma deliberação, se deliberou a possível revogação daquela alteração pela Secil, caso se viesse a obter os devidos esclarecimentos junto dessas autoridades quanto à aplicação dessa nova exigência.

Ora, a accionista Semapa (sociedade dominante do Grupo Fiscal que a Secil e algumas das subsidiárias integram desde 1 de janeiro de 2014) foi entretanto notificada pela Autoridade Tributária, no passado dia 2 de Março de 2017, de que poderá cumprir essa exigência legal através da alteração do respetivo período de tributação, fazendo-o coincidir com o período de prestação de contas correspondente ao ano civil, e com efeitos a 1 de Janeiro de 2017.

Aquisição de ativos

No passado dia 27 de janeiro, a Secil celebrou um contrato com vista à aquisição de um conjunto de ativos em Espanha, detidos pelo grupo LafargeHolcim, que se concretizou no dia 31 de março. Os ativos adquiridos consistem num terminal de cimento, duas pedreiras e treze centrais de betão-pronto localizados nas regiões espanholas das Astúrias, Galiza e Castela e Leão. Com esta aquisição, a Secil expande a sua atividade para uma nova geografia e aumenta as suas vendas de cimento a partir de Portugal.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

—
Pedro Mendonça de Queiroz Pereira
Presidente

—
João Nuno de Sottomayor Pinto de Castelo Branco
Vice-Presidente

—
Otmar Hübscher
Vice-Presidente

—
Gonçalo de Castro Salazar Leite
Vice-Presidente

—
Carlos Alberto Medeiros Abreu
Vogal

—
Francisco José Melo e Castro Guedes
Vogal

—
João Luís Barbosa Pereira de Vasconcelos
Vogal

—
José Miguel Pereira Gens Paredes
Vogal

—
Manuel António de Sousa Martins
Vogal

—
Paulo Miguel Garcês Ventura
Vogal

—
Ricardo Miguel dos Santos Pacheco Pires
Vogal

—
Sérgio António Alves Martins
Vogal

—
Emília Rosa Mota de Carvalho
Contabilista Certificado

ANEXO

Certificação Legal das Contas Consolidadas
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal -
Contas Consolidadas.





PARTE III

Certificação legal do revisor e relatório do conselho fiscal
relativo às contas consolidadas

X

[Handwritten signatures in blue and black ink]



Certificação Legal das Contas

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da Secil – Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A. (o Grupo), que compreendem a demonstração consolidada da posição financeira em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 1.257.393.051 euros e um total de capital próprio de 465.359.381 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 22.274.750 de euros), a demonstração consolidada dos resultados, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada da Secil – Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A. em 31 de dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- b) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal

Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwc.pt

Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000

Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

f) obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;

g) comunicámos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

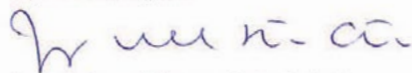
Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

2 de maio de 2017

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



Jorge Manuel Santos Costa, R.O.C.

SECIL – Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.

**Relatório e Parecer do Conselho Fiscal
Contas Consolidadas**

Exercício de 2016



Senhores Accionistas,

1. Nos termos da lei, dos estatutos da empresa e no desempenho do mandato que nos conferiram, vimos apresentar o nosso relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida em 2016 e dar o nosso parecer sobre o Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras Consolidadas apresentadas pelo Conselho de Administração da SECIL – Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A., relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2016.
2. No decurso do exercício, acompanhámos com regularidade a actividade da empresa e das suas filiais e associadas mais significativas, com a periodicidade e extensão que considerámos adequada, nomeadamente através de reuniões periódicas com a Administração e Directores da Sociedade. Acompanhámos a verificação dos registos contabilísticos e da respectiva documentação de suporte, bem como a eficácia dos sistemas de gestão de riscos, de controlo interno e de auditoria interna. Vigiamos pela observância da lei e dos estatutos. No exercício da nossa actividade não deparámos com quaisquer constrangimentos.
3. Reunimos por diversas vezes com o revisor oficial de contas e auditor externo, PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, Lda., acompanhando os trabalhos de auditoria desenvolvidos e fiscalizando a sua independência. Apreciámos a Certificação Legal de Contas e Relatório de Auditoria, que merecem o nosso acordo.
4. O Conselho Fiscal analisou as propostas que lhe foram presentes para prestação de serviços que não de auditoria pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, tendo aprovado aquelas que respeitavam a serviços permitidos, não afectavam a independência da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas e cumpriam os demais requisitos legais.
5. No âmbito das nossas funções, verificámos que:
 - a) a Demonstração dos resultados consolidados, a Demonstração da posição financeira consolidada, a Demonstração das alterações nos capitais próprios consolidados, a Demonstração dos fluxos de caixa consolidados e o correspondente Anexo, permitem uma adequada compreensão da situação financeira da empresa, dos seus resultados, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa;
 - b) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados estão conformes com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e são adequados por forma a assegurar que os mesmos conduzem a uma correcta avaliação do património e dos resultados,

tendo-se dado seguimento às análises e recomendações emitidas pelo auditor externo;

- c) o Relatório de Gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da empresa e do conjunto das filiais incluídas na consolidação, evidenciando com clareza os aspectos mais significativos da actividade.
6. Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e Serviços da Empresa, bem como as conclusões constantes da Certificação Legal de Contas e Relatório de Auditoria, somos do parecer que:
- a) seja aprovado o Relatório de Gestão;
 - b) sejam aprovadas as Demonstrações Financeiras Consolidadas.
7. Finalmente, os membros do Conselho Fiscal expressam o seu reconhecimento e agradecimento pela colaboração prestada, ao Conselho de Administração, aos principais responsáveis e aos demais colaboradores da empresa.

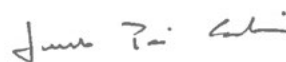
Lisboa, 3 de Maio de 2017

O Presidente do Conselho Fiscal,



Miguel Camargo de Sousa Eiró

O Vogal,



Gonçalo Nuno Palha Gaio Picão Caldeira

O Vogal,



José Manuel Oliveira Vitorino



SECIL

COMPANHIA GERAL DE CAL E CIMENTO, S.A.
Sede, Outão . Apartado 71 . 2901-864 Setúbal
T.212 198 100 . 265 534 766
F . 265 234 629

www.secil.pt